



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Carolina Lopes Batista

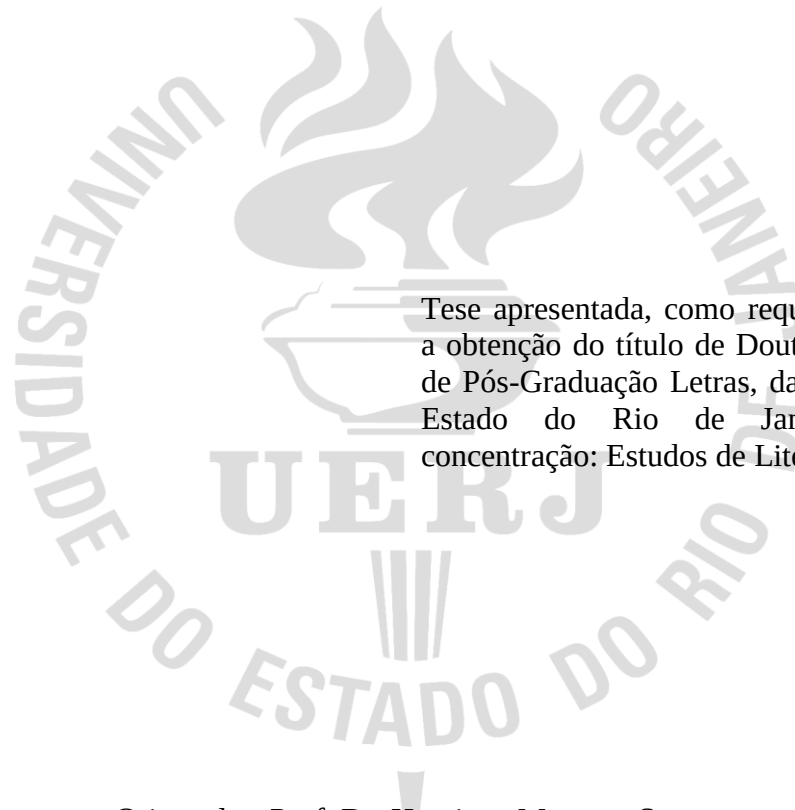
**“Pobres mulheres da minha terra!”:
o Feminismo em Virgínia de Castro e Almeida**

Rio de Janeiro

2023

Carolina Lopes Batista

**“Pobres mulheres da minha terra!”:
o Feminismo em Virgínia de Castro e Almeida**



Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Literatura.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Marques Samyn

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

A447 Batista, Carolina Lopes.
“Pobres mulheres da minha terra!”: o feminismo em Virgínia de Castro e Almeida / Carolina Lopes Batista. – 2023.
147 f.: il.

Orientador: Henrique Marques Samyn.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Almeida, Virgínia de Castro e, 1874-1945 – Crítica e interpretação - Teses. 2. Almeida, Virgínia de Castro e, 1874-1945. A mulher – Teses. 3. Feminismo e literatura – Séc. XIX – Teses. 4. Literatura portuguesa – Séc. XIX – Teses. 5. Mulheres – História – Séc. XIX - Teses. 6. Escritoras portuguesas – Séc. XIX – Teses. I. Samyn, Henrique Marques, 1980-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 869.0-95

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Carolina Lopes Batista

**“Pobres mulheres da minha terra!”:
o Feminismo em Virgínia de Castro e Almeida**

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Literatura.

Aprovada em 17 de março de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Henrique Marques Samyn (Orientador)
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Lina Arao
Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

Prof^a. Dra. Amana Mattos
Instituto de Psicologia - UERJ

Prof^a. Dra. Andreia Alves Monteiro de Castro
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Daiane Cristina Pereira
Universidade de São Paulo

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Ao meu amigo, meu apoiador, meu incentivador, meu pai Carlos Alberto. Se fiz minha voz ser ouvida, foi graças aos seus ensinamentos; e que agora minha voz continue a ser ouvida por você, onde quer que esteja. Nas palavras da poeta Florbela Espanca:

“Quem me dera encontrar o verso puro,
O verso altivo e forte, estranho e duro,
Que dissesse, a chorar, isto que sinto!!”

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, que sempre me ensinou a lutar pelo que eu quero, dando o melhor de mim, sem nunca desistir dos meus sonhos. Anos atrás, o que parece ter a distância de uma vida inteira, informei minha vontade de continuar os estudos através do Mestrado e do Doutorado. Ele avisou que seria difícil, mas que se era isso o que eu queria, que me apoiaria em todos os passos. Ele viu o começo dessa trajetória, mas infelizmente não conseguiu ver a sua conclusão. Se eu tiver herdado metade do seu grande amor pela vida e pelas pessoas, sempre querendo o bem de todos, mesmo que isso signifique menos para si próprio, já me sentirei feliz. Espero que esteja orgulhoso de mim.

À minha mãe, mulher guerreira, forte, inteligente, linda e trabalhadora. Muitas vezes duvidou de si mesma, mas nunca dos seus filhos. Nas piores situações, mostrou que é possível se reerguer mesmo quando tudo desmorona ao seu redor. Se hoje sou uma mulher batalhadora, de opinião forte, que luta pelos seus direitos e que fala o que pensa, porém sempre pensando no próximo, é graças a você. Com você, aprendi que existem diversas formas de amor e que nem todas precisam utilizar as palavras. Obrigada pelo seu apoio, cuidado e carinho incondicionais.

Aos Mat(h)eus da minha vida: ao meu irmão, Mateus, que seguiu meu gosto por leitura e sempre conversa comigo sobre todos os assuntos, pois somos muito parecidos, ainda que diferentes. Também agradeço por ter expandido meu conhecimento sobre formas de contar histórias. Ao meu companheiro incrível Matheus, que sempre, através do amor e do humor, me chamou de volta à realidade quando eu parecia perdida, mas nunca deixou de incentivar meus sonhos. Com os dois aprendi muitas coisas novas, principalmente que arte nem sempre é apenas o que a Academia tradicionalmente prega.

Aos meus amigos, que me deram forças para continuar e nunca deixaram de acreditar em mim. Por 4 anos tiveram que me aguentar falando da tese, reclamando da dificuldade da escrita, tagarelando sobre Feminismo, política e qualquer outro assunto que eu acabava de descobrir ou ler algo sobre. Obrigada por parecerem interessados! Amo vocês todos e sinto saudades todos os dias.

Ao meu maravilhoso orientador, Henrique Marques Samyn, pela paciência com minhas várias dúvidas e mensagens, pelas respostas rápidas, pelo tratamento humano e carinhoso, sempre mais preocupado com minha saúde mental do que com prazos. Agradeço

por elogiar meu trabalho e fazer as críticas de forma com que eu apenas crescesse, sem me diminuir. Obrigada, principalmente, por confiar que eu faria um bom trabalho, sem necessidade de prorrogações, mesmo quando eu mesma não confiava. Toda vez que eu pensava em desistir, o que me fazia continuar era meu desejo de não te decepcionar.

O importante não é ser o primeiro ou primeira, o importante é abrir caminhos.

Conceição Evaristo

RESUMO

BATISTA, Carolina Lopes. *“Pobres mulheres da minha terra!”: o feminismo em Virgínia de Castro e Almeida*. 2023. 147 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Neste trabalho, buscamos estudar e entender a vida, a obra e as ideias de Virgínia de Castro e Almeida, autora portuguesa pouco conhecida, mas criadora de um extenso repertório que vai desde ensaios a romances. Nascida no século XIX e falecida no ano da Segunda Guerra Mundial, Virgínia passou por diversas transformações sociais, econômicas, tecnológicas e políticas; viu de perto as duas Grandes Guerras e o assassinato de um rei de Portugal; foi contemporânea da Gripe Espanhola, da Guerra Civil Espanhola, da Revolução Russa e de diversas greves e movimentos políticos e sociais, como o Feminismo, o Abolicionismo no Brasil, com a Lei Áurea, e a Independência do Brasil. Também vivenciou as ditaduras que foram nascendo na Europa: a ditadura italiana, com Mussolini, a espanhola, com Franco, e a portuguesa, com Salazar, participando, inclusive, do Governo deste último e tendo admiração pelos outros dois. Embora simpática aos governos autoritários, era Feminista, bissexual, apoiadora do sexo sem casamento e, por vezes, parecia ter ideias socialistas. Esses aparentes paradoxos chamaram a nossa atenção e este trabalho foi elaborado com o objetivo de justamente buscar, não uma conclusão, mas uma possível explicação para alguns desses contrastes. Para isso, utilizamos textos da própria autora, em especial o ensaio *A Mulher*, um estudo sobre a história do gênero feminino e a existência de diversos direitos das mulheres ao redor do mundo. O ensaio de Almeida tem a finalidade de levar ideias de aprimoramentos para Portugal, principalmente em relação à instrução do gênero feminino. Também buscamos, neste trabalho, analisar criticamente a que mulher ou mulheres Virgínia referia-se em seu ensaio e na frase utilizada como título desta tese, posto que pouco ou nada é mencionado na obra a respeito de mulheres não brancas, orientais – sendo discutido, ainda, o significado e o peso dessa palavra –, não europeias e de outras classes sociais além das elitizadas. Além dos livros da escritora, também utilizamos produções de outras mulheres da mesma época e lugar, para compararmos posições políticas e ideológicas. Para compreender melhor essas pensadoras e fazer uma análise interseccional, fomos buscar textos de Karl Marx, Mikhail Bakunin, Friedrich Engels, Emma Goldman, Angela Davis, bell hooks, Monique Prada, Silvia Federici, entre vários outros autores e autoras – principalmente autoras – que contribuíram para nosso entendimento.

Palavras-chave: Virgínia de Castro e Almeida. Feminismo. Século XIX. Escritoras do século XIX. Portugal. Feminismo interseccional. Mulher.

ABSTRACT

BATISTA, Carolina Lopes. *"Poor women of my land!"*: Feminism in Virgínia de Castro e Almeida. 2023. 147 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This work aims to study and understand the life, work, and ideas of Virgínia de Castro e Almeida, a little-known Portuguese author who created an extensive repertoire ranging from essays to novels. Born in the 19th century and died during World War II, Virgínia experienced various social, economic, technological, and political transformations; she saw both World Wars and the murder of a king of Portugal; was contemporary with the Spanish Flu, the Spanish Civil War, the Russian Revolution, and various strikes and political and social movements, such as Feminism, Abolitionism in Brazil, with the Golden Law, and Brazil's independence. She also lived through the dictatorships that were emerging in Europe: the Italian dictatorship with Mussolini, the Spanish dictatorship with Franco, and the Portuguese dictatorship with Salazar, even participating in the government of the latter and admiring the other two. Although sympathetic to authoritarian governments, she was a Feminist, bisexual, supporter of sex without marriage, and at times seemed to have socialist ideas. These apparent paradoxes caught our attention and this work was developed with the aim of seeking, not a conclusion, but a possible explanation for some of these contrasts. To do so, we used texts from the author herself, especially the essay *The Woman*, a study of the history of the female gender and the existence of various women's rights around the world. Almeida's essay aimed at bringing ideas of improvement to Portugal, especially in relation to female instruction. We also aim, in this work, to critically analyze which woman or women Virgínia was referring to in her essay and in the sentence used as the title of this thesis, since little or nothing is said about non-white, Oriental – also discussing the meaning and weight of this word –, non-European women, and those from other social classes besides the elitized ones. In addition to the writer's books, we also used productions from other women of the same time and place, to compare political and ideological positions. To better understand these thinkers and make an intersectional analysis, we sought texts from Karl Marx, Mikhail Bakhtin, Friedrich Engels, Emma Goldman, Angela Davis, bell hooks, Monique Prada, Silvia Federici, among many other authors – mainly female authors – who contributed to our understanding.

Keywords: Virgínia de Castro e Almeida. Feminism. 19th century. 19th century female writers. Intersectional Feminism. Woman.

RESUMEN

BATISTA, Carolina Lopes. “*¡Pobres mujeres de mi tierra!*”: Feminismo en Virgínia de Castro e Almeida. 2023. 147 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Este trabajo busca estudiar y entender la vida, la obra y las ideas de Virgínia de Castro e Almeida, autora portuguesa poco conocida, pero creadora de un extenso repertorio que va desde ensayos hasta novelas. Nacida en el siglo XIX y fallecida en el año de la Segunda Guerra Mundial, Virginia pasó por diversas transformaciones sociales, económicas, tecnológicas y políticas; vio de cerca las dos Grandes Guerra y el asesinato de un rey de Portugal; fue contemporánea de la Gripe Española, la Guerra Civil Española, la Revolución Rusa y de diversas huelgas y movimientos sociopolíticos, como el Feminismo, la Abolición en Brasil, con la Ley Áurea, y la Independencia de Brasil. Además vivió las dictaduras que fueron naciendo en Europa, algunos ejemplos son Italia, con Mussolini, España, con Franco, y Portugal, con Salazar, participando, incluso, en el Gobierno de este último y teniendo admiración por los otros dos. Pese a sentirse atraída por gobiernos autoritarios, era feminista, bisexual, apoyadora el sexo sin matrimonio y, por momentos, aparentaba tener ideas socialistas. Estos emergentes paradoxos son de gran interés y este trabajo fue elaborado con el objetivo de justamente buscar, no una conclusión, sino una posible explicación para algunos de estos contrastes. Para ello, se utilizaron textos de la propia autora, en especial el ensayo *La Mujer*, un ensayo sobre la historia del género femenino y la existencia de diversos derechos de las mujeres alrededor del mundo. El ensayo de Almeida pretende traer ideas de progreso a Portugal, principalmente en relación a la instrucción femenina. También buscamos, en este trabajo, analizar críticamente a qué mujer o mujeres se refería Virgínia en su ensayo y en la frase utilizada como título de esta tesis, ya que se habla poco o nada sobre mujeres no blancas, orientales – aún discutiendo el significado y peso de esta palabra –, no europeas y de otras clases sociales además de las elitistas. Junto a los libros de la escritora, se incorporaron producciones de otras mujeres de la misma época y lugar, para comparar posiciones políticas e ideológicas. Pretendiendo comprender mejor estas pensadoras y hacer un análisis interseccional, se integraron textos de Karl Marx, Mikhail Bakhtin, Friedrich Engels, Emma Goldman, Angela Davis, bell hooks, Monique Prada, Silvia Federici, entre varios otros autores y autoras – principalmente escritoras – que han contribuido a la comprensión de este trabajo.

Palabra clave: Virgínia de Castro e Almeida. Feminismo. Siglo XIX. Mujeres escritoras del siglo XIX. Portugal. Feminismo Interseccional. Mujer.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	Tabuleiro de xadrez.....	23
Figura 2-	Caricatura do Feminismo.....	34
Figura 3-	Sufragistas indianas.....	35
Figura 4-	Desenho de Sojourner Truth discursando em Women's Rights Convention em Akron, Ohio, em 1851.....	36
Figura 5-	Propaganda no jornal do filme <i>A sereia de pedra</i>	51
Figura 6-	Cartaz do filme <i>Os olhos da alma</i>	52
Figura 7-	Ilustração do jornal <i>Público</i>	59
Gráfico 1-	Taxa de crescimento por década do PIB em Portugal, 1900-1950.....	67
Gráfico 2-	Taxa de crescimento por década do PIB no Brasil, 1901-2020	68
Figura 8-	Ilustrações do livro <i>História de Dona Redonda e da sua gente</i>	72
Figura 9-	Número de homens e mulheres trabalhadores na Suíça, divididos por setores.....	105
Figura 10-	Porcentagem de homens e mulheres na profissão docente.....	106
Figura 11-	Número de estudantes mulheres suíças.....	109
Figura 12-	Separação geográfica entre Ocidente e Oriente.....	113
Figura 13-	Separação político-econômica entre Ocidente e Oriente.....	114

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	INQUIETAÇÕES: SER MULHER	16
1.1	Questões históricas: escrita de mulheres ou mulheres escritoras?	17
1.2	O século que não terminou e suas revoluções	26
1.3	Os movimentos feministas em Portugal: do século XIX à primeira metade do século XX	31
1.4	As principais organizações e publicações do século XX	44
2	AS DIVERSAS FACES DE VIRGÍNIA	48
2.1	Gy: a arte	48
2.2	Virgínia: a vida	53
2.3	Castro e Almeida: os ideais	60
3	A MULHER DE VIRGÍNIA: UMA LEITURA CRÍTICA	74
3.1	A História da Mulher	78
3.1.1	<u>A mulher nas religiões pagãs e cristãs</u>	82
3.1.2	<u>Mulher honesta x cortesã: a moral</u>	85
3.1.3	<u>O trabalho</u>	90
3.2	A luta	92
3.3	Sobre a instrução e seus avanços	100
3.4	“Mulheres da minha terra!...”: eurocentrismo e orientalismo	111
	CONCLUSÃO	129
	REFERÊNCIAS	134
	APÊNDICE – Linha do Tempo: datas históricas e eventos da vida de Virgínia de Castro Almeida	145

INTRODUÇÃO

O gosto pela leitura é uma inclinação minha antiga que se desenvolveu cada vez mais com a Faculdade de Letras da UFRJ. De início, a atração pela palavra escrita advinha de uma fuga do mundo real para mundos ficcionais muito mais interessantes, com a possibilidade de viver diversos papéis e histórias. De 2010 em diante, ano em que entrei no curso, passei a perceber que, mais interessante do que a possibilidade de fuga da realidade, a literatura dialogava com ela e, mais do que isso, ajudava a compreendê-la, observá-la criticamente e auxiliava seus leitores a pensarem em transformações. Com isso, apaixonei-me pelo Realismo e pela Literatura Portuguesa, juntando esses dois amores na figura de Eça de Queirós. Suas críticas sociais, feitas a partir de um humor ácido, atraíram-me como nenhum outro autor e, assim, surgiu minha Dissertação de Mestrado: *Cenas de uma vida devota: o riso na narrativa de Eça de Queirós* (2018).

Durante a faculdade, passei a me interessar grandemente também por José Saramago e aumentei meu gosto que já existia por Machado de Assis. Os estudos sobre as personagens femininas de Eça, Machado e Saramago sempre me atraíram, porém passei a questionar: por que estudamos as personagens femininas a partir do olhar do homem? Com isso, passei a me atentar mais para o que as autoras mulheres tinham a dizer sobre si mesmas e sobre suas pares e me veio um novo padrão: eu só ouvia falar, durante as aulas, sobre escritoras a partir do século XX. Será que mulheres intelectuais eram inexistentes antes disso? Por que quando se estuda o século XIX, independentemente do país, não se escutam nomes femininos para falar de Romantismo, Realismo, Naturalismo...? Assim, unindo essa curiosidade sobre as mulheres escritoras antes do século XX com meus estudos já focados em Portugal e século XIX, resolvi ir mais a fundo nessa questão no Doutorado.

Como minha vida acadêmica foi construída toda dentro da UFRJ por cerca de 7 anos, cheguei, em 2019, na UERJ sem conhecer ninguém. Por obra do destino ou da sorte, conheci, no dia da prova, uma pessoa que seria uma amiga para a vida toda, Camila Souza, professora e Mestra em Literatura, que, durante nossa conversa sobre os nossos temas e sobre meu questionamento sobre os professores, sugeriu-me procurar a orientação do professor Doutor Henrique Marques Samyn. Nervosa por nunca ter sido orientada por outra pessoa, apresentei, em uma das reuniões, minha lista de autoras femininas portuguesas do século XIX, com 17 nomes, e o sensato do professor Samyn sugeriu focar em apenas uma das autoras, citando as outras ao longo do trabalho.

Escolhemos Virgínia de Castro e Almeida. Essa decisão foi tomada com base na sua obra mais conhecida, *A Mulher* (1913), cujo prefácio é sempre muito citado em estudos feministas e sobre obras de autoria feminina, mas pouco se discute a respeito do restante do texto e de suas outras obras. Ademais, como ainda apontaremos em diversas partes desta tese, ela foi uma pessoa curiosa, por conta de suas opiniões e escritos que, por vezes, pareciam se contradizer. Mulher, lésbica – ou bissexual, como iremos abordar mais adiante –, separada, feminista, defensora do sexo mesmo fora do casamento, deserdada pela família aristocrática e com algumas ideias socialistas, Virgínia de Castro também era conservadora – ao falar da maternidade como papel feminino e da diferenciação da “mulher perdida” e da “mulher de família” – e apoiadora de ditaduras, tornando-se inclusive parte da Ditadura Salazarista. Curiosamente, por mais que isso tenha nos impressionado, não é como se fosse algo inédito aos nossos ouvidos brasileiros, levando em consideração as eleições de 2018 e os últimos 4 anos de Governo Bolsonaro, no qual alguns integrantes do grupo LGBTQIAP+, assim como pessoas negras, pobres, indígenas, mulheres, entre outros grupos chamados minoritários, apoiaram um, agora, ex-Presidente homofóbico, racista, machista e elitista, que sempre anunciou que “as minorias devem ser curvar às majorias”. Ainda assim, o interesse de colocar essas controvérsias em foco e analisá-las social, histórica e politicamente deu origem a este trabalho.

Faltava escolher o *corpus*. Novamente, minha ânsia em escutar tudo o que essas mulheres tinham para dizer – mesmo que eu não concordasse com tudo o que era dito – tornou minha empreitada um tanto quanto grandiloquente. Almeida possui uma extensa lista de obras e nem todas de fácil acesso. Nas bibliotecas pesquisadas, era possível encontrar um ou outro livro; na internet, havia duas obras disponibilizadas gratuitamente e as que eram encontradas em sebos eram versões caras ou que já estavam disponíveis em outras fontes. Alguns dos livros dela eu nunca encontrei para vender. Dessa forma, esbarrando na dificuldade para adquirir tudo o que precisava ler dela, somada à chegada da pandemia do Coronavírus em 2020, que fechou locais públicos, impediu saídas e contatos diretos com pessoas, resolvi centrar o foco em *A Mulher*, livro emprestado pelo professor Samyn, e nos livros que eu tinha conseguido antes da Covid-19 através de bibliotecas públicas.

Essa minha dificuldade despertou a vontade de ajudar outros pesquisadores, ou até curiosos sobre autoras mulheres, dando a ideia do *site Silenciadas: Autoras Portuguesas Oitocentistas*¹, que funciona como um repertório de livros de autoras pouco conhecidas, sendo alguns desses livros escaneados página a página por mim com apenas um celular, para

¹ Disponível em: <https://autorassilenciadas.wixsite.com/website>.

preservar sua estrutura, muitas vezes antiga. A empreitada foi possível justamente por conta da quarentena e foi essencial para criar uma ideia de continuidade não só da pesquisa em si – um pouco paralisada – como também da vida, posto que, enquanto naquela situação nunca vivida antes e observando milhares de pessoas adoecendo e morrendo – às vezes até pessoas próximas –, a maior parte da população ficava sem saber como seria o futuro, logo, sem ação no presente. Ter um projeto a ser realizado, concreto e que se movia diariamente me deu propósito e alívio em meio a tanto caos.

Outro elemento dificultador foi encontrar informações a respeito da vida cotidiana e literária de Virgínia. As informações são escassas e a maior parte vem de artigos acadêmicos que analisam seus trabalhos como proprietária e cofundadora do Fortuna Films – produtora de filmes –, como os textos de Elena Cordero Hoyo, Tiago Baptista e Ana Sofia Pereira, ou em textos que falam sobre o Feminismo e outras mulheres escritoras que acabam, por vezes, por citá-la brevemente, como os diversos escritos de João Esteves sobre o assunto. Para verificar a lista de livros escritos por Virgínia, buscamos seu nome no *Dicionário de escritoras portuguesas: das origens à atualidade* (2009), no qual não constam todas as suas obras publicadas, mas que foi possível ter uma ideia da sua extensão. O primeiro e único artigo que encontramos a respeito de sua sexualidade foi o texto “Filomena Marona Beja e os ‘silêncios da história’”, de Fernando Curopos, que, inclusive, utiliza como base do seu artigo a biografia romantizada *A duração dos crepúsculos* (2006), fonte que também utilizamos para esta pesquisa, posto que, ainda que seja uma biografia misturada com ficção, é um dos poucos livros que trata da vida dessa pouco conhecida escritora.

Os livros de Virgínia que foram utilizados para esta pesquisa são, na ordem cronológica, *A fada tentadora* (1895), *Histórias: livro para crianças* (1898), *Como devo governar a minha casa* (1906), *Como devemos criar e educar os nossos filhos* (1908), *Céu aberto* (1907), *Bem dita* (1907), *Em pleno azul* (1909), *Capital bem dito* (1910), *Pela terra e pelo ar* (1911), *A Mulher* (1913) – base de todas as discussões aqui apresentadas –, *As lições de André* (1913), *Obra do demónio* (1917), *História de Dona Redonda e da sua gente* (1942), *Aventuras de Dona Redonda* (1943). Também citamos os filmes *A sereia de pedra* (1922) e *Os olhos da alma* (1924).

Também era necessário fazer um percurso pela história de Portugal, logo, para isso, utilizamos, entre outras fontes, o *História concisa de Portugal* (2015), de David Birmingham, e *Portugal: 50 anos de ditadura* (1976), de António de Figueiredo. Outros nomes de destaque para reflexões acerca das questões literárias ou de gênero são: Vanda Anastácio, Elisabeth Badinter, Mikhail Bakunin, Judith Butler, Maria Amália Vaz de Carvalho, Angela Davis,

Friedrich Engels, Silvia Federici, Michel Foucault, Paulo Freire, Emma Goldman, bell hooks, Yvonne Knibiehler, Michelle Perrot, Georges Duby, Jacques LeGoff, Claude Lévi-Strauss, Monique Prada, Edward Said, Richard Sennet, Joel Serrão, Pierre-Joseph Proudhon, Irene Vaquinhas, Karl Marx, entre diversos outros críticos e teóricos que foram de extrema importância para este trabalho. Assim, a tese foi tomando forma.

O capítulo 1 traz o panorama da situação histórica de Portugal e do mundo que influenciou as revoluções feministas em diversos lugares. Nele, exponho os nomes de mulheres importantes para esse contexto, de organizações criadas por elas, cito textos publicados em jornais e revistas, alguns fundados por elas mesmas, e algumas rusgas que ocorriam entre as próprias autoras e pensadoras. No capítulo 2, abordo a Virgínia mulher, artista e pensadora, apresentando as convergências e divergências entre essas suas três facetas. Para falar mais especificamente de suas obras, principalmente o fio condutor de todo este trabalho, e as ideias escritas por Almeida, há o capítulo 3: “A *Mulher* de Virgínia: uma leitura crítica”. Esse capítulo é o que mais me aprofundo em seu ensaio sobre o gênero feminino, dividindo-o em 4 partes: “A história da mulher”, que analisa o início do livro; “A luta”, no qual dissertamos sobre greves, protestos, movimentos populares, organizações, entre outros, ligados às causas femininas; “Sobre a instrução e seus avanços”, cuja parte era, inicialmente, o assunto principal que Virgínia pretendia discutir: o estudo dado para as mulheres; e “‘Mulheres da minha terra!...’: Eurocentrismo e Orientalismo”, subcapítulo que, originalmente tendo sido pensado como um capítulo à parte, tornou-se uma importante seção do capítulo 3, posto que, nele, demoramo-nos em assuntos apenas ensaiados, sinalizados ou até omitidos pela autora em sua obra, deixando de lado grande parte da população feminina ou até marginalizando-a. No final, após a Conclusão, há uma linha do tempo, com fatos históricos marcantes em Portugal e no mundo que estão relacionados com alguns assuntos abordados por Virgínia de Castro e Almeida e, conseqüentemente, observados aqui nesta tese.

Portanto, este é um texto atravessado por crises econômicas e emocionais, pandemia e luto; iniciado em um governo e concluído em outro; nascido e finalizado em dois estados diferentes. Muitas vezes a esperança era pouca e a vontade de deixar este trabalho para outro pesquisador passou pela minha mente, mas a persistência e o desejo de não deixar essas mulheres de lado mais uma vez fez com que eu chegasse até aqui. Espero que este trabalho faça jus não só à própria Virgínia de Castro e Almeida como também às outras mulheres, citadas pelo nome ou não, que, de forma direta ou indireta, estão neste trabalho e/ou auxiliaram para que este fosse conhecido. Às mulheres de todas as terras, de todas as etnias e de todas as classes.

1 INQUIETAÇÕES: SER MULHER

L’homme est la plus élevée des créatures,
La femme est le plus sublime des idéaux.
[...]

L’homme pense,
La femme songe.
Penser, c’est avoir dans le crâne une larve,
Songer, c’est avoir sur le front une auréole.²
Victor Hugo³

Michelle Perrot escreve que o lugar da mulher, de forma geral, no século XIX, é visto pela sociedade como extremo e delirante, pois “a mulher está no centro de um discurso excessivo, repetitivo, obsessivo, largamente fantasmagórico” (2017, p. 199), no qual admira-se sua beleza, sua delicadeza e seu amor, mas se recusa veementemente a aceitar sua capacidade criadora, sua inteligência e sua força para atos que não sejam voltados para o bem da família e da casa. Esse ponto de vista é perceptível na maior parte dos homens desse período, como é possível ler no poema que abre este capítulo, em que o homem possui o dom soberbo do pensamento e da criação, ou seja, características ativas, enquanto à mulher são conferidos os atributos dos sentimentos, dos sonhos e da divindade – elementos estes passivos.

A divinização, inclusive, é constantemente atribuída ao feminino desde séculos anteriores ao oitocentista, e a principal imagem que deve servir como modelo nas sociedades cristãs e ocidentais é ninguém menos do que Maria, progenitora de Jesus: santa, deusa, rainha, mãe e, o mais importante, virgem. Na língua portuguesa, a estrutura sintática básica entre substantivo e adjetivo é este posposto àquele. Quando se faz uma inversão, o objetivo é o de que ocorra um destaque, um enaltecimento da qualidade em relação ao que foi referenciado. Não à toa, a característica mais importante para o cristianismo, e que, dessa forma, deveria ser um guia para todas as “senhoras distintas”, torna-se um nome, enquanto o que vem depois

² Em tradução livre: “O homem é a mais elevada das criaturas / A mulher é o mais sublime dos ideais. [...] O homem pensa / A mulher sonha. / Pensar é ter dentro do crânio uma larva / Sonhar é ter na fronte uma auréola”.

³ A autoria do poema é constantemente atribuída a Victor Hugo, no entanto, não é possível confirmar se, de fato, ele seria o poeta por trás dos versos. Na *antologia do pensamento mundial*, por exemplo, o poema aparece, mas com a autoria desconhecida (SANTOS, N.; SANTOS, Y., 1960, p. 197). Ainda assim, ele pode ser utilizado para exemplificar o pensamento da época sobre as divisões entre homens e mulheres.

passa a ser quase um sobrenome: Virgem Maria – e não Maria Virgem. A Virgem Maria é o símbolo da mulher perfeita: cumpridora do seu dever de parir e, mesmo assim, ainda pura, intocável, não corrompida – e, por isso mesmo, inalcançável. No entanto, ser à imagem e à semelhança de Maria é impossível para mulheres comuns, logo, a busca torna-se eterna e o único foco possível, não havendo espaço para críticas, pois, assim, as mulheres...

[...] colocam a fé no centro de seu universo, e o sagrado impregna todos os momentos dos seus dias. A sua devoção recusa a ciência, ignora toda a percepção racional da causalidade: a doença, a morte, a miséria, expressões da vontade divina, são aceites com resignação. Maria, rainha do Céu, simboliza todos os valores femininos: simultaneamente virgem e mãe, desafia a natureza e a ciência; ela exprime o sonho de uma reprodução desencarnada dissociada da conjunção carnal e dos partos sangrentos (KNIBIEHLER, 1994, p. 388).

Por conta disso, espera-se que cada gênero⁴ permaneça em seu “devido lugar” social. A cada um cabe um determinado espaço, tarefa, função e até – quando estritamente necessário – trabalho. Ao homem cabe a produção; à mulher, a reprodução. Ou, como escreveu Victor Hugo, o homem pensa; a mulher sonha.

Contudo, nem todas aceitavam tais papéis pré-determinados e justificados religiosa e biologicamente.

1.1 Questões históricas: escrita de mulheres ou mulheres escritoras?

“Oh! Como folgo de ver uma mulher ignorar aquilo que não é razão de saber!”

D. Francisco Manuel de Melo

Há uma enorme diferença entre não existir uma história da literatura feminina por não haver mulheres que exercessem o ofício e ela simplesmente não ser documentada por falta de interesse e pela inferiorização imposta socialmente. Ou seja, a história existe; ela apenas, por muito tempo, simplesmente não foi documentada.

⁴ Preferimos utilizar o termo “gênero”, pois partimos do entendimento de que toda a ideia do que é ser homem ou mulher (se analisarmos apenas binariamente a sociedade), seus papéis e formas de vestir e de se portar no mundo são leituras culturais do indivíduo. Judith Butler assim explica: “Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula.

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos” (BUTLER, 2018, s/p).

Vanda Anastácio, em *Uma antologia improvável: a escrita das mulheres (séculos XVI a XVIII)* (2013), escreve que há quatro tipos de silêncio a que as mulheres foram submetidas ao longo do tempo:

[...] o silêncio dos historiadores, que não se referem às obras de autoria feminina, o silêncio das fontes conservadas, nas quais as mulheres se encontram escassamente representadas, o silêncio dos discursos em circulação nesse período, que raramente se lhes referem, e até mesmo o silêncio insistentemente recomendado às mulheres (pelos educadores, pelos moralistas, pelos representantes da ordem monárquica e eclesiástica) (ANASTÁCIO, 2013, p. 29).

Em outras palavras, a população feminina não era citada na época como autora ou criadora de conhecimento, também não o era nos documentos históricos e, por muito tempo, não foi nem mesmo objetivo de pesquisas. Para se certificar de que houvesse uma justificativa plausível para essa ausência oficial, havia o silêncio mais grave: a mulher **deveria**, por si mesma, regular sua voz para ser considerada moralmente merecedora de admiração. Para facilitar tal postura, o recomendado era uma educação limitada ou nenhuma.

Segundo Jacques Le Goff (1992), já no século XIV, existiam professores e professoras a ensinar crianças em escolas laicas, além do ensino clerical ser a principal fonte de conhecimento durante uma parte considerável da Idade Média. No entanto, ao público feminino eram poucas as chances dadas, sendo as beneficiadas aquelas de mais alto nascimento ou que entravam na vida religiosa. Ainda assim, a prática do conhecimento passado de forma oral era mais comumente estimulada do que de fato a leitura e a escrita entre as monjas de conventos (CONDE, 2009), mesmo entre aquelas que, porventura, possuíam tais habilidades.

Desde essa época, portanto, a arte da escrita, além de ser excludente por não abranger uma grande quantidade de pessoas, ainda era, espiritualmente, **selecionada**, isto é, como um ato considerado sublime e divino, poucos eram os escolhidos para terem esse dom. Tais “eleitos” eram, em sua maioria, homens, pois as mulheres eram consideradas não só indignas dessa “benção” como também, e principalmente, incapazes intelectualmente, com justificativas, inclusive, biológicas: “[...] segundo Londa Schiebinger (cf. 2004, p. 12), perdurou até o final do século XVIII a ideia de que a cavidade craniana da mulher era demasiado pequena para conter uma inteligência notável” (SILVA, Fabio, 2016, p. 25). Segundo Henrique Marques Samyn e Lina Arao (2014), essa justificativa tinha a Frenologia e a Craniologia como bases, ambas pseudociências que utilizavam medidas do cérebro e do crânio como formas de segregação. Tais “ciências” foram por muito tempo uma forma de hierarquizar, entre outros, gênero e raça, sendo utilizadas, principalmente, para legitimar a escravidão.

Todavia, quando surgiam personalidades do gênero feminino que impressionavam com seus textos, estas eram elogiadas e explicadas como intervenções divinas, afinal, uma mulher escrever coisas tão boas não poderia ser outro fator a não ser Deus usando-a como uma ferramenta de seus desígnios. É possível perceber essa visão em um trecho escrito na licença do censor da Igreja Católica, Frei Damaso da Apresentação, a respeito do livro *Memorial da infância de Cristo e Triunfo do Divino Amor*, criado pelas mãos da monja Soror Maria de Mesquita Pimentel:

Demais de não achar neles cousa⁵ alguma que repugne à pureza de nossa santa Fé Católica, ou reformation dos bons costumes, me parece **obra superior a um sujeito feminino**: porque **sendo cousa ordinária**, os **varões mais insignes** aprenderam a Teologia mística no secreto da oração mental, e a escolástica nas escolas públicas: esta serva de Deus parece que aprendeu uma e outra nos estudos de seus exercícios espirituais, e **neles lhe devia o Santo Evangelista emprestar as asas com que subiu ao conhecimento do Verbo eterno. Porque tal erudição nas mais levantadas matérias da Santa Teologia, como esta Religiosa mostrou sem cursar escolas, não se pode achar senão em uma alma, que depois de tirada do mundo, de chamada à solidão da clausura regular, lhe falou Deus ao coração**, e ela só à voz do divino seu Esposo aplicou sempre a orelha: e bem se pode presumir que dos altos e soberanos pensamentos que da divina voz concebeu, nasceu este parto tão prodigioso (APRESENTAÇÃO, 1636 apud SILVA, Fabio, 2016, p. 79, grifos nossos).

Algo tão **ordinário** para um homem foi um “parto [...] prodigioso” para essa mulher, afinal, até de acordo com a *Bíblia*, havia uma diferença natural e, mais importante, moral entre ambos: ela é originalmente fraca diante do pecado, como pode ser visto com o chamado “pecado original”, mas possui uma assustadora força para influenciar o homem a também errar. Dessa forma, escrever algo belo e santo era não só um ato divino como de extremo esforço e dor, tal qual o parto – que, aliás, no mesmo livro sagrado para os cristãos, é uma forma de punição dada à mulher pela ousadia da desobediência, pela sedução do homem e pela curiosidade do conhecimento.

Entretanto, foi ainda no final da Idade Média que algumas questões relativas às mulheres começaram a ocorrer, como com a literatura de cordel, por exemplo, que abordava temáticas sobre as capacidades femininas, suas qualidades e defeitos e até seu comportamento. Ademais, Stephen D. Kolsky (2003) aponta que a obra do famoso poeta e crítico literário Giovanni Boccaccio, *De mulieribus claris* (1361-1362), foi um importante precursor das discussões acerca do papel da mulher na sociedade, pois o livro tratava de biografias de mulheres ilustres não só por atos louváveis como também reprováveis. Em suas próprias palavras:

⁵ Decidimos por manter a escrita como consta no original. Essa observação serve para todos os textos antigos aqui citados, portanto, não atualizamos ou modificamos ortografia ou erros de concordância, pontuação etc.

Na verdade, não tenho intenção de tomar a palavra “fama” num sentido estrito, ao ponto de parecer que sempre abranja à virtude; mas sim de estendê-lo, com a gentil permissão dos leitores, a um sentido mais amplo e compreender como “famosas” aquelas que eu souber que são notabilíssimas e faladas em todo o mundo, por qualquer que seja seu feito.⁶

Suas ações, na maioria das vezes, não possuíam influências sobrenaturais e divinas, apenas capacidades intelectuais, heroicas e poderosas – atributos que normalmente eram vistos como pertencentes ao gênero masculino. Assim, “os discursos em louvor das mulheres ilustres e/ou virtuosas conviveram durante o mesmo período com discursos misóginos sobre os seus defeitos, fraquezas e limitações” (ANASTÁCIO, 2013, p. 163). Mesmo assim, obras como as de Boccaccio auxiliaram nas polêmicas e abordagens sobre questões de grande interesse para os séculos que viriam.

A partir do final do século XV, ainda pertencente ao período chamado pelos historiadores de Baixa Idade Média⁷, começou a ocorrer por toda a Europa a conhecida “caça às bruxas”, cuja duração perdurou até o século XVIII. Iniciada por conta da Reforma Protestante e como parte da reação da Contrarreforma – depois sendo uma ação seguida até pelos protestantes –, a caça às bruxas teve como justificativa a luta a favor da fé contra o poder do Diabo. Contudo, pesquisas apontam que ela foi mais fortemente levada a cabo em países em que a disputa entre as religiões católica e protestante eram mais presentes, como Alemanha, Suíça, França, Inglaterra e Holanda (BANDEIRA, 2018). Além disso, a maior parte das pessoas perseguidas era composta pelo gênero feminino, deixando clara a intenção de repressão e normatização de uma parte da sociedade. Deirdre English e Barbara Ehrenreich, em *Witches, nurses and midwives: a History of women healers* (1973), explicam que alguns escritores apontam que 85% dos chamados “bruxos” que foram executados eram compostos por mulheres e os números chegavam a milhões; havia cidades que chegaram a eliminar cerca de mil mulheres por ano e quatrocentas em apenas um dia; duas aldeias acabaram por ficar com somente duas aldeãs em cada. Silvia Federici (2018) aponta dois fatores cruciais para essas perseguições serem voltadas principalmente para o gênero

⁶ Este trecho foi traduzido por Talita Janine Juliani em sua Dissertação de Mestrado (JULIANI, 2011), cuja tradução, segundo a autora, é a primeira feita dessa obra no Brasil; e as versões do texto de Boccaccio utilizadas pela autora foram: BOCCACCIO, G. *De Claris Mulieribus/Die Groben Frauen*. Trad. e Notas de Irene Ergen e Peter Schmitt. Stuttgart: Reclam, 2003; BOCCACCIO, G. *Famous Women*. Edited and Translated by Virginia Brown. The I Tatti Renaissance Library. Cambridge/London: Harvard University Press, 2001.

⁷ Como Le Goff não informa a divisão da Idade Medieval que ele considera como base, optamos por usar a do professor de História Medieval Franco Júnior (2001): Primeira Idade Média (princípios do século IV até meados do século VIII), Alta Idade Média (meados do século VIII até fins do século X), Idade Média Central (início do século XI até fins do XIII) e Baixa Idade Média (início do século XIV até meados do XVI).

feminino: o conhecimento secular da natureza guardado por muitas mulheres, temido e não controlável, e a intenção dos inquisidores de limitar a sexualidade delas.

Esse é um dos motivos pelos quais as mulheres se tornaram os principais alvos da tentativa capitalista de construir uma concepção de mundo mais mecanizada. A “racionalização” do mundo natural – precondição de uma disciplina de trabalho mais organizada e da revolução científica – passava pela destruição da “bruxa”. Até mesmo as indescritíveis torturas a que as mulheres acusadas foram submetidas adquirem significado diferente se as concebemos como forma de exorcismo contra seus poderes.

Também devemos repensar, nesse contexto, a descrição da sexualidade das mulheres como algo diabólico, a quintessência da “magia” feminina, que é central para a definição de bruxaria (FEDERICI, 2018, 74).

Embora pareça contraditório, é também a partir do século XVI que a leitura e a escrita, além de outros conhecimentos, passam a entrar no rol de coisas necessárias para uma senhora ser bem-vista socialmente. No entanto, essa orientação vem seguida de inúmeras e óbvias restrições: assim como o versículo bíblico diz “tudo me é lícito, mas nem tudo me convém” (BÍBLIA, Coríntios, 1, 6), nem tudo convinha a uma “mulher de família e respeito”. Para muitos intelectuais (homens) da época, existiam instruções que tanto poderiam elevar o espírito feminino, aperfeiçoar suas habilidades domésticas e religiosas, quanto rebaixá-lo, trazendo vícios e sofrimentos vãos. Ainda é importante atentar para o fato de que existia – e ainda existe – uma estratificação dentro da categoria “mulher” (VAQUINHAS, 2000).

É comum discutir acerca da condição feminina em diversos períodos da História da humanidade, porém raramente um fator determinante é chamado a atenção: a questão de classe⁸. Todas as mulheres sofreram e sofrem ainda com o patriarcado⁹, mas algumas tiveram sua parcela maior de desafios: as das camadas mais baixas.

Quando se trata de rainhas, princesas e senhoras das camadas mais elevadas da sociedade, a familiaridade com a leitura e com a escrita, o conhecimento do latim e até a aprendizagem de outros idiomas são apresentados como dados adquiridos e vistos como ocupações moralmente intocáveis (ANASTÁCIO, 2013, p. 30).

Dessa forma, se por um lado as mulheres camponesas, pobres ou mais vulneráveis eram os principais alvos – mesmo não sendo os únicos – da Santa Inquisição, por outro lado, figuras ilustres eram colocadas como exemplo de intelecto superior e grande virtude quando, de alguma forma, se destacavam socialmente. Vanda Anastácio (2013) escreve, por exemplo, como um teólogo do século XVI separa as mulheres entre aquelas “que têm quem as sirva” e

⁸ Nossa abordagem se baseia no Feminismo Interseccional, procurando trabalhar não apenas a questão de gênero de forma isolada, mas esta em diálogo com a classe social, a raça e a sexualidade, pois entendemos que uma não pode ser completamente separada da outra (AKOTIRENE, 2019). Aqui primeiro trataremos a questão de classe, no entanto, mais adiante, a etnia também será trabalhada, assim como a sexualidade.

⁹ “O patriarcado é um sistema político-social que insiste que os homens são inerentemente dominantes, superiores a tudo e todos que são considerados fracos, especialmente as mulheres, e dotados do direito de dominar e governar sobre os fracos, e de manter esse domínio através de várias formas de terrorismo psicológico e violência” (HOOKS, 2004, tradução nossa).

as “que servem”, aconselhando que as servidas leiam leituras selecionadas em voz alta para suas servas, em vez de indicar que ambas aprendam a ler tais obras. Outro intelectual da mesma época, Baltasar Dias, poeta português, sugere que mulheres menos distintas, já casadas e já passadas dos vinte anos, abram mão do desejo de aprender a ler e dediquem-se apenas a cuidar do marido, dos filhos e das suas alma e virtude, enquanto uma mulher da corte, nessa idade, por via de regra, já seria altamente culta.

Muitas das camadas baixas viam na vida eclesiástica, portanto, uma forma de acesso ao conhecimento escrito. Mesmo assim, havia um controle dos livros e da autonomia e uma limitação da aprendizagem e do aperfeiçoamento dos estudos de forma geral, enquanto, por outro lado, o incentivo à participação de cerimônias religiosas e à entrega total a essa vida – sem um conhecimento muito profundo do latim ou da leitura dos hinos – era mais do que bem-vindo. As que provinham de famílias mais abastadas já vinham de fora do convento com a habilidade de leitura e escrita, como é a situação da já citada Soror Maria de Mesquita Pimentel, que “poderá ter adquirido todo o manancial cultural que demonstra no *Memorial* [...] por meio de aulas privadas ou de forma autodidata. Outra possibilidade será tê-lo aprendido através de algum familiar” (SILVA, Fabio, 2016, p. 25).

Outro grupo é constantemente esquecido dentro do público feminino: aquele composto por mulheres negras.¹⁰ Poucos trabalhos existem sobre essa questão em Portugal – muito do encontrado advém justamente de coletivos do Feminismo negro – embora Portugal tenha tido uma porcentagem elevada da população negra, afinal, como colonizador de diversos países africanos, não é surpreendente tal fato. Inclusive, há inúmeras referências à quantidade de negros em Lisboa metaforizada em tabuleiros de xadrez, por exemplo, deixando óbvio que o número de brancos e negros em terra lusitana no século XVI, segundo Isabel Castro Henriques (2019), era idêntico – sendo possível constatar essas referências já no século XIII (Figura 1).

¹⁰ Essa situação ocorre até hoje, mesmo dentro dos movimentos feministas. Muitas vezes, a questão da diferença de gênero não leva em consideração a classe, a sexualidade e a cor. No entanto, como escrevem Geórgia Grube Marcinik e Amana Rocha Mattos, em “‘Mais branca que eu?’: uma análise interseccional da branquitude nos feminismos” (2021), fazer parte de um grupo oprimido não apaga a necessidade de se pensar outras formas de opressão que dialogam com essas lutas. Além disso, “posições desprivilegiadas não apagam privilégios de raça [...] as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino não são reconhecidas pelos feminismos hegemônicos, o que, consequentemente, faz com que mulheres vítimas de outras formas de opressão – não considerando apenas o sexismo – continuem sendo silenciadas e invisibilizadas.” (MARCINIK; MATTOS, 2021, p. 3).

Figura 1 – Tabuleiro de Xadrez



Fonte: HENRIQUES, 2019, p. 15

O livro *Mulheres africanas em Portugal: o discurso das imagens*, de Henriques (2019), expõe, a partir de fotos de esculturas, pinturas, iluminuras e documentos escritos, a presença de mulheres negras em Portugal. Muitas vezes apontando somente seu trabalho (como escravizadas ou servas) ou representando-as de maneira caricata e estereotipada, as imagens demonstram que elas estavam por toda parte na sociedade, no entanto, na História, ficou-se apenas o registro de seus serviços e “pecados”.

Voltando ao momento histórico da caça às bruxas, é importante lembrar que muitas das pessoas perseguidas pela Inquisição, além das características já apontadas – mulheres, pobres e vulneráveis –, também eram curandeiras e parteiras, que obtinham seus conhecimentos da experiência e os passavam oralmente para as próximas gerações. Elas usavam ervas, plantas e outras sabedorias naturais para atender, de casa em casa, pessoas com poucas condições. Com o tempo, esses conhecimentos populares passaram a representar uma ameaça aos médicos formados em universidades, além das mulheres se juntarem em grupo para trocar as informações umas com as outras, o que por si só, em uma sociedade altamente machista, era motivo suficiente para desconfiança (FEDERICI, 2017). Dessa forma, temos que recordar que era comum na cultura de alguns lugares africanos uma mulher, detentora de diversos conhecimentos populares e respeitada por sua comunidade, atender clientes que buscavam curas e respostas para a saúde e para a alma. Obviamente, sendo algo em desacordo com a religião cristã, estas eram chamadas de feiticeiras e perseguidas pela Santa Inquisição, mesmo que, constantemente, os clientes fossem homens, brancos e ricos.

Esse é o caso de Maria Ortega, “feiticeira de renome moradora em Lisboa, ‘parda-livre’, ex-escrava, solteira, 33 anos, natural de Castela” (HENRIQUES, 2019, p. 34). Ela dava consultas por todo Portugal e os clientes faziam longas filas na porta de sua casa, mesmo o preço cobrado por seus serviços sendo alto. Na verdade, sua clientela era justamente formada por portugueses de alto calão e riqueza. Maria Ortega foi processada por feitiçaria em 1637, condenada a ser açoitada, encarcerada e, por fim, exilada para Angola. No auto-de-fé, escreve Henriques, Ortega confessou seus “crimes” e descreveu que via a figura do diabo exatamente como ordenado pelos inquisidores.

A singularidade deste acontecimento está precisamente na associação entre as práticas africanas e as formas do Catolicismo, nos locais escolhidos, na participação do frade, na utilização de objectos sagrados como santinhos, orações escritas, fragmentos de pedras de igrejas e sobretudo dos altares, que substituíam os inacessíveis objectos do sagrado africano – búzios, vegetais, minerais, animais, humanos – destinados aos rituais, em África. Estas práticas religiosas, muito censuradas pelas autoridades civis e religiosas, e duramente punidas com a própria vida – embora seja provável o número baixo de mulheres queimadas pelo fogo da Inquisição¹¹ –, constituíam um espaço sincrético de entendimento entre os Portugueses e os profissionais africanos – homens e mulheres – desta actividade, que dura até aos nossos dias (HENRIQUES, 2019, p. 34).

Não é à toa, portanto, que aquelas mulheres que conseguiram, de alguma forma, sobreviver aos silêncios da história e dos historiadores componham um grupo que se pode chamar de privilegiado, com a presença de mulheres brancas e burguesas ou de classe média.¹² Mesmo essas passaram por uma outra questão, que seria o preconceito e a resistência da sociedade à sua forma de ter voz: a escrita.

Como já apontado, a mulher branca ocidental¹³ era vista como socialmente destinada a certos papéis e possuidora de certas características artificiais, ambos colocados como naturais, como a delicadeza, a pureza, a compreensão, a paciência, o amor, mas também o descontrole emocional, a fraqueza, a pouca compreensão do mundo e das artes. Suas principais funções eram voltadas para o trabalho doméstico e, quando musas de artistas, eram colocadas como

¹¹ Aqui, é importante uma observação. O “número baixo de mulheres queimadas pelo fogo da Inquisição” a que Isabel Henriques se refere é em Portugal, pois, de acordo com alguns historiadores, a Inquisição foi mais pesada em países em que a disputa entre catolicismo e protestantismo era mais forte, como já informado. Portugal, sendo um país mais solidamente católico, junto com Espanha, Itália e Irlanda, foi responsável por 6% dos tribunais da Santa Inquisição (BANDEIRA, 2018). Isso não significa dizer, contudo, que as perseguições não existiam no país aqui estudado.

¹² Como será demonstrado mais adiante, é neste grupo em que se encontra Virgínia de Castro e Almeida, assunto principal desta tese, logo, partiremos principalmente deste ponto de vista, nos referindo sobre essa esfera quando falarmos de forma mais generalizada, porém tentaremos sempre buscar apontar a ausência de outros grupos femininos ou em nos discursos, ou em menções sobre a participação delas em certas situações.

¹³ Mais adiante, no capítulo 3.4, trabalharemos a diferenciação entre Ocidente e Oriente para, por exemplo, entendermos melhor o que se considerava mulher ocidental e oriental. Contudo, o sentido de “mulher europeia” nos cabe aqui.

anjo, matronas, deusas, esposas, amantes e senhoras se fossem pintadas de maneira positiva; se não, eram tentadoras, demônios, bruxas, *femmes fatales*, perdidas e que levavam os homens à perdição. Dessa forma, nada mais condizente com tais visões do que, já que não era possível evitar que elas escrevessem, definir gêneros literários que condissessem com seu gênero, segundo o que mandava o patriarcado.

Vanda Anastácio escreve que os gêneros mais comuns entre o público feminino, entre os séculos XV e XVIII eram “as cartas, os prólogos e dedicatórias, a poesia lírica, a autobiografia ou as vidas exemplares de santos e figuras femininas, os diários e as máximas, as novelas alegóricas, as regras de vida, as orações, os textos de edificação” (2013, p. 283). Já textos como épicos – que possuíam muitas cenas de guerras, virilidade, erotismo e características ou personagens profanos –, textos voltados para política – ensaios, artigos de jornal etc. –, para propagandas, cientificismo e academicismo eram vistos como predominantemente masculinos.

Outrossim, os temas também eram separados: ao considerado “sexo frágil”, eram destinados temas ligados ao sentimentalismo, ao coração, à família, à religião, à moda; ao “sexo forte” e varonil, todo o resto era bem-visto: política, economia, lutas sociais, partidos, cultura, viagens, questões estrangeiras, negócios, além dos temas permitidos às mulheres – normalmente, tendo-se em vista estas como público-alvo de seus escritos. Assim, o adjetivo “feminino” era utilizado como forma de separação e classificação: “escrita feminina”, “textos femininos”, “ficção feminina”, entre outros, eram expressões postas como uma maneira de diferenciar escritos de homens e mulheres, dando também a entender, indiretamente, a qualidade daquilo que se lia.

Claro que isso não significa dizer que as mulheres se prenderam apenas aos gêneros literários separados para elas. Existem, por exemplo, diversos épicos escritos por freiras no século XVI, como Soror Maria Pimentel¹⁴. Inúmeras publicações em periódicos, em livros de ficção e poesias fora dos temas ditos “apropriados” foram escritos por mulheres, ainda que, amiúde, por meio de pseudônimos – que remetiam a nomes masculinos muitas vezes. Temos como exemplo George Sand, pseudônimo inglês da francesa Amandine Aurore Lucile Dupin, baronesa de Dudevant. Sand escreveu, na primeira metade do século XIX, cerca de 70 novelas e relatos, duas dúzias de peças de teatro e 25 volumes de correspondências e ensaios (TOLEDANO, 1994). Por ousar ir além dos gêneros literários e temas supostamente femininos, Maria Amália Vaz de Carvalho, escritora portuguesa da segunda metade do

¹⁴ Mais sobre ela, cf. BATISTA, Carolina Lopes. Quod scripsi, scripsi: uma aproximação possível entre Soror Pimentel e José Saramago. *Revista Épicas*, Itabaiana, v. 3, n. 6, p. 1-17, 2019.

mesmo século, dizia que Sand era “produto híbrido, estranho, glorioso e sem sexo” (CARVALHO, M., 1877, p. 226-227). Além disso, Maria Amália afirma que essa, na verdade, é uma característica de toda escritora:

[...] quem diz *escriptora* diz uma creatura hybrida, mulher pela graça, pela singular compreensão dos mysterios da alma feminina, pela maneira especial e verdadeiramente seductora de escrever de analysar e de observar, mas lamentavelmente esquecida de tudo que nunca, nunca, deve ser esquecido pelo seu sexo (CARVALHO, M., 1903, p. 163, grifo da autora).

A oitocentista portuguesa via, dessa maneira, e concomitante à visão dos homens, a escritora como um ser híbrido, pois mistura feminilidade e a virilidade masculina em sua arte. Essa era uma opinião compartilhada por outras mulheres, suas contemporâneas. Isso não significa afirmar que todas as autoras e outras mulheres que lutavam por seus direitos concordassem com essa definição.

Chegamos, portanto, a um dos séculos que é foco deste trabalho e o início de diversos movimentos feministas ao redor do globo: o século XIX.

1.2 O século que não terminou e suas revoluções

[...] em muitas delas aparece a definição que Michelet deu da mulher, *uma doente*. Ora bem: isto me permite a grosseria de dizer a uma escritora que o indispensavelmente necessário para uma mulher é... o médico. [...]

Deus era o médico da mulher: hoje o seu médico e o tutor dessa pupila eterna é o homem: o pai, o marido, o filho. Ai da mulher que se não submeter, dócil e amavelmente, a cada um destes *médicos*¹⁵ nos períodos sucessivos de sua existência!

Oliveira Martins

Na Europa do século XVIII, a relação entre os ambientes público e privado e a sociedade estava ligada com a evolução cosmopolita: à medida que as cidades iam crescendo e se desenvolvendo, mais o “‘público’ veio a significar uma vida que se passa fora da vida da

¹⁵ Grifo do autor.

família e dos amigos íntimos” (SENNETT, 1988, p. 32). A partir do século XIX, a vida do homem público foi mudando, embora ainda coexistindo com a organização do século anterior. Nessa nova geografia, a família passa a ser um escudo *contra* o ambiente externo e suas formas de controle social, tendo uma moral superior. Todavia, o ambiente familiar foi tornando-se, aos poucos, “um parâmetro moral para se medir o domínio público das cidades mais importantes” (SENNETT, 1988, p. 35). Ou seja, se a vida pública é algo que se passa fora da família e a família passa a ser de grande importância moral e até um modelo a ser seguido, a mulher, para se mostrar uma senhora de **família**, deve se limitar a esse lugar. Assim, se o poder político está na esfera pública, um espaço masculino, o trabalho da maioria das mulheres, portanto, é dentro de casa, com o marido e com os filhos, sendo o serviço assalariado algo temporário e apenas para complementar a renda. Não à toa, Michelle Perrot (2017) escreve que o século XIX elevou ainda mais a segregação e a divisão de tarefas de acordo com os gêneros.

Deve ficar claro que não se trata absolutamente de uma história das origens. O século XIX nada inventa nesse domínio; ele apenas reformula uma questão muito antiga, na verdade eterna, reapropriando-se dela. Talvez com uma intensidade particular, na medida em que a construção das democracias ocidentais vem acompanhada, e mesmo apoiada, numa definição mais estrita do público e do privado e dos papéis sexuais (PERROT, 2017, p. 182).

Esses papéis citados por Perrot podem também ser bem definidos a partir da aparência física. Monica do Nascimento Figueiredo escreve, em “Das linhas que costuram a ficção: o século XIX através das roupas” (2012), que a moda do século que aqui trabalhamos teve profunda motivação nas questões relacionadas às transformações vividas pela sociedade – alterações estas na História, na política, na sociedade e na economia. Sendo assim, Figueiredo aponta que “a roupa deixou de ser meramente um abrigo para o corpo, ou uma resposta à suposta vergonha humana para se tornar um complexo sistema” (2012, p. 68). Além de fazer a distinção das classes sociais, a moda ainda tinha outro importante objetivo: marcar, de forma inquestionável, o lugar da mulher e do homem. Ou seja, na mulher, principalmente a burguesa, deve-se apontar tudo o que é digno de seu gênero: a fragilidade, um corpo delicado e com formas, cabelos bem-tratados e longos, com penteados impecáveis e na moda, sapatos, luvas e bijuterias que exponham pés e mãos pequenos, ao mesmo tempo em que se deixa em evidência sua principal função, que é a reprodutora (seios e ancas definidos). O que foge a esse estereótipo e pode se assemelhar a um corpo masculino “torna-se uma anomalia inquietante”, escreve Yvonne Knibiehler (1994, p. 352).

Knibiehler aponta, ainda, para a diferença no vestuário em relação às fases da vida feminina. Quando pequena, a criança pode usar vestidos e saias que mostrem seus sapatos ou

até as calças que vestem por baixo, além de poder ter seus cabelos soltos; ao chegar à puberdade, a menina trança seus cabelos e a saia vai até os tornozelos; depois, a bainha deve ir até o chão e os cabelos passam a ter penteados mais elaborados. Isso é possível de ser comprovado com uma passagem do romance *A falência*, de Júlia Lopes de Almeida, escritora brasileira do século XIX, filha de imigrantes portugueses. Na cena, Camila, protagonista do romance, conversa com alguns conhecidos sobre sua filha, Ruth:

- Estamos bem. A sua filha Ruth tem feito as honras da casa. E como ela está crescida; já não lhe ficam bem os vestidos curtos...
 - Não diga isso ao pé dela; apesar de que estou certa de que não toleraria as caudas; é muito criança e tem modos de rapaz. Não imagina, d. Inácia, que fantasia a desta menina! Não sei como se arranja, mas a verdade é que se encarrapita nas árvores com o seu violino; e faz gosto ouvi-la tocar lá em cima. Diz que é pra fazer concertos com os passarinhos. Veja se eu a posso pôr de vestidos compridos. Que horror!
 - Ah! Mas é preciso perder este costume; ela já tem os seus treze anos...
 - Catorze...quase quinze! Mas não parece.
 - Isso de trepar nas árvores é para rapazes; uma menina de educação tem deveres...
- (ALMEIDA, J., 2019 [1901], p. 70).

Da mesma forma, a cor branca também marca a passagem de moça para senhora: ela é a cor da roupa da primeira comunhão, do primeiro vestido de baile e do vestido de casamento. Antes de ser dada ao marido, ela deve ser humilde, pura e inocente; após o casamento, por conta do ato sexual, outras cores são indicadas para essa nova fase, podendo – e devendo – agora se enfeitar de forma sofisticada (KNIBIEHLER, 1994).

As calças tiveram um trajeto interessante: antes proibido para mulheres, por deixá-las sem forma e semelhantes ao homem, depois passam a ser um importante instrumento para cobrir o corpo feminino. Na verdade, a quantidade de tecido usado nesse período é imensa, pois qualquer indício de sexualidade na mulher é um perigo para ela mesma – vícios e perdições são as justificativas – e para os homens.

Aliás, o medo do corpo feminino era tão grande que se devia escondê-lo a todo custo: a higiene, mais de uma vez por semana, de outras partes que não as mãos e o rosto – ou seja, de todo o resto – devia ser evitada para não parecer libidinagem; exercícios físicos ao ar livre eram mal vistos, pois além de macular a pele exposta ao sol, a mulher era considerada feia por conta do esforço, do suor e da falta de arrumação; a educação sexual, dita como salutar pelos médicos por poder prevenir doenças, era negada veementemente porque as fazia conhecer seu próprio corpo, além de vigiar o masculino, o que era considerado uma enorme ousadia. Dessa forma, seu próprio ser era um tabu, completamente vedado e desconhecido não só pelos outros, mas por si mesma. E para quê uma mulher precisaria de tal conhecimento? Afinal, o propósito de sua estrutura física era simplesmente parir, amamentar e ser fonte de prazer para seu marido, sem qualquer contrapartida nesse gozo. De fato, muitos médicos vitorianos

afirmavam que a mulher era frígida e “que a sexualidade feminina é satisfeita com o parto e com a vida doméstica” (KNIBIEHLER, 1994, p. 366).

Todas essas medidas eram mecanismos elaborados para prender cada vez mais uma parte da sociedade no âmbito privado, usando regras que se embasavam no biológico, no econômico, na moral e, principalmente, no religioso. Ainda assim, existiam mulheres – e muitas – que não só participavam da vida pública, como ainda faziam parte, e uma importante parte, de protestos e outros movimentos sociais.

Primeiramente, como já apontado, não é possível falar de um grupo homogêneo de mulheres. Knibiehler explica, por exemplo, que a regra das vestimentas e do silêncio sobre a sexualidade não era igual no campo. Na área rural de diversos países, há culturas um pouco diferentes da citadina: além do conhecimento, desde muito jovem, da existência do ato sexual observado na natureza, há festas, atividades e costumes de origem pagã:

Na Provença, durante o Carnaval, os rapazes perseguem as raparigas e sujam-nas com lama nos seios e nas coxas. No centro e no oeste da França existem “feiras de raparigas”. E ainda que a sociedade rural exerça um certo controlo sobre os jovens, os encontros entre os dois sexos são bastante livres. No Marais da Vendeia, os apaixonados, abrigados por um enorme guarda-chuva, entregam-se a contactos tolerados pelas famílias: beijos prolongados, masturbação recíproca; as raparigas têm a curiosidade de experimentar vários namorados. A ofensiva católica do final do século teve grandes dificuldades em lhes impor a virtude (KNIBIEHLER, 1994, p. 369).

Da mesma forma, as regras também se diferem dentro da própria cidade quando falamos das classes sociais mais baixas.

A mulher do povo tem mais independência nos gestos. Seu corpo se mantém livre, sem espartilho; suas saias largas prestam-se à fraude: antigamente, as mulheres fingiam estar grávidas para passar com o sal na frente dos coletores de gabela, como a seguir fazem com as alfândegas e as fronteiras. [...] A dona de casa anda “com a cabeça descoberta” [...], indiferente à moda e seus mandamentos que tiranizam as mulheres da “classe ociosa”, quase nem se preocupando com um asseio que fica particularmente difícil com os problemas de conseguir água. Ela tem gesto e revide rápidos. É uma mulher explosiva, cujas reações são temidas pelas autoridades (PERROT, 2017, p. 213).

Também aqui a questão do público e do privado fica um tanto quanto turva, pois muitas mulheres chamadas “do povo” precisam trabalhar para complementar a renda familiar – isso quando, por vezes, não é a única fonte de renda da casa. Elas trabalham em fábricas, no próprio lar, em barracas nas ruas, em lavadouros... suas funções são inúmeras: tecelãs, vendedoras – de frutas, flores, legumes, peixes –, revendedoras – de suas próprias roupas quando necessário –, costureiras, lavadeiras, entre diversas outras. Elas ocupam as ruas e calçadas, correm, gritam, fazem festa e atravessam igrejas durante celebrações. Em casa, controlam o dinheiro do marido, para que este não gaste tudo em bebidas e outros

divertimentos – o que Michelle Perrot denomina de “matriarcado orçamentário” (2013, *passim*).

No século XVIII e outros períodos da História, as “mulheres populares” eram fiscais de homens em fábricas, curandeiras da localidade e detentoras de diversos conhecimentos. No entanto, o falocentrismo social do século XIX acabou por rebaixá-las a segundo plano: de fiscais das fábricas passaram a submissas e cargos menores; de curandeiras para feiticeiras, com o surgimento de médicos (sempre homens); de guardadoras de sabedoria tornaram-se contadoras de histórias ou ignorantes, que servem apenas para serem donas de casa, pois as faculdades – essencialmente masculinas – passam a ser o verdadeiro saber (FEDERICI, 2017).

Ainda assim, não se calaram completamente. Nas diversas lutas operárias que explodiram em toda a Europa no século XIX, elas tiveram participações de destaque, levando, inclusive, seus filhos a participar de alguns movimentos. Como trabalhadoras, defendiam seus direitos a emprego, e emprego decente; como esposas, estavam à frente dos protestos, atijando a turba. As formas eram variadas: petições, cartazes, interdições, ameaças e até destruição de máquinas, causando a prisão, às vezes, de toda uma família. Perrot cita a fala de um procurador do rei que exclama: “E o que é penoso de se dizer é que, entre os mais encarniçados contra a guarda nacional, faziam-se notar sobretudo as mulheres que, com os aventais cheios de pedras, ora atiravam-nas pessoalmente, ora distribuíam-nas para atirar” (AGUET, 1954, p. 330). Algumas ações dessas manifestações recordam-nos dos chamados “charivaris”, que ocorriam na Idade Média quando o povo de um vilarejo ficava ciente de algum acontecimento que ia contra as normas sociais – não necessariamente explícitas, mas de conhecimento geral – e iam fazer a sua justiça em forma de zombaria: juntavam-se com panelas e outros utensílios domésticos para gritar, rir e fazer algazarras estrondosas na moradia do cidadão até que este fosse embora (MINOIS, 2003). Tais movimentos das operárias eram também utilizados para outras situações do dia a dia, como o aumento do preço da comida e da moradia, causando um grande medo nas autoridades e nos patrões.

Com o tempo, todavia, algumas coisas começaram a se modificar: os horários, mesmo das mulheres do povo, tornaram-se mais rígidos, as responsabilidades foram aumentando – a dona de casa como responsável pela educação dos filhos – e, mesmo diante da batalha, acabaram sendo oprimidas, pois os sindicatos acabaram por afastar as mulheres das lutas, por medo de não serem levados a sério (PERROT, 2017).

Mesmo diante dessa situação, diversas continuaram a se impor e, agora, pelos seus direitos mais primordiais. E tomando à frente de alguns movimentos para sua emancipação, estava o grupo considerado “ocioso” e “prisoneiro”: as senhoras burguesas.

1.3 Os movimentos feministas em Portugal: do século XIX à primeira metade do século XX

Porventura é isso novidade para alguém? Julgaram os homens, por acaso — tamanha será a sua ingenuidade?! — que podiam em vão dispor de metade da humanidade, reduzi-la ao papel farfalhado de *deusa do lar, nuvem, anjo, demonio*¹⁶, e todas quantas mais banalidades se têm dito e escripto há séculos, e dizer-lhe: — fica ahi! o teu destino é agradar-me ou servir-me, conforme o meu capricho de senhor!?

Ana de Castro e Osório

Embora os movimentos em prol da justiça social promovidos pelas mulheres e para as mulheres tenham ganhado maior destaque no final do século XIX e início dos XX, isso não significa dizer que não havia qualquer tipo de movimento popular ou artístico voltado para essas reivindicações anteriormente – como pudemos perceber de forma breve previamente. No entanto, foi nesse período do XIX para o XX que os movimentos tomaram um corpo mais sólido e se expandiram.

A primeira vez que a palavra “Feminismo” foi utilizada foi com o sentido de um adjetivo que transmitia a ideia de características consideradas próprias da mulher. Quem cunhou o termo foi o médico Ferdinand-Valère Faneau, que, em 1871, em sua tese *Du Féminisme et de l’infantilisme chez les tuberculeux* (Sobre o Feminismo e o infantilismo na tuberculose), apontava traços “feministas” e infantis em homens acometidos pela tuberculose, tais como seios volumosos, órgãos genitais pequenos, cabelo fino, pele macia, poucos cabelos faciais, cílios longos etc. Depois de fazer bastante sucesso com seu trabalho, o escritor

¹⁶ Grifos da autora.

Alexandre Dumas Filho apropriou-se do termo e o utilizou em seus textos para criticar pessoas do gênero masculino que apoiavam causas femininas, como o divórcio (FERREIRA, 2014). A palavra passou a não ter mais o sentido pejorativo e estar mais próximo do conhecido atualmente através das sufragistas, que a usaram para significar a luta coletiva dos direitos iguais para a mulher.

Maria Regina Tavares da Silva (1983) explica que, muitas vezes, “Feminismo” é explicado a partir dos seus contrários, ou seja, partindo daquilo que ele não é. Por ser um termo que, desde o período oitocentista até os dias atuais, é carregado de preconceitos, escárnio e mal entendimento, é comum ler ou escutar frases como “o Feminismo **não** significa a mulher acima do homem”, “o movimento **não** quer obrigar todas as mulheres a deixarem de ser donas de casa”, “as mulheres **não** querem imitar os homens, tornarem-se homens”, “**não** se quer, com o Feminismo, eliminar a família”, entre diversas outras. Isso não significar dizer que tais afirmações estejam erradas; todavia, ao se definir o movimento pelo que ele não é, acaba-se por criar “o verdadeiro Feminismo” em contraponto a um “falso Feminismo”. Da mesma maneira, forma-se uma ideia de que existe a “verdadeira feminista” e a “falsa feminista”, criando uma ruptura dentro dos próprios grupos, como é possível perceber na fala de algumas mulheres do século passado:

Uma verdadeira feminista **não** pode pensar em masculinizar-se, porque orgulha-se de ser mulher (GUIMARÃES, 1978, s/p, grifo nosso).

O Feminismo **não** é o que muitos julgam e pensam, as mulheres a desejarem imitar os homens, fumando, usando bengala, colarinhos, gravatas e tantas outras imitações ridículas (CABETE, 1925, p. 26, grifo nosso).

Confundir, pois, as feministas com as desequilibradas que jogam e fumam, exploram o homem e abominam o trabalho, com as que **não** amam a missão de mãe, **não** aspiram à carinhosa abnegação de esposa, desdenham as doces minúcias duma vida sacrificada ao bem-estar da família, é um erro tão grave e funesto para a autêntica felicidade da Pátria que custa a perdoar (COSTA, 1923, p. 126, grifos nossos).

Essa concepção errônea continua até os dias de hoje e, por isso, apoiamos a definição simples e curta de bell hooks¹⁷, que, embora tenha sido proferida em 1984, pode ser aglutinadora de todas as lutas das mulheres mesmo antes do surgimento de sua expressão: “Feminismo¹⁸ é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (HOOKS, 2018, s/p). Portanto, ainda que aconteçam discordâncias entre as mulheres sobre a maneira de executar suas ideias, os objetivos, em menor ou maior grau, são sempre os mesmos.

¹⁷ Por decisão da própria autora, seu nome é grafado em letras minúsculas.

¹⁸ Mais adiante, veremos que o Feminismo não é único, possuindo diversas vertentes, porém utilizamos, por vezes, no singular para descrever de forma generalizada; em outros momentos, o plural é o mais ideal.

Como visto anteriormente, a luta feminina pela simples existência da mulher, principalmente quando se fala de pessoas de orientação sexual fora do normativo, de outra etnia etc., remonta séculos atrás. Os protestos organizados, sistematizados, por direitos e garantias relacionados ao gênero, comandados, principalmente, por uma elite intelectual – mas não somente –, tiveram como marco inicial a Revolução Francesa e sua *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, em que se proclama a igualdade de todos os indivíduos, tomando a palavra “homem” com o sentido de “ser humano”. Contudo, como Perrot aponta, a mulher continuou sendo oprimida e discriminada, o que a faz questionar-se: “As mulheres não seriam ‘indivíduos’?” (2017, p 186).

Em 29 de outubro de 1771, a escritora francesa Olympe de Gouges publicou sua resposta à *Déclaration des droits de l’homme et du citoyen* (*Declaração de direitos do homem e do cidadão*), chamada *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne* (*Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*), que citava a igualdade jurídica – de votos, de ter acesso a instituições, entre outros –, porém, essa sua versão foi rechaçada e esquecida completamente até 1986. Em 5 de janeiro de 1832, Nísia Floresta, de pai português e mãe brasileira, produziu os *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* que, embora seja a tradução livre do tratado de Mary Wollstonecraft *A vindication of the rights of woman* (SHARPE-VALADARES, 1989), é considerado por alguns como o primeiro livro feminista brasileiro. Nele, é declarado que as mulheres são tão dotadas de inteligência e razão quanto os homens, portanto, merecedoras de respeito e de cargos ocupados até então somente para homens.

Enquanto isso, em Portugal, ocorreu, entre os séculos XVIII e XIX, a querela literária “Malícia e bondade das mulheres *versus* Malícia e bondade dos homens”, na qual homens e mulheres escreveram respostas uns aos outros sobre qual gênero é malicioso e qual é bom, tendo seu início com a resposta, em 1730, da portuguesa Paula da Graça a um poema, supostamente, de Baltasar Dias, e sendo a discussão finalizada com um texto assinado apenas por “Uma Senhora da Província”, em 1812 (ANASTÁCIO, 2013). Apesar dessa “guerra entre sexos”, como escreve Vanda Anastácio, movimentos mais significativos em Portugal, com propostas palpáveis, vieram a acontecer mais para o fim do século XIX e início do XX.

A tomada de consciência feminina a respeito de seu praticamente ausente poder político e o crescente desinteresse de uma vida exclusivamente doméstica foram iniciados nesse período, o que causou forte medo e desconforto nos homens que temiam a inversão dos papéis e a desorganização da família (VAQUINHAS, 2011). Como pode ser visto na Figura 2, alguns se utilizaram da caricatura em jornais e revistas para ridicularizar os movimentos feministas e suas reivindicações. Irene Vaquinhos ainda explica que esse discurso se torna

cada vez mais recorrente na tentativa de fazer a “fada do lar” retornar para os seus devidos afazeres. No entanto, longe de diminuir, os movimentos só continuaram a se desenvolver.

Figura 2 – Caricatura do Feminismo



Caricatura de Stuart de Carvalhais publicada na revista *Satira*, ano 1, n. 1, 1 fev. 1911.
Fonte: VAQUINHAS, 2011.

Assim como em diversos outros países, os movimentos feministas em Portugal foram guiados por uma elite intelectual de mulheres, o que pode ser explicado quando se analisa as estatísticas a respeito da instrução formal no país. João Esteves, em “Os primórdios do Feminismo em Portugal” (2001), esclarece que a taxa de alfabetismo em Portugal era altíssima: em 1890, cerca de 85,4% da população era analfabeta; em 1900, 85%; e, em 1911, eram 81,2% os que não sabiam ler ou escrever. Desses 14 a 19% que eram letrados, apenas 1/3 era composto por mulheres, segundo a escritora e feminista Ana de Castro Osório (SILVA, Maria, 1983). Para a sociedade burguesa, a alfabetização e a conscientização caminham juntas (WEFFORT, 2017), logo, um povo pouco – ou mal – instruído pode ser mais facilmente manipulado pelos que detêm o poder social e econômico (FREIRE, 2017), dessa forma, não é surpreendente que as mulheres da classe média, aristocracia e burguesia –

geralmente inclui-se nessas classes a cor branca –, que foram ganhando alguma instrução e algum espaço ao longo dos séculos, acabassem por ser as que mais chamavam atenção em relação às suas lutas.

Por outro lado, vimos também que as mulheres trabalhadoras lutavam constantemente pelos seus direitos, mesmo que não tivessem o mesmo nível de instrução das elites. Da mesma forma, existiram não brancas à frente de diversos protestos não só na Europa, como nos Estados Unidos e em outros países. A título de exemplificação, ainda que pertencesse à aristocracia, Sophia Duleep Singh abriu mão de seus privilégios e junto com outras sufragistas de origem indiana (Figura 3) lutaram pelos direitos das mulheres britânicas e indianas no Reino Unido. Todavia, sua participação é constantemente ofuscada pela presença de feministas brancas.¹⁹

Figura 3 – Sufragistas indianas



Fonte: Google Inc.

Nos Estados Unidos, as lutas das mulheres negras são amplamente conhecidas, entretanto, historicamente costuma-se destacar suas lutas por conta da cor. Por precisarem exigir não apenas direito de voto, por exemplo, como também o direito de pertencer aos mesmos lugares que os brancos, suas reivindicações não são vistas como feministas, talvez

¹⁹ A participação delas foi deixada de lado inclusive no filme *As sufragistas* (2015), em que apenas mulheres brancas fazem parte do elenco, ainda que Singh tenha liderado inúmeros movimentos, tenha feito parte de várias ligas, como a União Política e Social das Mulheres, e ainda fosse amiga de Emmeline Pankhurst, importante nome na luta dos direitos feministas e interpretada por Meryl Streep no filme (FINCO, 2015).

justamente pela deturpação liberal da História, que segrega cada questão em uma causa, em um movimento isolado, como se classe, raça, sexualidade e gênero não se entrelaçassem. A título de exemplificação de mulheres negras feministas, temos Sojourner Truth, ativista do século XIX que discursou na Women's Rights Convention (Convenção dos Direitos da Mulher), em Ohio, após ouvir de pastores que mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que o gênero masculino, por serem delicadas e frágeis. Em seu discurso, argumentou sobre a diferença de tratamento existente para com mulheres brancas e mulheres negras na sociedade, assim como as diferentes realidades vividas por elas, deixando óbvio que fragilidade e delicadeza não eram impedimentos para que pudessem ter direitos iguais, visto que ela, assim como outras, sofreram situações pelas quais nenhum homem branco passou. Ao longo de sua fala proclamou repetidas vezes para dar ênfase a frase que serve como título do primeiro livro de bell hooks: “e eu não sou uma mulher?”.²⁰

Figura 4 – Desenho de Sojourner Truth discursando em Women's Rights Convention em Akron, Ohio, em 1851



Fonte: <https://www.struggle-la-lucha.org/2020/04/08/sojourner-truth-and-aint-i-a-woman/>

²⁰ Para ler o discurso completo e traduzido, ver: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>.

Retornando a Portugal, é possível perceber porque o Feminismo nesse país foi moderado, pouco dado à violência e a protestos e mais voltado para a persuasão. As militantes são menos radicais do que poderia se esperar, já que para a elite branca oitocentista não era interessante correr o risco de perder alguns privilégios ao desagradar em demasia a sociedade.

A mulher burguesa faz questão de seus grilhões porque faz questão de seus privilégios de classe. Explicam-lhe sem cessar (e ela sabe) que a emancipação das mulheres seria um enfraquecimento da sociedade burguesa; libertada do homem, seria condenada ao trabalho; pode lamentar não ter sobre a propriedade privada senão direitos subordinados aos do marido, porém deploraria ainda mais que essa propriedade fosse abolida; não sente nenhuma solidariedade com as mulheres da classe proletária: está muito mais próxima do marido do que das operárias da indústria têxtil (DE BEAUVOIR, 1970 [1949], p. 145).

Ainda assim, isso não significa dizer que não houve militantes brancas que apoiavam um maior radicalismo de suas companheiras e uma intercessão com outras causas sociais, como foi o caso de Maria Veleda, pseudônimo de Maria Carolina Frederico Crispim, jornalista, apoiadora das causas operárias e crítica ao monarquismo e ao Feminismo conservador, movimento este que não olhava todas as mulheres, apenas algumas.

Como se sabe, em Portugal, as relações entre o feminismo e o operariado foram bastante ténues, e a preocupação aqui manifestada pelas operárias cedo desaparecerá dos discursos feministas, com raras exceções, entre as quais se conta Maria Veleda, em parte devido ao seu percurso pessoal, tendo muitas vezes convivido com a miséria (ESTEVES, 2001, p. 99).²¹

Uma das principais reivindicações de maior parte das feministas europeias, o voto universal, também foi motivo de controvérsia entre diversos grupos. Foi no século XIX que as discussões sobre o sufrágio universal – e não apenas para homens, que ainda eram da elite – iniciaram de forma fervorosa. Segundo Peter Gay (2002), seus critérios eram questionados em todos os países da Europa e nos Estados Unidos, inclusive, neste último, as regras eram menos restritas, mas ainda excluía os escravizados e as mulheres do povo votante. Após a Guerra de Secessão, ocorrida entre 1861 e 1865, os negros, agora não mais escravizados, passaram a ter direito de voto²²; já as mulheres só receberam essa permissão em 1890.

Na Europa, a situação variava de acordo com o país. Na França, por exemplo, apenas 1% da população tinha direito ao sufrágio, pois era necessário que o votante pagasse mais de 300 francos de impostos. E menos do que essa porcentagem poderia se candidatar a cargos políticos, pois, para esse fim, era preciso que o cidadão pagasse cerca de mil francos em impostos. Em 1831, com algumas mudanças, a quantidade de eleitores cresceu para 3%, ainda

²¹ Nota-se aqui como simplesmente apoiar a causa operária, mesmo que em textos e reuniões, tais como outras feministas consideradas “moderadas”, e criticar outras mulheres que não visualizavam a importância dessa união de causas, já era o suficiente para considerar essa pessoa mais extremista.

²² Direitos conquistados apenas teoricamente, já que, embora tenham sido declarados em lei os direitos iguais entre brancos e negros em 1868 e o direito a voto em 1870, foram criadas restrições para burlar tais leis.

um número muito irrisório. A Bélgica, em 1830, estendeu o sufrágio para quase todos os adultos homens. Na Itália, apenas 8% votavam em 1870, mas, em 1882, ao diminuir a idade mínima e o valor pago em impostos, essa porcentagem cresceu para 32%. A Suécia, por outro lado, tinha a quantidade de um terço dos homens que conseguia votar. O Reino Unido foi um importante exemplo para a Europa, pois, entre 1832 a 1885, conseguiu com que até operários fossem sufragistas e, em 1872, instituiu o voto secreto (GAY, 2002). No entanto, nada é dito sobre mulheres, que vieram a votar na Grã-Bretanha apenas em 1918...

Já em Portugal, a primeira mulher a votar foi Carolina Beatriz Ângelo, em 28 de maio de 1911. Os requisitos para ser eleitor em terra lusitana era ter mais de 21 anos, saber ler e escrever e ser chefe de família. Como era médica e viúva, sendo a chefe de sua família, concluiu, corretamente, que se encaixava em todas as regras. Ao ter seu voto negado, levou a situação à justiça, a qual concedeu seu direito a voto.

Relatos contemporâneos contam que, quando ela lançou o seu voto na urna, “uma estrondosa ovação irrompeu da multidão que testemunhava aquele acto virgem nos anais da política portuguesa”.

Claro que esta interpretação liberal da lei não agradou à mentalidade da época e a lei foi rapidamente alterada, de modo a evitar confusões e a tornar bem expressa a discriminação.

Foi uma longa luta, progressivamente vencida em 1931, em 1946, em 1968 e, de modo total, só bem perto dos nossos dias (SILVA, Maria, 1983, p. 892).

Esse histórico mostra que as discussões estavam longe de ser encerradas. Enquanto os liberais usavam a justificativa de que pessoas sem instrução não eram racionais o suficiente para votar – e aqui devemos lembrar que mulheres eram consideradas pouco racionais e de baixo intelecto – e que ainda acabariam elegendo mal, levando ao poder alguém que criaria novas formas de escravidão; os democratas diziam que tais possíveis eleitores não eram muito diferentes dos burocratas e professores instruídos e, portanto, deveria haver maior amplidão de votantes. Ambos discordavam dos conservadores, e ainda existiam aqueles que eram progressistas de esquerda, mas que pensavam de forma mais radical, explicando que o voto universal não faria qualquer diferença nas questões econômicas e sociais, ponto principal de qualquer discussão que visasse a mudanças.

Entre as feministas portuguesas, o mesmo ocorria. Assim como diversas outras, Ana de Castro Osório, nome mais conhecido entre as escritoras e feministas portuguesas da época, defendia o sufrágio, mas não a todas as mulheres (ARAO; SAMYN, 2014): apenas àquelas que trabalhavam, que levavam a vida honestamente – conceito subjetivo que poderia ser aplicado de acordo com a moral pessoal ou de certos grupos, mas obviamente excluindo a parcela que até hoje é marginalizada: prostitutas – e que pagavam impostos (OSÓRIO, 1910). A já citada Maria Veleda, contudo, discordava, pois “a concessão de voto às mulheres, em tais

circunstâncias afigura-se-nos uma verdadeira injustiça para com as mulheres que não pagam contribuições, não possuem diplomas nem escrevem artigos”, afinal, “só porque são pobres, não puderam fazer um curso, ou lhes faltam aptidões para escrever, há de tirar-se-lhes um direito que é de todos?!” (VELEDA, 1910, p. 6). Além disso, Veleda se dizia antissufragista pelo mesmo motivo expresso por Mikhail Bakunin, fundador do Anarquismo, em “A ilusão do sufrágio universal” (1910), texto o qual explica que o sufrágio universal não é igualitário, pois normalmente quem ocupa um lugar no governo é a burguesia, classe esta que quase sempre governa para seus próprios interesses e baseada em seus preconceitos. O povo, oprimido pelo trabalho e pelas suas condições financeiras, pouco tempo possui para cobrar de seus governantes as ações necessárias. Tendo em mente essa relação de poder e dinheiro entre governo e povo, Veleda escreve:

Como já tenho afirmado muitas vezes em público, sou anti-sufragista. Não creio que o suffragio melhore muito as condições económicas da mulher. E a questão económica é, sem dúvida, a primeira razão para que exista o feminismo.

Se hão-de dar o voto às mulheres portuguesas, façam-no então com um grande espirito de coherencia e de justiça. Do contrário, teremos sempre o privilégio, o odioso espirito da divisão de classes.

[...]

Não sou suffragista — repito —, mas, se o fosse, pediria tudo, e, se não dessem tudo, não acceitaria nada (VELEDA, 1910, p. 6).

Virgínia de Castro e Almeida, a autora que veremos principalmente nos próximos capítulos, parece ser, em parte, sufragista ao mostrar, em *A Mulher* (1913), os Estados Unidos como um exemplo de país progressista na luta feminina e apontar os estados de Virginia e de New Jersey como os primeiros a permitir o voto feminino. Digo em parte já que, em seu capítulo VIII, “A mulher na Suíça (primeira parte)”, Almeida explica que, por ser vista como uma igual pelos homens e por ser por eles respeitada, a mulher suíça não **precisa** aspirar a direitos políticos, como o voto, afinal, “que mais vantagens lhe poderia dar o direito ao suffragio, dignas de um esforço e de uma lucta que iria abalar talvez a harmonia e a paz que hoje reina em torno dos seus deveres e da sua felicidade?” (AM, p. 238). Portanto, para ela, essa é uma luta necessária em Portugal por conta das diferenças existentes entre homens e mulheres em seu país.

Além do sufrágio, outras duas causas bastante em destaque na pauta feminista causavam algumas contendas. São elas: a independência econômica, psicológica e afetiva da mulher – que, por consequência, trazia a discussão acerca do divórcio – e a educação formal. Começemos pela primeira.

A mulher, principalmente a burguesa, praticamente é tratada como uma incapaz ou uma menor de idade no século XIX e na primeira metade do XX. Por lei e pelas regras

sociais, passa da tutela do pai para a do marido assim que casa, não tendo qualquer tipo de acalento no caso de alguma necessidade ou caso o homem desejasse largá-la. O Código Civil Português, de 1867, assim dispõe a respeito da “liberdade” que a mulher tinha em relação a qualquer produção pessoal e às economias suas ou do casal:

Art. 1.185. Ao marido incube especialmente a obrigação de proteger e defender a pessoa e os bens da mulher, e a esta de prestar obediência ao marido.

Art. 1.187. A mulher autora não pode publicar os seus escritos sem o consentimento do marido, mas pode recorrer à autoridade judicial em caso de injusta recusa dele.

Art. 1.189. A administração de todos os bens do casal pertence ao marido, e só pertence à mulher na falta ou no impedimento dele.

Art. 1.190. A mulher administradora, na ausência ou no impedimento do marido, não pode alienar bens imobiliários sem autorização do conselho de família, com assistência do ministério público [...].

Art. 1.192. A mulher casada não pode estar em juízo sem auctorização do marido, excepto em algumas situações referidas.

Art. 1.193. A mulher não pode, sem auctorização do marido, adquirir ou alienar bens, nem contrahir obrigações, excepto nos casos em que a lei especialmente o permite (PORTUGAL, 1868, p. 208).

Dessa forma, ter um trabalho próprio levaria independência à mulher casada, à separada e até à solteira, que não precisaria viver da ajuda de familiares e amigos. Essa situação, no entanto, trazia duas questões que dividia opiniões: a diferença do que significava o trabalho para a mulher da elite e para a operária e o divórcio.

Em relação à primeira, feministas como Alice Pestana – autora que defendia as causas operárias e que publicava principalmente sob o pseudônimo de Caiêl – discordavam da visão esquemática de “trabalho = emancipação”, pois, para mulheres do povo, o trabalho não só era bruto, como com pagamentos menores, com condições miseráveis e exploratórias. Ou seja, enquanto para o grupo chamado “ocioso” de mulheres das classes mais abastadas o trabalho era uma forma de ocupação, ajuda ao marido e independência econômica, para as de classe mais humilde, aquele era somente um símbolo de opressão ainda maior (SILVA, Maria, 1983).²³

Outra situação que trouxe uma grande comoção foi o divórcio. Ter um trabalho facilitaria algumas mulheres tornarem-se independentes, logo, podendo separar-se do marido sem que sofressem economicamente com isso, o que apresentava um grande perigo para a organização social. Além do casamento ser visto como algo divino, abençoado por Deus e, portanto, indissolúvel, a família era um importante pilar de difusão de ideais e princípios. Por isso, houve resistência por muito tempo da laicização do casamento, pois, por se tratar de um contrato e não mais uma benção, ele poderia ser quebrado.

²³ Falaremos mais sobre isso, incluindo a questão do trabalho para muitas mulheres não brancas, no capítulo 3.4

Em 1860, contudo, é iniciada a elaboração de um novo Código Civil português e, com o auxílio do escritor Alexandre Herculano, o casamento civil em detrimento do casamento religioso é abordado no texto do código, que é publicado em 1865. Tal tema em um país tão católico como Portugal acaba por gerar uma grande polêmica, e pensando Herculano que precisava defender sua posição, enviou uma carta ao *Jornal do Commercio* e publicou três volumes de *Estudos sobre o casamento civil: por ocasião do opusculo do sr. Visconde de Seabra sobre este assumpto*. Nesse último texto, questiona a necessidade da ligação entre Estado e Igreja:

Faz o favor de me dizer onde é a diocese do estado, qual é a sua freguesia? O estado não se batiza, não ouve missa, não se confessa, não vai depois da morte (os estados também morrem) para o céu ou para o inferno. Em tal sentido, a expressão religião do estado seria um despropósito. Se, porém, aquelas palavras significassem que a constituição do reino não consentia que nenhum súdito português deixasse de ser católico, o artigo 6.º da Carta restabeleceria a inquisição; inquisição sem a polé e o potro; inquisição civilizada, culta, perfumada, substituindo o trato moral ao trato físico; mas inquisição na sua índole e efeitos, porque a inquisição nada mais é do que a intolerância organizada e regularizada. (HERCULANO, 1886, p. 270).

Mesmo com essa defesa, o divórcio só foi, de fato, legislado 45 anos depois. A Lei do Divórcio de 3 de novembro de 1910 foi uma conquista feminista, mas é possível perceber que ela era muito mais favorável ao homem do que à mulher. Segundo Irene Vaquinhas (2011) e a própria lei (PORTUGAL, 1910), o divórcio só era concedido à mulher em caso de maltrato, injúria grave, adultério do marido **com escândalos públicos**, completo desamparo, instalação da amante na casa da família etc. Ademais, se a esposa cometesse adultério, perderia todos os seus bens e ainda ficaria obrigada a pagar uma mensalidade ao ex-esposo, enquanto o marido, em situação semelhante, poderia pegar de 3 meses a 3 anos de prisão. A mulher corria o risco, ainda, de ser **devolvida judicialmente**, como se de mercadoria se tratasse, caso se recusasse a acompanhar o marido ou o abandonasse. Mesmo depois de separada, a divorciada ainda passava por inúmeras provações:

As divorciadas eram ostracizadas pela opinião pública, alinhada pelas posições tradicionais da Igreja nesta matéria. O divórcio fora um dos estandartes da propaganda republicana e defendido, enquanto ideia-força das correntes políticas de pendor laicista, pelas vanguardas libertárias e anarco-sindicalistas. Quanto aos casados civilmente (cerca de 20% dos casamentos celebrados na década de trinta), não existem estudos que permitam aferir do seu impacto ao nível da opinião pública. Os trabalhos disponíveis salientam o seu carácter predominantemente urbano e a sua incidência nas comunidades estrangeiras residentes em Portugal (VAQUINHAS, 2011, p. 150).

Essa lei criou uma das primeiras polêmicas públicas em jornal, segundo João Esteves (2001), que incluía o nome de Maria Veleda, Ana de Castro Osório – que, de novo, estavam

em posições opostas – e Virgínia Quaresma²⁴. De uma forma ou de outra, todavia, o trabalho, independentemente do divórcio, era visto como um dos pilares para a emancipação feminina. O segundo pilar era a educação da mulher, que, embora seja aqui explicado por último, era o foco principal dos movimentos feministas.

Além do analfabetismo generalizado que já foi aqui mencionado, havia a situação do analfabetismo cultural e isso era pior, para as mulheres da época, do que qualquer um dos outros elementos citados, pois, sem tais conhecimentos, o pensamento crítico estava, se não completamente ausente, escasso e, portanto, seria muito mais difícil a reivindicação de qualquer direito social, econômico ou político para o grupo que fosse.

Muitas mulheres, na época, deixavam de estudar e tomar parte em conversas de conhecimento fora do ambiente familiar por medo de serem criticadas e chamadas de “sabichonas”, “doutoras” e “literatas” – “o epíteto mais desagradável que podia ser dito a uma senhora que era vista com um livro na mão” (OSÓRIO, 1905, p. 107) –, expressões usadas de maneira pejorativa pelo simples fato de não se aterem ao que eram consideradas suas únicas áreas de conhecimento: o cuidado da casa, dos filhos e do marido. Ademais, quando fosse ler, era previsto que a mulher ficasse restrita apenas em leituras sobre receitas, moda, religião e

²⁴ As informações abaixo foram escritas no site *Silenciadas: Autoras Portuguesas Oitocentistas*, projeto por nós iniciado em 2020 durante a pandemia de Covid-19 com o intuito de fornecer download de textos de autoria de escritoras portuguesas do século XIX. Todas as fontes para a construção da biografia de Quaresma se encontram citadas no site, na página reservada para ela: <<https://autorassilenciadas.wixsite.com/website/virgínia-quaresma>>.

Virgínia Sofia Guerra Quaresma merece destaque por diversos motivos: além de ser uma mulher ativa politicamente, escritora e jornalista, era negra, lésbica, foi a primeira repórter mulher em Portugal e a primeira mulher a licenciar-se em Letras no mesmo país.

Nascida em Elvas, em 1882, a escritora foi na contramão de muitas de suas companheiras de ofício, negando-se a usar um pseudônimo. A artimanha era comum entre as mulheres pelo medo de represálias da sociedade, mas Virgínia não só assinava todos os seus escritos com seu nome de batismo como este ficou bastante conhecido à época.

Iniciou no *Jornal da Noite*, mas passou a trabalhar no *O Século*, a convite de Manuel Guimarães, assim que o *Jornal da Noite* foi suspenso. Quando o mesmo amigo fundou *A Capital*, foi chamada para ser parte importante integrante do editorial.

Feminista militante e de opiniões por vezes vistas como extremistas, consolidou a causa no jornalismo ao publicar para a seção “Jornal da Mulher”, do jornal *O Mundo*, e na revista *Alma Feminina* (da qual foi diretora), além de diversos outros periódicos (incluindo brasileiros). Também foi redatora principal da revista *Sociedade Futura*.

Participou da *Assembleia Geral da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas* e da *Liga Portuguesa da Paz*; discursou nos Centros Escolares Republicanos; e auxiliou na criação da seção portuguesa de *A Paz* e o *Desarmamento pelas Mulheres*.

Em suas matérias abordou diversos assuntos e eventos importantes, sendo a primeira jornalista investigativa no Brasil. Um caso específico merece destaque, como conta Isabel Lousada (2022): o feminicídio realizado pelo poeta João Barreno ao descobrir sua esposa com um amante foi amplamente divulgado na época, porém quase todos os repórteres colocavam o ocorrido como um crime passionais e justificado com o ciúme e a honra; contudo, Virgínia Quaresma se indignou com a situação e não parou de buscar justiça enquanto o réu não foi julgado e condenado. Inclusive, alguns pesquisadores acreditam que João Barreno só foi condenado graças aos esforços de Virgínia Quaresma.

romances de folhetins. Tal preconceito era um dos poucos elementos que atingiam, ainda que com algumas diferenças, todas as mulheres: “Numas, as que se dizem educadas, os seus conhecimentos são apenas um mostruario vistoso de habilidades e conhecimentos superficiais, que não iludem ninguém. Outras conservam-se na mais boçal ignorância, na mais completa indiferença pelas coisas do espirito” (OSÓRIO, 1905, p. 108).

Sobre esse assunto, o apoio era quase unânime; o que diferenciava eram as justificativas dadas para o ensino formal a esse gênero. Além do desejo pessoal de maior instrução por questões de igualdade – como aponta Aurora de Castro e Gouveia –, as explicações dadas ao mundo patriarcal para convencê-lo da importância da instrução feminina eram quase sempre três. A primeira justificativa, defendida por, entre outras, Alice Pestana, era a de que a educação da mulher também engrandeceria o próprio país (PESTANA, 1892). Virgínia de Castro e Almeida também apoia esse ponto ao mostrar, em *A Mulher*, exemplos de países considerados extremamente desenvolvidos e que já possuíam um sistema de educação feminina avançado em sua época. Os outros dois motivos também eram apoiados por Almeida, além da maior parte dessas feministas da época: era importante ter um vasto conhecimento – ainda que, do ponto de vista de Virgínia de Castro e de Maria Amália Vaz de Carvalho, limitado – com o propósito de ter assunto com o marido e não o fazer (e nem a si própria) de tolo quando estivesse conversando em grupo; o último motivo, principalmente, era o de educar seus filhos.

A mãe era vista como a primeira professora da futura geração, portanto, deveria ser versada para passar conhecimentos de grande valor, inclusive moral. Beatriz Pinheiro escreve: “A mulher, para bem educar a criança, precisa primeiro de se educar a si própria; não pode orientar bem quem não possua uma orientação clara e segura; não pode formar um caracter quem o não tenha mal definido e mal firme” (PINHEIRO, 1900, p. 8). Embora Irene Vaquinhas aponte que se iniciou um “processo de desinteresse pelos afazeres domésticos” (2011, p. 128) no século XIX, que continuou ao longo do XX, os principais nomes de portuguesas, nessa fase inicial, que publicavam em jornais e revistas sobre assuntos ligados ao movimento e ao que entendiam que significava ser mulher, defendiam que os direitos ao trabalho, educação, voto, igualdade política e independência não deveriam afetar suas tarefas como mãe, função essa natural de toda mulher (ALMEIDA, V., 1913; SILVEIRA, 1902; OSÓRIO, 1902).

Essas diferentes visões trouxeram uma enorme quantidade de produções e instituições que reuniam um público feminino que, por mais que discordassem em certos pontos, tinham como principal objetivo pensar a situação dessa parte ignorada, por muito tempo, da

sociedade. Foi por conta dos diversos pontos de vistas, debates, publicações e eventos que os direitos, aos poucos, foram sendo conquistados.

1.4 As principais organizações e publicações do século XX

De acordo com João Esteves (2001), muitos projetos iniciais de grande parcela das feministas de Portugal estavam ligados à propagação do pacifismo. O primeiro grupo a ser criado foi a *Liga Portuguesa da Paz*, fundado em 18 de maio de 1899 por Alice Pestana, que também era a sua presidente. Na mesma data da fundação, mas em 1906, por conta de cada vez maior adesão ao grupo, criou-se a *Secção Feminista da Liga Portuguesa da Paz*, tendo como presidente Olga Moraes Sarmento da Silveira – participante com visões consideradas retrógradas por outras mulheres – e, como secretárias, Emília Patacho e Domitila de Carvalho. Discursos apresentados pela *Secção* tiveram a participação da sua presidente e de Maria do Carmo Lopes. Virgínia Quaresma, secretária da direção, declarou que este “tratou-se do primeiro episódio público declaradamente feminista, passando-se das palavras aos actos e da intervenção individual à força colectiva” (ESTEVES, 2001, p. 91). Muitos foram os nomes que fizeram parte da *Liga*, tais como Beatriz Pinheiro (delegada em Viseu), Jeanne de Almeida Nogueira (secretária da correspondência), Augusta Rocha (tesoureira) etc. Outras pessoas mais conhecidas negaram sua participação, tais como Ana de Castro Osório, Carolina Beatriz Ângelo e Maria Veleda, “tendo esta última chegado a ser acusada, por Virgínia Quaresma, de não nutrir simpatia pela agremiação pacifista” (ESTEVES, 2001, p. 91).

O *La Paix et le Désarmement par les Femmes* (*A Paz e o Desarmamento pelas Mulheres*) foi criado em 1899 na França e contou com um núcleo em Portugal. Algumas das mulheres da *Liga* também participaram desse comitê e outras que não quiseram ou não estiveram à frente do anterior estavam presentes nesse, como: Carolina Michaëlis, Carolina Beatriz Ângelo, Cláudia de Campos, entre outras escritoras e médicas, profissões principais das participantes. Esteves conta que, após a primeira reunião, uma das integrantes, Albertina Paraíso, criticou o grupo, duvidando do sucesso da agremiação e da capacidade da presidente Sylvie Camille Flammarion de conseguir seu intento de desarmamento através das mulheres. Em 1909, duas das principais participantes que mais trabalhavam para que o projeto desse certo, Adelaide Cabete e Carolina Beatriz, acabaram por se demitir.

João Esteves (2001) aponta para o fato de, no mesmo ano, terem sido criadas essas duas organizações com objetivos semelhantes, o que demonstra que muito provavelmente havia questões pessoais e de ideologia divergentes entre essas feministas. Ademais, também chama a atenção para algumas incongruências, como certas participantes de duas instituições que falam sobre paz apoiarem Portugal na Primeira Guerra Mundial.

Nos mesmos anos da criação da *Liga* e da *La Paix*, Beatriz Pinheiro fundou a revista *Ave Azul*, que durou apenas um ano, mas foi pioneira em importantes publicações sobre a emancipação feminina e as lutas das mulheres. Dois anos depois, em 1902, iniciou-se a primeira revista totalmente voltada para esse fim: *Sociedade Futura*, presidida por Ana de Castro e, depois, por Olga de Moraes. Em 1907, três anos depois do encerramento de *Sociedade Futura*, veio a *Alma Feminina*. Ainda que esta última não abordasse completamente os ideais de algumas integrantes, até 1908 era onde “se encontra[vam] as principais referências do feminismo português da 1.^a década do século XX” (ESTEVES, 2001, p. 94).

Diversos escritos de feministas da época ganharam maior destaque na imprensa republicana, mesmo que os assuntos tratados nela não fossem voltados especificamente àquele tema. Jornais como *A República*, *Vanguarda* e *O Mundo* tiveram grande circulação e cobriram os diversos eventos organizados por essas mulheres. Este último, inclusive, surgiu, em 1906, com a seção “O Jornal da Mulher”. Ainda que trabalhasse temas considerados essencialmente femininos, como moda, situações domésticas, cozinha etc., o jornal também se propunha a trazer “notícias e impressões do movimento das ciências, das letras, da arte e da política, principalmente aquelas em que possamos atribuir à mulher uma parcela de influência e um brado de triunfo” (O MUNDO, 1906), além de crônicas, poesias, debates e reflexões sobre temáticas feministas. Foi nessa seção, a título de exemplificação, que ocorreu uma forte campanha a favor do divórcio, reunindo nomes de civis e políticos apoiadores da lei. O *Vanguarda*, no mesmo ano, abriu a seção “Galeria Feminista” (ou “Galeria Feminina”), que possuía um viés mais extremista do que *A República*, com publicações contra a Monarquia e críticas ao luto nacional por conta do assassinato do rei D. Carlos I em 1908 – tal crítica foi escrita, inclusive, por Maria Veleda. Enquanto isso, em *A República*, duas colunas eram escritas por mulheres e voltadas para esse mesmo público: “Por Alto”, redigida por Ana de Castro Osório, falando sobre Feminismo, educação, trabalho, voto etc.; e “A Tribuna Feminina”, na qual Maria Veleda falava de tais questões além de diversas outras não necessariamente restritas às questões femininas, como assuntos do mundo de forma geral.

Essa seção também publicou textos de outras mulheres da época, como Beatriz Pinheiro, Maria Clara Correia Alves, Adelaide Cabete, entre outras.

De 1907 a julho de 1908, surgiu o *Grupo Português de Estudos Feministas*, sendo o primeiro a usar a palavra “Feminista” em seu nome. Várias escritoras e médicas fizeram parte dele e seu objetivo era criar uma biblioteca com publicações exclusivamente escritas por e voltadas para mulheres. Alguns dos nomes já citados anteriormente em jornais e ligas fizeram parte dessa agremiação, que foi presidida por Ana de Castro Osório.

Um importante evento aconteceu em abril de 1908: o *Congresso Nacional do Livre Pensamento*. Inúmeras mulheres, muitas das quais já foram citadas como participantes de outros grupos e publicações, estiveram presentes e foi nesse congresso que Ana de Castro Osório publicou a conhecida tese *Feminismo*, primeiro documento “eminente reivindicativo e programático quanto às linhas de acção a seguir” (ESTEVES, 2001, p. 98). Esteves ainda escreve que, nesse texto,

[...] acabam por estar consubstanciadas as principais questões esgrimidas pelas mulheres na década seguinte (investigação da paternidade ilegítima; direito de a mulher dispor livremente dos bens próprios sem necessitar da autorização do marido; direito a eleger e ser elegível; a concessão do divórcio; acesso à educação e instrução), tendo algumas sido alvo da legislação do primeiro governo republicano (2001, p. 99).

Além da tese, outras discussões tiveram destaque no congresso, como a defesa do amor livre e a condenação do casamento, feitas por Ermelinda Rodrigues, e o interesse da fundação de um partido feminista com foco nas operárias, sugerido por Maria Veleda.

No mesmo ano, ocorreu outro evento chamado Congresso de Instrução Primária, organizado pela *Liga Nacional de Instrução*, cujo objetivo era ser apenas pedagógico e de cunho social, sem necessariamente tratar de lutas feministas, o que, na visão de Osório, poderia atrair aquelas senhoras que não se sentiram à vontade de estar presente no congresso anterior, por ser mais político.

Até esse momento, as lutas dessas feministas portuguesas tinham um ar bem mais moderado do que em muitos outros países da Europa. No entanto, isso mudou em agosto de 1908, quando Maria Veleda, insatisfeita com a defesa de algumas companheiras suas à monarquia e convicta de que as causas feministas só funcionariam de fato em uma República, fundou a *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*.²⁵ A criação dessa agremiação causou uma ruptura entre muitas mulheres, como demonstra um texto de Veleda:

²⁵ Além dessa justificativa, outras situações criaram uma ruptura entre as feministas que compunham a *Liga*, como as já citadas posições contrárias a respeito do voto entre Ana de Castro Osório e Maria Veleda (ARAO; SAMYN, 2014).

Trata-se de organizar uma Liga feminina, e as senhoras que em Portugal defendem o feminismo, ou que têm ideias feministas, retraem-se? Porquê? Assusta-as, não é verdade? Uma simples questão de palavras? Liga... republicana. Sim, isto será menos aristocrático e sobretudo menos parisiense do que La Paix et le Désarmement par les femmes, não deve ser obrigado a um jantar por ano, canções ao piano e serenata a luz da lua... mas é o acordar do espírito feminino em Portugal, é o acordar da energia feminina, é um grito de alerta no meio da noite sinistra e pavorosa, e a alma de um povo que se levanta, em aspirações de justiça e de igualdade (VELEDA, 1908, p. 8, col. 4).

E foi o Feminismo republicano que conquistou um maior espaço nas lutas, mesmo que também existissem divergências entre suas integrantes.

É importante chamar atenção, todavia, que, embora Virgínia de Castro e Almeida se declarasse feminista, baseando-nos nas pesquisas de João Esteves, entre outros pesquisadores, seu nome não consta em qualquer uma das organizações citadas que lutavam pelas reivindicações das mulheres. Dessa forma, cabe, neste trabalho, alguns questionamentos a respeito do que, para ela, consistiam o Feminismo e os direitos do grupo do qual fazia parte.

2 AS DIVERSAS FACES DE VIRGÍNIA

[...] uma senhora que aceitara desafios impróprios à
sua condição.

Filomena Marona Beja

Pouco se encontra acerca da vida de Virgínia de Castro e Almeida. Artigos dispersos, citações resumidas e uma biografia romanceada, entrecortada pelas lembranças do narrador ficcional do livro *A duração dos crepúsculos* (2006), são algumas das escassas fontes sobre seus 71 anos de existência. Além disso, há desencontros de certas informações, como o nome completo de Virgínia, que aparece, na maior parte das vezes, como Castro e Almeida, enquanto na versão romanceada é posto como Folque de Castro e, ainda, em *Escritoras em português* (VIRGÍNIA..., [20--]b), Folque de Castro e Almeida Pimentel Sequeira²⁶ e Abreu.²⁷ Ainda assim, juntamos essas informações neste capítulo para fazer um melhor retrato desta autora, cuja vida foi repleta de aparentes paradoxos e lacunas.

Nascida em 24 de novembro de 1874 em Lisboa e falecida em 22 de janeiro de 1945, Virgínia foi tradutora, ficcionista, ensaísta, roteirista e produtora de cinema.

2.1 Gy: a arte

Nascida em uma família aristocrata de condes – seu pai se chamava d. Luís Caetano de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu – e viscondes de Nova Goa, iniciou no mundo das escritas aos 8 anos de idade, fazendo composições dramáticas, porém sua primeira publicação foi *A fada tentadora*, de 1895, escrita sob o pseudônimo Gy – por vezes grifado Gi em alguns textos que discorrem sobre sua carreira. Essa obra foi considerada pioneira da literatura infantil portuguesa (VIRGÍNIA..., [20--]a) e foi patrocinada e prefaciada pela também escritora Maria Amália Vaz de Carvalho (VIRGÍNIA..., 1994; SILVA, 2010).

²⁶ É possível encontrar em diversas fontes este sobrenome de Virgínia da forma como está escrito no texto, mas também é possível encontrar “Siqueira”.

²⁷ Essa situação do seu nome talvez se relacione com a ruptura entre Virgínia e sua família após o divórcio, sobre o qual falaremos mais adiante.

Segundo António Garcia Barreto (2002), *A fada tentadora* é um livro bastante moralista e com pretensões edificantes. A linguagem do personagem principal, ao mesmo tempo que não corresponde a um adolescente de 12 anos, é um tanto quanto ingênua. Ele também aponta que a ideia geral da novela é que pobres podem se tornar ricos com muito esforço, dedicação e honra, enquanto certos ricos podem empobrecer devido às suas ações.

Inclusive, Virgínia de Castro e Almeida é mais conhecida pela sua literatura voltada para crianças. Isso ocorre justamente por sua dedicação em instruir a próxima geração: no ano de 1898, escreveu *Histórias: livro para crianças*, também sob seu pseudônimo Gy; e, em 1907, assinando com seu próprio nome, foi diretora da coleção “Biblioteca para meus filhos”, com diversas obras suas fazendo parte da coleção. Com o intuito de incutir noções científicas nas mentes jovens de maneira simples e lúdica, publicou, também em 1907 e 1909, *Céu aberto* e *Em pleno azul*, respectivamente; em 1911, *Pela terra e pelo ar*; e, em 1913, *As lições de André* – todas pertencentes à “Biblioteca para meus filhos” (VIRGÍNIA..., [20--]a).

Em *Céu aberto* (1907) e *Em pleno azul* (1909) encontramos uma escrita marcada pelo espírito positivista da época. Duas narrativas de aprendizagem, em forma dialogada, onde personagens-crianças se vão progressivamente apropriando de um conhecimento do mundo e delas próprias (BASTOS, 2011, s/p).

Novamente nota-se, nesses textos, uma linguagem que parece artificial para a idade dos personagens. Em *Céu aberto*, há diversos temas históricos e culturais narrados de forma exacerbada, contendo ainda...

An imperturbable family harmony, a certain cosmopolitanism, the references, both implicit and explicit, to the importance of education, of knowing the world and other countries, for example, through travel (regarded as a form of education), and the idea that only sacrifice and serious study – for men and women – can grant stability and future happiness are features of this book. But along with this openness to the Other, there is an uncomfortable patriotism (or a praise of the national) carried out in a subtle way in references to folk traditions and the feats of the Great Voyages, as well as embarrassing expressions of racism, particularly in its reference to African peoples (SILVA, S., 2010, p. 3).²⁸

Em *Em pleno azul*, há uma continuação de suas ideias a respeito da educação e como a vida de cada personagem correspondeu à educação que obteve. Ambos os livros são considerados clássicos da literatura infanto-juvenil portuguesa, com bastante diálogo, o que atrai os pequenos leitores, funcionando perfeitamente como uma forma de propaganda.

²⁸ Em tradução livre: “Uma imperturbável harmonia familiar, um certo cosmopolitismo, as referências, implícitas e explícitas, à importância da educação, do conhecimento do mundo e de outros países, por exemplo, através da viagem (considerada uma forma de educação), e a ideia de que apenas o sacrifício e o estudo sério – para homens e mulheres – pode garantir estabilidade e felicidade futura são características desse livro. No entanto, junto com essa abertura ao Outro, há um desconfortável patriotismo (ou um elogio ao que é nacional) realizado de forma sutil nas referências às tradições folclóricas e às proezas das Grandes Navegações, assim como expressões embaraçosas de racismo, principalmente nas referências a povos africanos.”

Ainda em terras lusitanas, publicou *Bem dita* (1907) e *Capital bem dito* (1910) – ambos como Gy – e livros ditos “didáticos”, considerados como literatura “menor”, logo, mais fácil para uma mulher ter sua presença na escrita (HOYO, 2019). Alguns deles são *Como devo governar a minha casa* (1906), uma tradução do manual original italiano adaptada para a cultura portuguesa, e *Como devemos criar e educar os nossos filhos* (1908). Em 1913, lançou *A Mulher*, uma extensa obra que, inicialmente, se propunha a tratar da educação da mulher em Portugal que, no entanto, acabou por ser um estudo sobre a história feminina desde os primórdios até a época da sua publicação.²⁹

Em 1918, partiu para o estrangeiro, vivendo na França e na Suíça, levando, para esses países, suas traduções de escritores portugueses, tais como Camões, Garcia de Resende e João de Barros. Também fez o inverso: clássicos escritores de línguas estrangeiras foram traduzidos por Castro e Almeida, como “os *Pensamentos* de Marco Aurélio, as *Novelas Exemplares* de Cervantes e os *Contos de Natal* de Charles Dickens”, além de ter escrito “em francês, uma *Vida de Camões* e a versão de *Crônicas* de Gil Eanes de Azurara” (VIRGÍNIA..., 1994).

O ano de 1922 é marcado pela aventura de Virgínia de Castro e Almeida pela sétima arte: o cinema. Para mostrar seu incentivo, ela criou um prêmio – que só teve uma edição – no valor de 5.000 francos para o melhor filme francês daquele ano. A imprensa de Portugal criticou essa ação de sua conterrânea, posto que, do ponto de vista dos jornalistas e críticos, o cinema francês já possuía bastante incentivo, diferentemente do português (HOYO, 2019). Portanto, nesse mesmo ano, Virgínia fundou, com seu próprio dinheiro e junto com o sócio Ayres de Aguiar – amigo de faculdade dos seus dois filhos –, a produtora Fortuna Films, sediada em Lisboa e Paris (BAPTISTA, 2018). Seu intuito era o de “mostrar às nações estrangeiras, por meio do cinema que é hoje o mais poderoso elemento de propaganda, as bellezas naturaes de Portugal, os seus monumentos e os costumes do seu povo, coisas em geral pouco conhecidas e, infelizmente, por vezes até calumniadas” (ALMEIDA, V., 1925, p. 7-8).

A primeira produção de sua empresa foi *A sereia de pedra*, cujo argumento baseou-se em seu próprio livro *Obra do demónio* (1917). Da película, tudo o que restou foi a fonte escrita, e a narrativa trata de um triângulo amoroso. Estreou primeiramente na França, em 1922, no Cinema Artistique de Paris e, em 4 de abril de 1923, em Lisboa, no cinema Olympia.

²⁹ Sobre *A Mulher*, separamos um capítulo inteiro apenas com o intuito de analisar, minuciosamente, este livro.

Figura 5 – Propaganda no jornal do filme *A sereia de pedra*

Fonte: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 132, p. 5, 4 jun. 1925.

Em 1923, Virgínia de Castro fundou outra empresa chamada Rosy Film, que produziu um único trabalho: o comercial nomeado *O castelo de chocolate*, para uma empresa portuguesa de chocolate chamada Suissa.

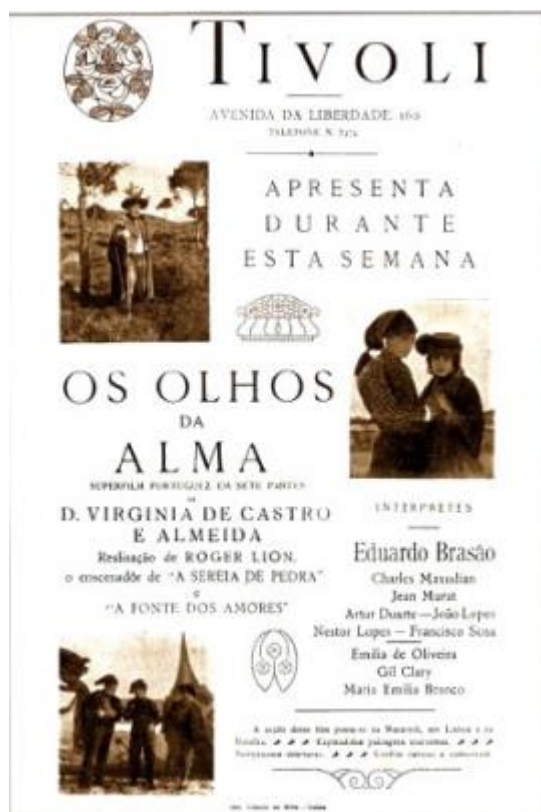
Já em 18 de janeiro de 1924, em Paris, e 30 de março de 1925, em Lisboa, no cinema Tivoli, foi lançado o filme *Os olhos da alma*, que contém também uma versão em novela escrita por Virgínia e com imagens do filme.

The extant *Os olhos da alma* includes all the tropes considered fundamental to a Portuguese film of that period—the stunning natural scenery of Nazaré, making here its first appearance as one of the most recurrent locations in the history of Portuguese cinema; the folk traditions of the fishermen; and the inevitable visit to Mosteiro da Batalha, another national monument and a key site for Portuguese nationalist historiography across different political regimes. The film mixed these national traditions with some fantasy elements (BAPTISTA, 2018, p. 2).³⁰

De acordo com Elena Cordero Hoyo (2019), essa obra possuiu alguns percalços, como o confisco de rolo pelo governo Português e a necessidade de uma explicação no Governo Civil por parte de Virgínia e Roger Lion, realizador do filme. Isso ocorreu devido a uma cena de um atentado terrorista no Parlamento.

³⁰ Em tradução livre: “O existente *Os olhos da alma* inclui todos os tópicos considerados fundamentais para um filme português da época – a deslumbrante paisagem natural de Nazaré, fazendo aqui a sua primeira aparição como um dos locais mais recorrentes da história do cinema português; as tradições folclóricas dos pescadores; e a inevitável visita ao Mosteiro da Batalha, outro monumento nacional e local-chave para a historiografia nacionalista portuguesa em diferentes regimes políticos. O filme misturou essas tradições nacionais com alguns elementos de fantasia”.

Figura 6 – Cartaz do filme *Os olhos da alma*



Fonte: *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 15 set. 1923.

Fortuna Films teve uma vida breve e suas atividades foram encerradas em 1925 por falta de condições de se manter em funcionamento.

[...] como aponta o colaborador Aguiar nas suas memórias inéditas, a inexperiência cinematográfica e a ingenuidade de Virgínia de Castro e Almeida fez que comesçassem o segundo filme sem ter efetivamente ganho dinheiro com o primeiro. Essa decisão, a juntar à falta dum modelo empresarial eficiente no cinema português, colocou a Fortuna Films numa situação insustentável e Almeida viu-se obrigada a vender algumas das suas propriedades para conseguir finalizar e pagar aos trabalhadores de *Os olhos da alma*. Depois desse segundo projeto, Almeida tentou um acordo com a produtora Invicta Films, mas o fracasso nas negociações levaria ao fecho da atividade cinematográfica da produtora [...] (HOYOS, 2019, p. 32).

Ainda assim, a passagem de Virgínia de Castro e Almeida pela história do cinema foi de extrema importância, principalmente por ter sido uma das poucas mulheres criadoras de filmes nessa época, dona de seu próprio negócio e administradora do seu próprio dinheiro (BAPTISTA, 2018).

Volta a ser autora de livros em 1925 e, em 1936, em Genebra, já a serviço do governo do ditador António Salazar, Virgínia de Castro começa a publicar livros históricos e de propaganda, com elogios rasgados a um passado glorioso, como *A História do Rei Afonso e da Moira Zaida* (1936), contido na coleção de sua autoria “Pátria”. Também escreveu, entre

1936 e 1938, *Les grands navigateurs et colons portugais du XVe et du XVIe siècle – antologie des écrits de l'époque*; em 1940, *Conquests and discoveries of Henry the Navigator* e *Itinéraire historique du Portugal*; entre outros.³¹

Sem jamais deixar de lado a literatura infantil, em 1942 vem à luz *História de Dona Redonda e da sua gente* e, em 1943, *Aventuras de Dona Redonda*. Essas duas obras

[...] constituem um curioso mudar de direcção, aliás assinalado pela própria autora num texto prefacial. Sem esquecer uma forte ligação ao real, estamos neste caso perante narrativas que recuperam preferencialmente um universo mágico próximo da tradição popular (BASTOS, 2011, s/p).

Sua obra é extensa, não se resumindo aos livros aqui citados, e seus interesses por arte vão além da escrita, como podemos perceber com sua empreitada ao mundo cinematográfico. Dessa forma, foi ativa no mundo da arte até 1945, ano de sua morte.

2.2 Virgínia: a vida

Nesta parte, trataremos da vida pessoal da autora, sendo nossa principal fonte o livro *A duração dos crepúsculos* (2006), de Filomena Marona Beja. Esse livro é uma versão romanceada de alguns trechos da existência de Virgínia. Ele é narrado do ponto de vista de seu melhor amigo ficcional, porém “o narrador não deixa de ter os traços do ‘Senhor Ayres de Aguiar (1896-2000)’, produtor de cinema português radicado em Paris, a quem é dedicado o livro. De fato, teria sido com certeza a pessoa indicada para dar a conhecer elementos da vida da Virgínia de Castro por terem convivido durante anos na capital francesa” (CUROPOS, 2012, s/p). Embora já tenhamos explicado em outros momentos, é interessante deixar claro: por ser uma obra que mistura realidade com ficção, algumas passagens trazem dúvida sobre sua veracidade, sobre até que ponto aquilo é fato ou criação de Beja. No entanto, algumas situações puderam ser comprovadas em outras fontes; as que não puderam, deixamos nossa dúvida ao escrever esses trechos.

No mesmo ano do lançamento de seu primeiro livro (1895), aos 20 anos, Virgínia de Castro e Almeida casou-se com o agrônomo João Coelho Prego Meira Vasconcelos³², com

³¹ Sobre tais publicações e seus pensamentos políticos contidos em diversos de seus livros, ver a seção 2.3 deste capítulo.

³² Segundo o site *Escritoras em português*. Disponível em: <<http://www.escritoras-em-portugues.eu/1417106880-Cent-XIX/2015-0720-Virgínia-de-Castro-e-Almeida>>. No entanto, em outras fontes aparece o nome de seu marido como João da Mota Prego (BAPTISTA, 2018; HOYOS, 2019).

quem teve dois filhos, Luís e Lopo, e uma filha, Constança. Há poucos dados a respeito de seus filhos, principalmente Constança. A narração dá a entender que esta era dada a distrações – sendo, dessa forma, chamada por seus irmãos de Absence – e que a menina não estava com a mãe, já que por duas vezes o narrador escreve: “Não cheguei a conhecê-la” (BEJA, 2006, p. 14) e “Quase todos, porém, ignoravam que a Gi passava por uma das maiores angústias de sua vida. Não sabia da Constança.” (BEJA, 2006, p. 20). Já seus dois filhos homens aparecem no romance quando adolescentes, morando com Virgínia em Paris. Depois, citados em uma suposta carta de Virgínia a seu amigo Ruy Afonso do Canto Faria, é informado que Luís estava em Angola e Lopo trabalhava como gerente nas Companhias Coloniais Bensaúde em São Tomé. Ambos foram casados, e Hoyo (2019) aponta que, até a falência da empresa, eles eram seus braços direitos na Fortuna Filmes.

De 1913 até 1917, enfrenta um longo divórcio através de um processo civil, sendo um dos primeiros casos logo após a publicação da Lei do Divórcio, em Portugal, em 1910. Por conta dessa situação civil da mulher ser algo extremamente novo e por Virgínia pertencer à aristocracia, classe pouco dada a escândalos, sofreu grande represália da sociedade e de seus próprios amigos e parentes (HOYOS, 2019; ESTEVES, 2010).

Como explicado no capítulo 1 deste trabalho, o divórcio, segundo a lei de 1910, só era permitido sob circunstâncias bastante particulares, normalmente de forma que favorecesse o homem. Não sabemos, no entanto, sob quais alegações a situação de Virgínia ocorreu, e, talvez, essa dificuldade em relação a um motivo – que não poderia ser apenas o desejo de não estarem mais juntos, de acordo com a lei – é o que contribuiu para a demora de 4 anos até a finalização do processo da escritora.

No livro *A duração dos crepúsculos*, o episódio da separação é pormenorizado em alguns trechos. Por um tempo, houve apenas boatos. Ela estava longe, na Ilha da Madeira, e o marido, há mais de um ano, em Santarém, gerindo a Escola Agrícola. Finalmente veio a separação oficial. Não só se divorciara de um casamento que, segundo o narrador, ela “nem sequer [...] teria desejado” (p. 21), como ainda lutara no tribunal pela guarda da filha Constança. Contudo, perdera a guarda para João Prego, que a levava para longe, sem nunca Virgínia descobrir seu paradeiro ou tendo tornado a vê-la.

Por ter levado uma situação tão particular – fim do sagrado casamento – a público, aconteceu, inevitavelmente, a rechaça familiar. O narrador, então, discorre sobre o afastamento do irmão, que era conde, dos pais e de todos os parentes. Embora fosse uma família que encerrava diversos acontecimentos nefastos – “adultérios, raptos, sequestros [...] uns desagradavam-se puxando a espada. Outros tantos fechavam-se nos conventos. Alguns

acabavam esquecidos. As próprias rainhas faziam vista grossa aos bastardos” (p. 21) –, foi condenada por eles e sua parte da herança só foi dada, com muito custo, pois assim facilitaria o afastamento.

Passaram a negar-lhe os brasões, a fechar-lhe as portas de todas as salas. “Dançava tão mal.”
Nem queriam ouvir falar dos livros que ela escrevera. “Perversidades.”
Haveriam mesmo de forçar os arquivos e dar sumiço aos papéis que tinham corrido pelos tribunais (BEJA, 2006, p. 22).

Nessa última frase da autora, podemos entender uma possível justificativa para tão poucas informações acerca do processo de Virgínia.³³

Nas rodas sociais, não foi diferente. O texto narra Virgínia em uma festa, acontecimento este que pode ter sido obra da mente de Beja, porém, facilmente relacionável a alguma situação real: “Constava, nessa época, que a senhora Dona Virgínia e o marido estavam separados. Assim, a alguns dos presentes não parecia bem que ela tivesse comparecido a um serão de festa” (BEJA, 2006, p. 20). Somente a família Bensaúde – os mesmos donos da empresa onde trabalhava Lopo – não cortou relações.

No seu livro *A Mulher*, sobre o qual falaremos mais detalhadamente no capítulo 3, Virgínia chega a mencionar a questão do divórcio por duas vezes. A primeira citação é sobre o divórcio na Roma Antiga e ela defende que este foi um agente facilitador para a situação precária da mulher nessa época. Ela explica que a mulher, não estando bem preparada para isso, acabou se servindo de “privilégios abusivos”, precipitando na depravação dos costumes. Em uma primeira análise, podemos estranhar alguém que passou por tanto ostracismo devido ao divórcio escolher palavras tão moralistas. Entretanto, podemos levantar algumas hipóteses sobre o caso. Uma delas seria que ela julgava o divórcio precipitado para certas mulheres, que não estariam preparadas, como ela estava, para passar pelas consequências.

Outra hipótese seria – visto que o livro foi publicado no mesmo ano de seu divórcio, porém iniciado provavelmente antes – não querer colocar em papel o que de fato pensava para não sofrer tais reprimendas; por último, ela poderia até mesmo ter mudado de opinião a

³³ Inclusive, uma personagem do livro está pesquisando a respeito da vida de Virgínia de Castro e Almeida e se depara com os poucos dados encontrados, fazendo um eco, talvez, com a pesquisa feita pela própria Filomena Marona Beja: “Até aí avançara muito pouco. Os arquivos do extinto Secretariado de Propaganda ainda lhe tinham dado algumas pistas. Já na Casa Editora, a escusa foi total.

- Além disso, falei com a Condessa.

Com a avó do actual Conde. Gentil. Mas surda e de bastante idade. [...]

Parente do marido. Tia. [...] Mas não chegara a conhecê-la pessoalmente. ‘Quando casei, já se tinha dado a desavença com a família...’

[...]

E o espólio? [...]

Quase tudo queimado. O velho Conde procurara por todo o lado, dentro e fora de casa. Suprimira, apagara. Despedira criados, mandara calar” (BEJA, 2006, p. 104).

respeito da situação quando ocorreu com ela. Todavia, esta última é posta em dúvida quando passamos mais para o fim de *A Mulher*, em que ela fala dos direitos da mulher na Suíça no século XIX. Ali, ela engrandece os avanços do país e chega a citar de forma positiva um novo código a respeito do divórcio, que “não se limita aos motivos classicos e introduz esta clausula de um tão grande alcance: ‘Os dois conjuges podem requerer divorcio quando a união conjugal se encontre tão profundamente ferida, que a vida em commum se torne insupportavel’” (AM, p. 237).

Outra questão é o motivo oficial da separação, que é também desconhecido. No entanto, o narrador Ayres Faria traz duas possibilidades: a primeira seria sobre um livro que Virgínia estaria produzindo em conjunto com o marido. Ele dava as orientações técnicas a respeito de detalhes sobre agricultura e fazia as ilustrações; ela escrevia a história, que, de acordo com Ayres, era o tempo todo influenciada pelo marido – o que dá a entender que sua atitude era controladora. Quando foi verificar o trabalho da esposa, deparou-se com a frase “Justiça para as mulheres, em nome de Cristo que morreu igualmente pela irmã e pelo irmão” (BEJA, 2006, p. 20). Nesse momento, deu-se o basta.

Essa primeira teoria parece ser muito mais parte do romance do que, de fato, uma razão biográfica. A segunda possibilidade, todavia, parece mais crível: “Julgava-se que haveria ali outros afectos. Outras **inclinações**” (BEJA, 2006, p. 20, grifo nosso). Isso porque, após sua separação, em 1917, Virgínia mudou-se para França, onde conheceu e passou a morar com a artista plástica e escultora inglesa Pamela Boden, sua companheira até sua morte em 1945 (CUROPOS, 2012).

Na Europa dos séculos XIX e, principalmente, XX, essa era uma das soluções que gays, lésbicas e bissexuais encontravam para poder viver seu amor proibido. Muitos mudavam-se para outro país onde não fossem tão conhecidos, ou, no caso das mulheres, usavam justificativas como “dama de companhia”, “prima” ou “amiga”, como algumas escritoras portuguesas desse período:

Será preciso esperar pelo século XX para que algumas mulheres portuguesas ousem libertar-se do sistema patriarcal e da heterossexualidade obrigatória. É o caso da jornalista Virgínia Quaresma (1882-1973) e da poetisa Maria da Cunha Zorro (1873?-1917), que se exilam no Brasil, em busca de anonimato e liberdade para poderem viver os seus amores proibidos.

Para aquelas que não se conformam com a heterossexualidade obrigatória, resta-lhes o silêncio de uma vida passada junto de uma “dama de companhia”, sem grandes atrevimentos nem escândalos. Será o caso da escritora e feminista Alice Moderno (1867-1947) a viver com a jornalista Maria Evelina de Sousa (1879-1946) ou da poetisa e dramaturga Virgínia Vitorino (1895-1967) com a prima Virgínia da Glória Ferreira. Outras irão para o estrangeiro, em busca de anonimato e maior liberdade, longe “dos preconceitos portugueses” como o diz a escritora Olga de Morais Sarmiento nas suas *Memórias*. É em Paris que encontrará a Baronesa Hélène de Zuylen que, “pela nobreza inigualável [sic] da sua alma, pela inteligência

compreensiva da sua amizade, pela generosidade calorosa do seu coração, [foi] a grande luz maternal que soube iluminar e aquecer mais de trinta anos de uma dedicação perfeita” (CUROPOS, 2012, s/p).

Tal estratégia pode ter origem nos laços criados em internatos e conventos. Na adolescência, as jovens que iam para internatos e conventos encontravam umas nas outras o conforto lesboafetivo e uma certa fuga à dominação masculina: carícias, juras e trocas de fotos, de cartas calorosas, de pulseiras etc. eram comuns entre as meninas e não eram vistas como ameaças, desde que não fossem flagradas nas “práticas culposas” (KNIBIEHLER, 1994, p. 386) que pudessem ameaçar a família. Dessa forma, ter uma amizade apaixonada entre duas mulheres debaixo do mesmo teto, e ainda baseando-se na ideia de que a mulher é naturalmente liderada pelas emoções e pelo afeto, não era algo a ser estranhado pela sociedade europeia naquele período.

Segundo Elizabeth Sara Lewis, em sua dissertação *“Não é uma fase”: construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais* (2012), tanto a nomenclatura “homossexual” quanto a “heterossexual” foram criadas pelo médico Karoly Maria Benkert, da Suíça, no século XIX, sendo que “homossexual” surgiu primeiro em suas obras. Por outro lado, o termo “bissexual” foi utilizado de três diferentes formas ao longo do tempo. Do século XVII até o princípio do XX, bissexual era o indivíduo que hoje chamamos de hermafrodita ou intersexual, isto é, pessoas com características biológicas masculinas e femininas. Já nos fins do século XIX e século XX adentro, com o surgimento da psicanálise, as características do masculino e do feminino não eram mais anatômicas e, sim, psíquicas. Quem primeiro usou essa descrição foi Richard von Krafft-Ebing, mas tal visão foi popularizada com Sigmund Freud em seu *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (2006 [1905]). Nesse texto, Freud teorizava que todos nasciam psicologicamente bissexuais, e a heterossexualidade ou a homossexualidade seria definida com o amadurecimento. A terceira maneira com que o termo “bissexual” foi utilizado é aquela que já é conhecida atualmente: pessoas que se sentem atraídas tanto pelo feminino quanto pelo masculino. Claramente, será com esse terceiro sentido que trataremos o termo neste trabalho. Independentemente da criação das expressões, as “práticas” existem desde sempre.

Não se sabe se as “inclinações” de Almeida, como escreveu a ficcionista, eram homossexuais ou bissexuais, pois não é possível encontrar qualquer informação a esse respeito de forma clara, mas o ato de se envolver com alguém do mesmo gênero em Portugal era não apenas mal visto como, desde 1886 até 1992, passou a ser crime “a prática de vícios contra a natureza”, o que não trazia expressamente escrito, mas que todos entendiam como punição contra a homossexualidade. Em julho de 1912, acrescentou-se a definição de “vadio”

ao homossexual (ALMEIDA, S., 2009). Não à toa, Virgínia mudou-se para França, onde, desde 1791, por conta da Revolução Francesa, foi criado um novo Código Penal, tornando-se “o primeiro país do mundo a descriminalizar relações consensuais entre adultos do mesmo sexo” (CONSULADO..., 2017).

Enquanto a França era progressista em relação aos direitos LGBTQIAP+ desde o século XVIII, em Portugal a situação apenas piorou com o advento do Estado Novo em 1933. São José Almeida escreveu reportagens e livros sobre o assunto e explica:

No Estado Novo podia-se ser homossexual, mas não se podia dizer. Nem no mundo da alta sociedade, dos “marqueses” e das festas com homossexuais nas casas particulares. Nem no mundo dos bares e dos clubes, no mundo da rua, dos engates nos urinóis, nos jardins e nos cais e estações, na homossexualidade do bas-fond. A distinção entre estes dois mundos surgia quando se era apanhado: os protegidos do regime eram poupados, os outros eram internados, espancados, humilhados. Como era ser homossexual no Estado Novo? Como era viver no reino do não dito e do semipermitido?

[...]

“Não se fala e não existe. A regra é esta. A homossexualidade era o segredo que toda a gente sabia. E, como toda a gente sabia, ninguém dizia”, afirma António Fernando Cascais (ALMEIDA, S., 2009, s/p).

É importante destacar que, assim como já falamos sobre a opressão do gênero feminino não ser uniforme – mulheres pobres possuem ainda menos voz e direitos do que mulheres ricas, assim como mulheres negras sofrem mais discriminações do que mulheres brancas –, o mesmo ocorria com os homossexuais. Aqueles que ficavam do lado do governo de Salazar – como o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros Paulo Rodrigues – conseguiam passar incólumes, enquanto aqueles que o desafiavam eram presos, torturados, silenciados, exilados...³⁴ Também havia a diferenciação entre ricos e pobres:

Normalmente, as classes mais baixas – que são arrebanhadas na rua – são humilhadas nas esquadras e espancadas em público, passeadas nas ruas, postas a lavar o chão. Já para as famílias das elites há um sentimento de permissividade, de serem vistos como pessoas que não têm de partilhar da moral comum, a moral burguesa (CASCAIS, 2009, s/p).

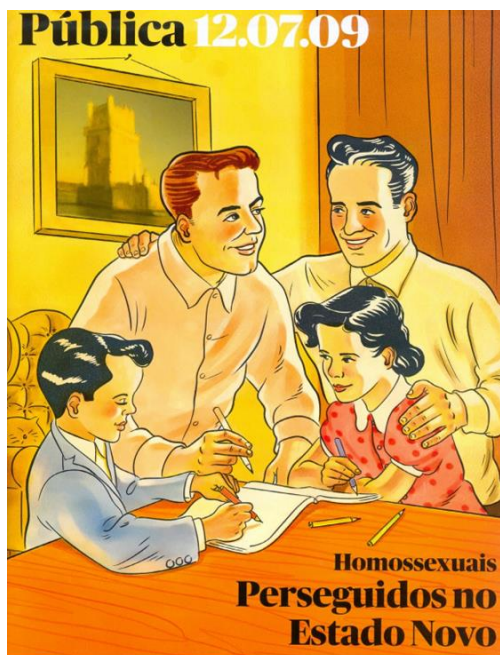
E essa variação de tratamento também se aplicava a homens e mulheres homossexuais. Enquanto os homens eram perseguidos e apanhavam, as mulheres eram dolorosamente apagadas. Pelo seu “papel” social de esposa e mãe, a lesbianidade colocava em risco um dos lemas do Estado Novo: a família. Além disso, como seria possível ela ir em busca de prazer sexual com outra mulher quando sua função na cama era apenas dar prazer ao homem? Esse preconceito era expresso até pela comunidade gay e por artistas que defendiam a liberdade da homossexualidade. São José Almeida explica que Fernando Pessoa, ao escrever um texto em

³⁴ Uma outra situação interessante destacada por São José Almeida é a entrevista realizada pelo secretário de Propaganda Nacional António Ferro com a escritora Collette. A autora finalizou a entrevista dando a entender que se encontraria com uma mulher em uma festa, o que não teve consequência negativa para ela.

defesa de António Botto e Raul Leal, nada fala sobre Judith Teixeira, que “foi gradualmente remetida ao absoluto silêncio até morrer” (ALMEIDA, S., 2009). Inclusive, Teixeira começou a ser retirada das sombras há apenas poucos anos na academia. Lésbicas eram presas somente quando se vestiam com roupas masculinas, portanto, o crime era se passar por homem e não a lesbianidade em si.

Quando surgiram, nos anos 70, os movimentos pelos direitos dos homossexuais, pouco se conseguiu de início, mas “o lesbianismo³⁵ não teve direito a nada. Mesmo o Movimento de Libertação das Mulheres, que integrava várias lésbicas, nunca assumiu esta luta e a sua radicalidade foi apenas a da defesa do feminismo” (ALMEIDA, S., 2009). A situação só começou a se modificar em quase meados dos anos 80.

Figura 7 – Ilustração do jornal *Público*



Fonte: *Público*, Lisboa, 2009.

O silenciamento é ainda mais gritante quando juntamos lesbianidade e negritude. A autora São José Almeida chega a falar sobre países africanos e como lá a homossexualidade era mais aberta e tolerada do que em Portugal, entretanto, apenas ocorria entre os soldados portugueses e a elite de colonizadores. Nada é dito sobre a população negra tanto de Portugal quanto dos países africanos citados. Afinal, não existiam homossexuais negros e negras?

³⁵ Hoje em dia, usa-se o termo “lesbianidade” por conta de a expressão “lesbianismo” possuir uma carga pejorativa, como se de doença se tratasse, tal qual “homossexualismo”. No entanto, como é uma citação, deixamos a palavra conforme está no original.

Existiam. E um deles era uma outra Virgínia, mas de sobrenome Quaresma. A jornalista, já mencionada neste trabalho, é diversas vezes citada como ativista feminina em textos que falam sobre Feminismos e, como lésbica, em artigos sobre homossexualidade. Ela

[...] viveu durante 30 anos com uma mulher que os relatos tratam por “governanta”. Quando Virgínia Quaresma morreu, depois já da morte da “governanta”, a irmã deitou fora todos os seus papéis – um acto que investigadores citados no livro associam ao lesbianismo da jornalista e que se repete muitas vezes nos relatos de vidas em Homossexuais no Estado Novo: tratava-se de rasurar por completo vidas vergonhosas, doentias, criminosas, cuja mera menção era já uma promoção (CÂNCIO, 2010, s/p).

No entanto, os únicos artigos que mencionam sua raça são aqueles voltados justamente para o apagamento das mulheres negras na história. E nestes, os autores fazem jus a tudo que a englobava: ativismo, trabalho, gênero, sexualidade e raça.

Com esse histórico, é possível perceber por que há poucos dados a respeito dessa parte da vida de Virgínia de Castro e Almeida. Em diversos textos que tratam sobre sua participação na literatura e luta feminista, nada é dito sobre sua sexualidade – assim como de diversas outras autoras lésbicas ou bissexuais –; e em textos sobre mulheres homossexuais em Portugal entre os séculos XIX e XX, seu nome nunca é citado. Por isso, o trabalho de Filomena Marona Beja, ainda que um romance ficcional, é de extrema importância por trazer à luz a sexualidade calada de Virgínia.

Ela descreve a convivência de Virgínia de Castro com Pamela Boden – as duas haviam voltado para Portugal em 1938, mesmo contra a vontade da inglesa –, além do carinho, da afeição, da dedicação e do amor que uma nutria pela outra. Tanto que é apenas após a morte de Virgínia, em 1945, que Pamela Boden parte de Lisboa – lugar que parecia detestar no romance – e vai para os Estados Unidos, onde morre em 1981.

2.3 Castro e Almeida: os ideais

E sei hoje afinal o que não sabia há trinta e tantos anos; sei que não sei nada, mas que há: “more things in heaven and earth, Horatio, than are dreamt of in your philosophy”³⁶

Virgínia de Castro e Almeida

³⁶ “mais coisas entre o céu e a terra, Horácio, do que foi sonhado em sua filosofia”. Clássica passagem de *Hamlet*, de Shakespeare, traduzida literalmente.

Um dos principais motivos do nosso interesse em relação à autora Virgínia de Castro e Almeida será trabalhado neste subcapítulo, posto que algumas de suas atuações políticas iam de encontro com alguns escritos seus ou modo de vida. No entanto, buscamos, nos acontecimentos históricos em Portugal e no mundo, possíveis explicações para algumas situações, sem, claro, deixar de olhar criticamente para isso.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que, desde o seu nascimento até o ano de sua morte, Virgínia passou por três diferentes tipos de regime político: o primeiro foi a Monarquia Parlamentar, que se iniciou em 1820, entre revoluções, e só veio a terminar, de fato, em 1910. Esse é o período que corresponde à infância, adolescência e vida adulta da escritora, ou seja, a maior parte de sua formação intelectual e política ocorreu sob um regime instável, com uma aristocracia – da qual sua família fazia parte – dominante, mas cada vez mais decadente.

Embora a Regeneração de Portugal, em 1851, tenha começado com a proposta de democratizar – criando um sistema bipartidário – e modernizar o país, muitos problemas foram surgindo ao longo dos anos, prejudicando os projetos. Em 1850, Portugal estava próspero, já que o preço do vinho estava em alta e havia grandes investimentos em eletricidade e na construção de estradas e ferrovias. Contudo, já em 1860, houve uma queda na procura de produtos do Mediterrâneo, o preço do trigo aumentou, a indústria têxtil foi afetada e até a monarquia sofreu consequências: “em 1868, os protestos urbanos forçaram o governo a reduzir os impostos e cortar a lista civil [salário] da família real” (BIRMINGHAM, 2015, p. 155). Chegados os anos 1870, “os confortáveis anos de elegância do início da era vitoriana e a prosperidade pacífica da aristocracia e da burguesia mercantil estavam minados, e a democracia bipartidária e elitista da Monarquia burguesa, temporariamente abalada” (BIRMINGHAM, 2015, p. 155). Em 1899, foi publicada a lei cerealífera, apelidada de “lei da fome”, posto que estabeleceu um protecionismo na produção nacional de trigo, aumentando o preço do pão em 40%. Além dessas questões, os acontecimentos no Brasil traziam reflexos ao Império português.

Em 1822, o Brasil declarou-se independente de Portugal, logo, arrecadações vindas dessa ex-colônia já não entrariam nas contas portuguesas. Em 1831, houve uma tentativa de impedir o tráfico atlântico de escravizados, que foi apenas abolido de vez com a Lei Eusébio de Queirós em 1850.³⁷ Com isso, também não havia ganhos com o sequestro em África e a comercialização de pessoas para o Brasil. Em 1889, o Brasil tornou-se uma República, o que agitou ainda mais o movimento republicano em Portugal, que estava cada vez mais ganhando espaço e apoiadores, como pode ser visto na revolta republicana de 1891, que acabou

³⁷ Ainda que o tráfico de escravizados tenha continuado a acontecer.

passando de moderada para violenta, fazendo com que os participantes fossem censurados pelos políticos monárquicos. Foi nesse mesmo ano que os lusitanos, que até então acompanhavam as mudanças tecnológicas no restante da Europa, começaram a ficar para trás.

A principal consequência do fracasso do desenvolvimento agrícola foi a fuga de pessoas da terra. Os refugiados econômicos com alguma educação conseguiam empregos de colarinho branco em Lisboa e no Porto, e ambas as cidades dobraram de tamanho sob a Monarquia burguesa. Um contingente dez vezes maior de pessoas, no entanto, foi forçado a deixar o país de forma legal ou clandestinamente e embarcar para o Brasil (BIRMINGHAM, 2015, p. 162).

Como aponta a citação, enquanto algumas poucas pessoas prosperavam sob tal instabilidade, milhares de outras buscavam formas de sobreviver: seja emigrando, seja lutando com as armas que tinham.

Entre feministas portuguesas, a situação não era diversa. Inicialmente em paz com os pensamentos contrários, enquanto o final do século chegava, as discussões internas entre feministas monárquicas (para citar apenas duas, Domitila de Carvalho e Olga Moraes Sarmiento) e republicanas (Adelaide Cabete e Ana de Castro Osório, por exemplo) tornavam-se cada vez mais acaloradas. As principais protagonistas dessas brigas, como já visto antes, eram Virgínia Quaresma (monarquista) e Maria Veleda (republicana). Enquanto a segunda defendia que apenas o uso da força poderia acabar com a Monarquia e, conseqüentemente, com a violência, Virgínia Quaresma acreditava que as ideias de revolução eram “exaltações ridículas” e “ideias prematuras” (QUARESMA, 1907).

Em 1908, o rei Carlos foi morto, causando, novamente, uma divisão nacional, entre aqueles que comemoravam a em breve derrubada da Monarquia e aqueles que prestavam luto à família real. Maria Veleda, revoltada com a comoção, escreveu:

A morte de um rei, sobretudo se ele não soube fazer-se amar do seu povo, é um facto tão comum como a do último dos seus vassalos. Não é uma perda que afecte o povo, sobretudo se ele não for um rei legitimamente nacional. Morreu um rei? Antes ele de que um Homem! Os reis porque se embalsamam, são inúteis até na morte. Mas os homens, na eterna decomposição da matéria, vão dar vida aos vermes e colorir o seio perfumado das rosas (VELEDA, 1908b, p. 1).

Era nesse turbilhão de acontecimentos que se encontrava Virgínia de Castro e Almeida. Foi durante a Monarquia Parlamentar que publicou seu primeiro livro, aos 21 anos. E foi também com essa idade que contraiu matrimônio. Desde seu nascimento até 1910, já casada, nascida e criada para ser uma boa esposa e dona de casa – mesmo que tenha escrito que muitas dessas coisas eram enfadonhas –, ela viu sua classe social perder poder cada vez mais até o maior símbolo da monarquia e da aristocracia ser morto pelo povo que clamava pela República. Talvez, não à toa, suas publicações nesse período tenham sido voltadas para a educação cultural e nacional das crianças – *A fada tentadora* (1895), *Histórias: livro para*

crianças (1898), *Céu aberto* (1907), *Em pleno azul* (1909) – e para as mulheres “de família” – *Como devo governar a minha casa* (1906) e *Como devemos criar e educar os nossos filhos* (1908).

Finalmente a República tão desejada por muitos portugueses chegou em 1910. O filho do rei Carlos foi exilado, o novo regime foi declarado e uma ótima notícia para as mulheres foi anunciada: foi publicada a Lei do Divórcio – ainda que possuísse inúmeras limitações, era um grande passo para a autonomia feminina. Em 1911, mais dois ótimos avanços: Igreja e Estado foram legalmente separados – anseio de todos os republicanos e anticlericais – e o casamento civil, sem a necessidade do casamento religioso, abençoado por um padre representante da autoridade divina, foi introduzido à população.

Nessa época, Virgínia publicou um extenso livro chamado *Capital bemdito* (1910), que possui elementos característicos do pensamento de diversas feministas da época – ao trazer uma mulher “de bem”, a figura da matrona e, por isso mesmo, santa e pura, defendendo uma mulher malvista pela sociedade – e socialistas – ao criticar os patrões de uma empresa e os intermediários de negociação, que apenas lucravam sem nada produzir, enquanto a menor parte ficava para os operários. O livro representa bem o espírito da época, ainda que a narrativa discordasse de alguns atos violentos utilizados na luta.

Sem deixar de lado a literatura infantil, lançando *Pela Terra, Pelo Ar* (1911) e *As lições de André* (1913), outras importantes obras vieram no período da República: *A Mulher* (1913) e *Obra do demónio* (1917). O primeiro, como já visto, trata da história da mulher branca no mundo, principalmente, ocidental. Na passagem por alguns países socialistas, Virgínia elogiou os avanços que estes realizaram em relação aos direitos e educação de suas cidadãs, mostrando um modelo a ser seguido por Portugal. No livro também há crítica ao cristianismo, tanto ao catolicismo quanto ao protestantismo, o que reflete uma das pautas dos republicanos. O ano em que lançou o livro *A Mulher* foi o ano que deu início ao seu processo de separação. Podemos perceber, dessa forma, que uma Virgínia mais independente, que estuda e luta pelos seus direitos, além de repensar os deveres que lhes são impostos, começou a aflorar durante a República.

Já *Obra do demónio* é um conto que, futuramente, vai gerar o filme *A sereia de pedra* (1922). Publicada no ano em que finalmente sai o seu divórcio e um ano antes de sair de Portugal e conhecer a mulher com quem passaria o resto da vida, a narrativa traz uma personagem feminina má e caprichosa, criada em um convento, onde foi abandonada quando bebê, e educada por um homem, guarda do local. É possível levantar a hipótese de uma crítica na pena da escritora ao colocar a criação de uma mulher nas mãos da Igreja e de um homem,

tornando a personagem fria e cruel. Por outro lado, também há uma questão de independência da mulher: no texto, as decisões da personagem não são movidas pelo sentimento, mas, sim, pela razão, diferentemente dos homens, que acabam por causar dramas ao seu redor por se deixarem levar pelas paixões – uma total inversão do que sempre se pregou a respeito dos gêneros.

Ainda nesse período, fundou a Fortuna Films e a Rosy Film, trazendo às telas de cinema *A sereia de pedra* e *Os olhos da alma*, o qual possui uma premissa similar ao d'*A sereia de pedra*. Ana Sofia Pereira assim conclui:

Ambos são dramas com o enfoque nas paixões humanas que endoidecem os homens. Ambos combinam a tradição e os locais pitorescos de Portugal com um fundo fantástico e sobrenatural (que valeu a Virgínia de Castro e Almeida o epíteto de Selma Lagerlöf do cinema português, o que muito deve ter agradado à autora e produtora). Ambos são impregnados por figuras femininas e, ainda que de forma distinta, por figuras femininas de resistência. As mulheres têm um papel preponderante nos filmes de Virgínia de Castro e Almeida e, ao contrário dos homens, não endoidecem nem são controladas pelas paixões, por vezes controlam mesmo as paixões e, com elas, os homens.

[...]

Virgínia de Castro e Almeida que dizia, com o feminismo, querer fazer da mulher igual ao homem, escreve e constrói personagens femininas (boas e más, dentro e fora de uma imagem mais estereotípica da mulher) que nunca têm de se desculpar. As mulheres podem sofrer como efeito das suas ações, podem sofrer pelo simples facto de serem mulheres, mas não têm de se desculpar perante o leitor / espectador. Têm personalidade própria e não precisam de se redimir por isso [...] (PEREIRA, A., 2019, p. 97-98).

Ainda que, para Castro e Almeida, esse tenha sido um período de grandes produções artísticas, de discussões políticas e de direitos e descobertas, a República enfrentou diversos problemas, o que decepcionou muitos dos que lutaram arduamente para erguê-la.

Em primeiro lugar, a classe trabalhadora e o socialismo “foram rapidamente eclipsad[o]s” no momento em que “os advogados e intelectuais da classe média tomaram o poder, de forma semelhante ao que fizeram na revolução de 1820” (BIRMINGHAM, 2015, p. 167). Assim, surge uma República bastante diferente da idealizada. A República que se ergueu era instável – em 16 anos, passaram pelo poder 9 presidentes, nenhum eleito diretamente, e vindo, com esses nove nomes, 3 ditaduras, 25 revoltas e 44 governos (FIGUEIREDO, A., 1976, p. 53) – e sem fornecer qualquer mudança considerável na vida dos trabalhadores, deixando-os insatisfeitos. Depois de um ano de Governo Provisório, a porcentagem total de analfabetos ainda era mais da metade da população e cerca de 518 greves operárias perturbaram o período republicano. Em 13 de março de 1911, há definitivamente a separação entre a República e a classe trabalhadora: “desde então, os movimentos sindicais tornar-se-iam os maiores inimigos da república ‘burguesa’” (FIGUEIREDO, A., 1976, p. 44). Isso ocorreu porque as estruturas sociais e econômicas da

República continuaram sendo as mesmas da Monarquia: “pouco importava substituir um rei que não governava por um presidente sem poderes [...]. Tão certo como o destino, os capitalistas iriam ser cada vez mais ricos e a massa dos pobres cada vez mais pobre” (FIGUEIREDO, A., 1976, p. 43).³⁸

Em segundo lugar, houve o início da Grande Guerra em 1914, a qual deixou o mundo perplexo e traumatizado diante de tantas perdas humanas e econômicas. Mesmo tendo conseguido se manter fora da guerra por 3 anos, por pressões britânicas, Portugal entrou na luta em 1917, o que deixou a nação falida e desiludida. Talvez por todas essas razões, os personagens masculinos de Virgínia são sempre os causadores dos problemas, emocionados e inconsequentes. Talvez também por isso a virada abrupta nos pensamentos da autora quando a República foi tomada.

Em 1926, um novo presidente, Oscar Carmona, subiu ao poder, através de mais um golpe de estado, que duraria 50 anos. Formado a partir da soma daqueles que divergiam dos antigos governos com os que por eles haviam sido prejudicados, o novo governo se fortaleceu.

Dentre as vertentes, a Igreja foi uma das mais poderosas, mas ela demorou para recuperar sua influência e era temida pelos novos nacionalistas, os quais desejavam que toda lealdade fosse direcionada a eles mesmos. A classe média baixa foi outro setor que se opôs às grandes ideias da intelectualidade e deu boas-vindas a um governo que eles esperavam que preservaria suas pequenas economias e garantiria seus empregos de colarinho branco em detrimento das massas operárias. Os oficiais do baixo escalão na revolução de 1910 estavam ansiosos em restaurar sua influência, bem como melhorar seu *status* e suas ativas responsabilidades militares. Eles tinham as armas para fazer o primeiro movimento contra uma República que eles haviam persistentemente minado e denegrido até o ponto em que seu desafio conseguisse atrair apoio suficiente para ter sucesso (BIRMINGHAM, 2015, p. 179).

Todas essas insatisfações contribuíram para manter um Estado mais estável. No entanto, o principal responsável pelo controle por tanto tempo foi António de Oliveira Salazar, o mais longo ditador que nunca chegou, verdadeiramente, à presidência. Ele unia em si todas as camadas que se sentiram insatisfeitas com a República: era nacionalista, extremamente religioso, com educação de seminário, e, apesar de não ter nascido em família de classe média, também não era considerado de classe operária. Formado em Direito, mas com conhecimento e experiência em Economia Política e Finanças, Salazar convenceu Carmona, e todo o país, de que não se interessava por política, mas que apenas suas habilidades poderiam tirar Portugal da atual situação econômica em que se encontrava. Para isso, usou da imprensa de 1920 “para promover sua aura de infalibilidade financeira”

³⁸ Este trecho foi extraído do meu artigo “Os cravos d’A noite: teatro, política e ideologia em José Saramago” (BATISTA, 2018).

(BIRMINGHAM, 2015, p. 183), tornando-se Ministro das Finanças em 1928, com o controle total de todos os outros ministérios.³⁹

Em 1929, sobreveio em todo o mundo a conhecida “Crise de 29”, também chamada de “A Grande Depressão”, causada pela quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, que afetou a economia mundial. Por causa desse acontecimento, o desemprego aumentou nos Estados Unidos e em grande parte da Europa, diversas empresas faliram, as produções industriais diminuíram e uma tendência surgiu em diversos governos: o nazifascismo.

Segundo José Luís Cardoso, em “Ecos da Grande Depressão em Portugal: relatos, diagnósticos e soluções” (2012), ainda que Portugal não tenha saído ileso dessa crise – pois muitos portugueses que haviam partido em busca de melhores condições em outros países no final do século XIX, por conta da depressão econômica, acabaram por retornar à sua nação de origem, aumentando a necessidade de trabalho –, o país foi pouco atingido em comparação ao restante da Europa, visto que sua economia era mais voltada para agricultura e mercado internos e coloniais, além de depender pouco da importação e da exportação de produtos. Ainda assim, os jornais e revistas nacionais noticiavam constantemente os problemas enfrentados pelo mundo, o que gerava um clima de medo, mas, ao mesmo tempo, de confiabilidade nas medidas tomadas pelo governo.

Além de, em 1931, ter havido uma queda de 40% na taxa de desemprego, Cardoso mostra um infográfico demonstrando o PIB (Produto Interno Bruto) de Portugal de 1900 a 1950. De fato, é possível perceber que nos anos que se seguem à crise, as taxas foram maiores do que anteriormente:

³⁹ Vide nota 38.

Gráfico 1 – Taxa de crescimento por década do PIB em Portugal, 1900-1950

QUADRO 1

Taxa de crescimento anual do PIB

Anos	(%)
1900-1910	1,29
1910-1920	0,29
1920-1930	3,83
1930-1940	1,84
1940-1950	3,15

Fonte: Lains (2003, p. 165)

Fonte: CARDOSO, 2012

Contudo, ainda que tenha havido esse crescimento, um aumento de 3,83% em 10 anos é muito pouco se compararmos ao crescimento do PIB de outros países. A título de comparação, o quadro abaixo, retirado do jornal *G1*, expõe as porcentagens do Brasil na mesma época, sendo que este sofreu mais com a quebra da bolsa de valores, por causa da exportação de café para os Estados Unidos, do que Portugal.

Gráfico 2 – Taxa de crescimento por década do PIB no Brasil, 1901-2020



Fonte: Ibre-FGV, a partir de dados do Ipea, IBGE e Monitor do PIB da FGV

Fonte: Ibre-FGV, a partir dos dados do Ipea, IBGE e monitor do PIB da FGV, 2022; ALVARENGA, 2022.

É possível perceber que, até mesmo antes ou depois da crise, o PIB português era baixo, no entanto, as diversas medidas implantadas por Salazar trouxeram uma sensação de estabilidade para o povo, uma impressão de que, enquanto o mundo explodia em desespero, Portugal estava a salvo.

Os panegíricos e ações de propaganda transformaram-se em instrumentos de persuasão e de criação de uma opinião pública favorável ao reconhecimento dos méritos de uma liderança forte. Multiplicaram-se as peças retóricas de legitimação e justificação da bondade da orientação traçada por Salazar, através das quais se explicava que, se os efeitos da Grande Depressão eram escassos, apesar de visíveis, se Portugal conseguia escapar quase incólume a uma crise internacional de gravidade sem precedentes, tal ficava a dever-se às reformas prévias que tinham possibilitado amortecer e neutralizar os seus efeitos (CARDOSO, 2012, p. 388).

Isso permitiu que o governo tomasse medidas de exceção, decisões autoritárias e autorizações de obras públicas sem os procedimentos legais necessários, tudo isso justificado pela necessidade e pela moralidade e conhecimento político e econômico superiores do Ministro das Finanças. É assim que, em 1932, António de Oliveira Salazar chegou ao cargo de Primeiro-Ministro e instaurou de forma definitiva o período salazarista. “A Grande Depressão deu-lhe oportunidade de criar o seu *momentum*, e Salazar soube usá-la como pretexto e instrumento do seu triunfo político.” (CARDOSO, 2012, p. 398).

De acordo com Tiago Baptista (2018), Virgínia já era extremamente nacionalista e crítica à República antes mesmo de Carmona ou do Salazarismo, já que em *Os olhos da alma* há um louvor aos cenários naturais e históricos portugueses, muito usados como propaganda. Além disso, o vilão do filme é um político republicano cujos “terríveis” atos envolvem

protestos violentos, críticas ao governo e, “o pior de tudo”, tentativa de influenciar as pessoas (principalmente os mais pobres) a saírem de sua passividade e do seu papel social pré-determinado para entrarem na política.

Em 1926, segundo Hoyo (2019), Virgínia, junto com outras 14 pessoas, formou a *Comission Nationale de Coopération Intellectuelle* portuguesa; em 1932, foi a única mulher delegada escolhida para compor o *Committee of Experts on Slavery*. Nesse mesmo ano, Almeida já trabalhava como deputada do governo de Salazar na Sociedade das Nações e era reconhecidamente apoiadora não só da ditadura salazarista como também da franquista, em Espanha. Nesse cargo, com participação do Secretariado de Propaganda Nacional, passou a escrever livros históricos que continham figuras e valores valiosos para o Estado Novo, tais como: a coleção “Pátria” (1936), *Les grands navigateurs et colons portugais du XVe et du XVIe siècle – antologie des écrits de l'époque* (1936-1938), *Conquests and discoveries of Henry the Navigator* e *Itinéraire historique du Portugal* (ambos de 1940). Em 1937, em Paris e Genebra, ela foi a representante de Portugal no *League of Nations International Institute for Intellectual Cooperation*.

Mais adiante, Virgínia, então, escreve seus livros infantis de maior sucesso: *História de Dona Redonda e da sua gente* (1942) e a continuação *Aventuras de Dona Redonda* (1943). O primeiro livro conta a história de três meninos, um português, um inglês e um alemão, vivendo aventuras fantásticas. Nas próprias palavras da escritora, no prefácio ao livro:

A História de Dona Redonda é um ensaio de humor ao alcance das crianças latinas; é também um ensaio de princípios tónicos, estimulantes e duros, adaptados aos tempos modernos nos quais a Vida toma imprevista feição e as lutas são já diferentes das que se pelejavam há pouco; princípios que arvorei em contraposição à moral adocicada, a goody-goodyness dessorada e sem efeitos construtivos, mas que ordinariamente envolve e domina ainda a nossa literatura infantil (ALMEIDA, V., 1942, p. 9).

Os tempos modernos que tomam novas feições e suscitam novas lutas são, provavelmente, uma referência à Segunda Guerra Mundial, que estava em seu ápice nessa época. Filomena Marona Beja, na biografia ficcional já citada da autora, faz com que seu narrador dê a entender, em diversas passagens, que Virgínia era contra qualquer tipo de guerra. É provável que por isso tenha colocado em *Dona Redonda* um menino representando os Aliados (Inglaterra), um representando o Eixo (Alemanha) e um a neutralidade (Portugal). Portugal, durante toda a guerra, manteve-se neutro por conta de sua antiga aliança britânica, além do fato do seu país vizinho, Espanha, estar aliado ao Eixo, o que poderia trazer problemas rapidamente para suas terras. Salazar era contra o antissemitismo e manteve a diplomacia amigável com ambos os lados, o que provavelmente agradou parcelas da

população. É provável que Almeida o admirasse por conta disso e do suposto equilíbrio econômico durante a crise antes e durante a guerra. Por isso, encontramos no livro a seguinte passagem:

[...] No alto de uma escadaria lá estava D. Afonso Henriques e, ao seu lado, a bandeira quadrada com a cruz azul. Como aquele homem era grande, e lindo, e forte!
 Todos gritavam:
 — Portugal! Portugal! Portugal!
 O Chico ficou à espera de ouvir:
 — Quem manda?
 Para responder logo:
 — Salazar! Salazar! Salazar! (*DR*⁴⁰, p. 35)

Ainda que Portugal fosse neutro quanto à polaridade mundial e houvesse a crítica ao ódio aos judeus, alguns historiadores apontam que havia uma certa admiração do Primeiro-Ministro para com o Chanceler alemão, Adolf Hitler. Inclusive, após o suicídio deste último em 1945, Salazar declarou luto nacional e colocou a bandeira portuguesa em meia haste em sua homenagem (PORTUGAL..., 2005).

Não é possível saber se Virgínia concordaria ou não com essa declaração, posto que faleceu 4 meses antes de Hitler, porém Beja tenta trazer outros olhares para as posições políticas da autora:

— ... a *Dona Redonda*. A sua amiga que admirava o velho Salazar.
 — Admirava?...
 — Tio, eu não sei, mas dizem que sim.
 — Foi com essa ideia que ficaste, quando leste a *Dona Redonda*?
 — A *Dona Redonda*, as *Novas Aventuras*... Realmente, eram livros diferentes! Mas lembre-se que eu não passava de uma garota, quando os li.
 Verdade. E não poderiam os garotos ter compreendido o outro lado daquela história.
 — Mas por que não voltas a ler? Talvez depares com uma outra escritora... outra pessoa (BEJA, 2006, p. 206).

Seria absurdo pensar que Virgínia seguia apenas a tendência de não se opor publicamente a um tipo de regime autoritário que se espalhava por toda a Europa? Ela, mulher, divorciada, que já havia escrito sobre os direitos femininos, criticado governos e elogiado a Rússia (agora parte da URSS, União Soviética, temida por todos), lésbica – e devemos lembrar o que foi escrito sobre a perseguição a homossexuais durante o Estado Novo –, morando com sua companheira, saindo da França – país que estava ativamente na guerra, ao lado dos Aliados – para voltar à neutralidade de Portugal, ou seja, agora estando nas terras salazaristas, seria possível que ela não escrevesse de fato o que pensava? É uma possibilidade. A perseguição a artistas durante a ditadura era constante e o medo de delações e sumiços rondava todo canto. No entanto, por que tornar-se delegada e trabalhar ativamente para um

⁴⁰ Quando citarmos trechos da parte ficcional do livro *Histórias de Dona Redonda e da sua gente*, abreviaremos para *DR* para maior fluidez de leitura, enquanto a citação do prefácio terá a entrada autor-data.

governo que perseguia seus iguais? Maior garantia de proteção – como, de fato, acontecia, segundo São José Almeida –, ou apenas concordância com as medidas? Infelizmente, sobre essa questão é difícil trazer conjecturas, afinal, a ditadura ainda duraria mais 30 anos depois da morte de Virgínia de Castro e Almeida.

Outra questão que trazemos e que envolve as obras, como a *Dona Redonda*, é a racial. Existem personagens negros nas histórias e eles são retratados de forma bastante caricata. No primeiro livro, junta-se ao trio de meninos uma menina africana. Enquanto os meninos possuem nomes típicos de sua terra (Chico, Franz e Dick), o nome da menina é mais uma onomatopeia burlesca do que um nome de fato: Zipriti. Cada um dos meninos fala perfeitamente o português, mesmo sendo de diferentes países, enquanto as falas de Zipriti são representadas como uma Tarzan feminina: “Ai! Ai! Pica as pernas. Zipriti cansada. Zipriti fome. Zipriti quer chá. Zipriti sono” (DR, p. 20).

Mais à frente surge outro personagem, também africano, chamado Bonda. Ele é amigável, trata bem as crianças, é gentil, mas é descrito de forma grotesca, abobalhada e incivilizada, que chega a assustar os meninos. Na citação abaixo, destacamos as palavras, quase sempre pejorativas, com que Bonda é descrito:

E esperou.

Aquela **coisa** aproximava-se:

— Tche, tche, tche.

A pouco e pouco o tal **chouriço gigante** foi surgindo do nevoeiro: Franz começou a ver a cabecinha redonda da Zipriti e os bracitos que se agitavam como velas de moinho. Mas onde vinha ela encarrapitada?

Por fim percebeu que a Zipriti vinha às cavalitas de um homem. Um **corpo disforme; uma grandíssima pança; pernas curtas; braços muito compridos. Era um preto. Preto como carvão. A carapinha e a barba que lhe passava por debaixo do queixo eram grisalhas. Trazia uma camisa encarnada, umas calçotas azuis larguíssimas e os pés metidos numas chinelas enormes**. Segurava com ambas as mãos uma grande caçarola cheia a transbordar de pedaços de carne guisada.

Franz esfregou os olhos e limpou-os com o lenço, pensando que não vai bem.

— Patrozinho ã chora, — disse a tal **voz de cana rachada**. — Bonda **feio** mas não fazer mal (DR, p. 58-59, grifos nossos).

Como pudemos perceber, Bonda, para a narrativa, não é humano: é uma coisa, um chouriço gigante; seu corpo é monstruoso, disforme, desproporcional; ele não é só preto, mas preto como carvão; seus cabelos são chamados de carapinha, palavra que, entre outros significados, é utilizada para falar de tecidos ou fios eriçados e secos; suas vestes, além de sujas, parecem não lhe servir; até sua voz é desagradável; por fim, o próprio personagem resume toda a descrição que a narração quis apresentar: “Bonda feio”.

As ilustrações que acompanham o livro infantil trazem os traços que comumente eram usados para ilustrar pessoas negras no século XIX: pele totalmente preta, bocas grandes, olhos

esbugalhados, cabelos espetados. Abaixo podemos ver a diferença entre os traços utilizados para retratar os meninos brancos e os traços que formam os personagens negros:⁴¹

Figura 8 – Ilustrações do livro *História de Dona Redonda e da sua gente*



Fonte: DR.

De início, ficamos confusos sobre como a mesma pessoa que retrata personagens negros de forma tão redutora e preconceituosa pode ter sido parte do *Committee of Experts on Slavery*, “a body of distinguished individuals from different countries which meets once each year”⁴². Esse comitê, criado pela Liga das Nações, era responsável, junto com outros comitês, por fiscalizar situações que poderiam estar ligadas à escravidão, assim como desejava ampliar

⁴¹ É interessante notar que Zipriti parece ser mais nova do que os meninos, no entanto, suas roupas lembram aquilo de que tratamos anteriormente a respeito das roupas das mulheres: meninas pequenas podiam usar vestidos curtos, mas, à medida que iam crescendo, a barra da roupa também crescia, isto é, na puberdade, podiam usar vestidos e saias com os tornozelos à mostra, mas não mais do que isso. O comprimento do vestido de Zipriti parece pertencer a uma moça mais velha. Outro ponto são as cores: ainda que existissem roupas mescladas ou escuras para todas as idades, o mais comum, nesse período, eram roupas claras e monocromáticas para crianças; a vestimenta de Zipriti reveza entre um alvíssimo branco (cor da pureza e delicadeza) e um profundo preto. Essas escolhas de arte passam uma ideia de descompasso juntamente com a desproporção de seus traços físicos e dos seus laços de fita, transmitindo, talvez, a intenção de que Zipriti era uma criança, sim, mas não igual às brancas da elite.

⁴² Em tradução livre: “um corpo de personalidades ilustres de diferentes países que se reúne uma vez por ano” (WEISSBRODT; ANTI-SLAVERY INTERNATIONAL, 2002, p. 49).

o termo “escravidão” para trabalhos análogos à escravidão e denunciava servidão por dívida. Ele acabou terminando por causa da eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Como já apontado, diversos movimentos contra a escravidão começaram no início do século XIX, com o Slave Trade Act (1808), passando, no Brasil, pela Lei Eusébio de Queirós (1850), Lei do Ventre Livre (1871), Lei dos Sexagenários (1885) até chegar na Lei Áurea (1888). Isso tudo repercutia na mente de muitos portugueses como algo positivo. Virgínia, que chega a citar em *A Mulher* – de forma muito breve, é verdade –, a situação da alfabetização de mulheres negras, não podia ignorar todo esse movimento que vinha ocorrendo na Europa e nas Américas – a Guerra de Secessão, por exemplo, foi de 1861 a 1865. Ainda que não fale abertamente em seus textos sobre o assunto e raramente coloque uma personagem de outra raça que não a branca em seus romances e contos, o fato de fazer parte do comitê citado mostra sua posição em relação à escravidão. Em *Dona Redonda*, os negros que aparecem são medrosos, bondosos e gentis, provavelmente elementos vistos como qualidades na época por alguns defensores como Virgínia, para ensinar as crianças que eles eram indefesos e, por isso mesmo, não mereciam ser tratados de forma rude ou como escravizados. Ao mesmo tempo, esses estereótipos e generalizações evidenciam um tratamento condescendente, tributário do pensamento racista segundo o qual esse grupo racializado, embora merecedor de um tratamento humano, era inegavelmente inferior às sociedades civilizadas europeias – como é possível perceber no livro infantil quando Franz tenta ensinar a Bonda como “homens de verdade” devem se apresentar: não com abraços, mas apertos de mão.⁴³

Assim, trouxemos este capítulo não para apresentar respostas definitivas, afinal, na literatura, uma única verdade é tudo o que um bom leitor não deseja, mas, sim, para mostrar que o que pode parecer-nos contradições, muitas vezes são apenas retalhos que compõem as diferentes personalidades de uma pessoa e que a sociedade, o lugar, a época e os contextos políticos e econômicos podem afetar uma forma de ver o mundo mais do que imaginamos. Deixemos a própria Virgínia explicar-se:

As minhas ideias eram então muito diferentes das que tenho hoje. Deixara-me arrastar pela vaga de materialismo e de positivismo na qual os homens do século XIX se afogaram: orgulhosas certezas nas conquistas das ciências experimentais, fé absurda e exclusiva na infantibilidade dos imperfeitíssimos sentidos humanos (ALMEIDA, V., 1942, p. 6).

⁴³ Este assunto será melhor analisado mais adiante, quando tratarmos do Eurocentrismo.

3 A MULHER DE VIRGÍNIA: UMA LEITURA CRÍTICA

Mulher? É muito simples, dizem os amadores de fórmulas simples: é uma matriz, um ovário, uma fêmea, e esta palavra basta para defini-la. Na boca do homem o epíteto fêmea soa como um insulto. No entanto, ele não se envergonha de sua animalidade, sente-se, ao contrário, orgulhoso se dele dizem: é um macho! O termo fêmea é pejorativo, não porque enraíze a mulher na natureza, mas porque a confina no seu sexo.

Simone de Beauvoir

Para quem estuda sobre os Feminismos em Portugal, o prefácio de Virgínia de Castro e Almeida, para seu livro de 1913, *A Mulher*, é bastante conhecido, porém há poucos estudos completos no que diz respeito a essa autora. Neste capítulo, analisaremos profundamente seu ensaio para trazer um panorama mais amplo dessa escritora, filha de sua época.

No prefácio de *A Mulher* (1913), Virgínia de Castro e Almeida narra como foi apresentada à sociedade aos quinze anos – iniciação pela qual toda jovem de classe média, burguesa ou aristocrata devia passar – e suas reflexões a respeito desse momento. Entre idas a bailes, teatros, serões, entre outros eventos, o que mais atraía a jovem eram os debates acerca da política, da arte, da literatura e de assuntos que muitas vezes não eram considerados adequados para uma menina dessa idade e, por isso, eram conversados entre os adultos cuidadosa e disfarçadamente, mas não o suficiente para que ela não percebesse e para que o tema não deixasse sua imaginação em polvorosa. As situações voltadas para o que se esperava de seu gênero, nesses encontros sociais, não a divertiam, e a autora confessa não ter qualquer talento para conversas, danças, vestimentas etc., sendo, por isso, criticada.

[...] e no fim eu ouvia invariavelmente um pequeno sermão, censurando o modo como eu recebera as minhas visitas, sem geito, não me tendo esforçado para as divertir, não fazendo como devia as honras da casa, mostrando-me pouco animada, pouco amável, repartindo mal as minhas atenções, dando emfim da minha pessoa, uma triste idéa (*AM*,⁴⁴ p. 8-9).

É interessante chamar a atenção para a relação que Virgínia faz entre “desempenhar um papel” esperado da sua posição social e de seu gênero com sua individualidade, como se a

⁴⁴ Para facilitar a leitura, adotamos a sigla *AM* para o livro *A Mulher*.

personalidade de cada indivíduo estivesse invariavelmente ligada à imagem que os outros tinham dele, sendo impossível tal dissociação: “Gostava mais do serões ou dos jantares de pessoas serias, onde **minha individualidade desaparecia** [...] sem que ninguém viesse segredar-me o meu momento de entrar em scena, de **desempenhar um papel**” (AM, p. 9, grifos nossos). De fato, esse era o projeto da burguesia⁴⁵: uma simbiose entre o papel imposto sobre as mulheres e sua identidade. Recusando a elas instrução e cultura, forçando-as a usarem roupas incômodas e fazendo-as seguirem um estrito regime social, tudo isso sob a justificativa de serem cuidadas e protegidas por conta de sua delicadeza e idealização, os burgueses e nobres privavam-nas de maiores responsabilidades, de uma possível ampliação de consciência e pensamento crítico e dos desejos de sua individualidade. Assim, a mulher é “salva” e “livrada” dos “fardos” de estarem ativamente na vida pública, política e econômica (DE BEAUVOIR, 1970). Ou seja, como escreve Honoré de Balzac, renomado escritor do realismo francês, a mulher, para o homem, “é uma escrava que é preciso saber colocar num trono” (BALZAC, 1886, p. 61).⁴⁶ E tal como Simone de Beauvoir afirma, que a mulher burguesa usava, muitas vezes, de boa vontade os grilhões que lhe eram presenteados, Virgínia de Castro confessa ter concordado por um tempo com essas posições, apoiando que a figura feminina era uma criatura submissa, musa inspiradora, cujo único propósito era o de ser mãe. Foi assim que ela conheceu e acreditou ser o Feminismo por muito tempo.

Ao refletir sobre o que a levou a ter essa visão, Almeida questiona alguns possíveis elementos determinantes de sua opinião, iniciando por sua educação. Ao descrever no que consistiu sua educação, é possível perceber que a autora possuiu uma instrução bastante condizente com sua posição social, seu gênero e sua época. A “bôa educação vulgar” (AM, p. 11) de Virgínia consistiu em aulas de línguas, de piano, de arte e de religião. Nísia Floresta, um dos pseudônimos da escritora oitocentista Dionísia Pinto Lisboa, descreve, em seu *Opúsculo humanitário* (1989 [1853]), as matérias que as meninas de brasileiras aprendiam – quando aprendiam – nas escolas ou nas aulas em casa. Embora se trate do Brasil – e ainda sabendo que muitas coisas neste país tinham como base costumes de países europeus –, é possível ver semelhanças do que se considerava importante para uma futura “senhora”, independentemente de sua nacionalidade:

⁴⁵ Devemos lembrar que, ainda que a origem de Virgínia seja aristocrata, nesse período histórico, burguesia e aristocracia eram classes muito próximas, pois enquanto os nobres se encontravam cada vez mais decadentes, a burguesia estava em ascensão: burgueses compravam títulos de nobreza e obtinham poder na política; aristocratas faziam acordos e laços com a burguesia com objetivos financeiros e de influência. Da mesma forma, a educação já não era apenas pressuposto de religiosos e nobres, expandindo-se à elite burguesa.

⁴⁶ No original: “La femme mariée est un esclave qu’il faut savoir mettre sur un trône”.

Mandá-la aprender a dançar, não pela utilidade que resulta aos membros de tal exercício, mas pelo gosto de a fazer brilhar nos salões; ler e escrever o português, que, apesar de ser o nosso idioma, não se tem grande empenho de conhecer cabalmente; falar um pouco o francês, o inglês, sem o menor conhecimento de sua literatura; cantar, tocar piano, muita vez sem gosto, sem estilo, e mesmo sem compreender devidamente a música; simples noções de desenho, geografia e história, cujo estudo abandona com os livros ao sair do colégio; alguns trabalhos de tapeçaria, bordados, croché etc., que possam figurar pelo meio dos objetos de luxo expostos nas salas dos pais a fim de granjear fúteis louvores a sua autora (FLORESTA, 1989 [1853], p. 110).

“Muita vez sem gosto” é como poderia descrever o interesse de Virgínia em tais matérias, confessando, ela mesma, que “não gostava de estudar” (AM, p. 12). Ainda que Nísia Floresta aponte para a falta de conhecimento da literatura estrangeira, a autora portuguesa escreve que, sim, os lera, mas que não via esses escritores clássicos ou de seu tempo como forma de evoluir seu espírito e seus pensamentos a respeito da condição e do destino da mulher. De fato, os romances, principalmente do movimento romântico, foram, frequentemente, publicados visando ao público feminino, para satisfazer sua imaginação e seus sonhos, mas não necessariamente para instruí-las e movimentá-las. Essa, inclusive, é uma das possíveis causas que a lusitana aponta para sua recusa e seu desprezo iniciais aos movimentos feministas. Ela escreve que talvez a influência intensa do Romantismo tenha sido gerada pela “monotonia feliz do ambiente”, ou então por uma “sede ardente de sacrifício”, um “desejo morbido de heroísmo” de que sofriam as mulheres da elite em sua época. Ela resume tudo a um sentimento que chama de vaidade, uma “necessidade doentia de uma existência diferente e excepcional”, vaidade esta fruto de uma “educação incolor e esteril que nos dão a todas”, não oferecendo “ao nosso cérebro nem ao nosso coração as aplicações fecundas de que seriam capazes” (AM, p. 13).

No entanto, o que melhor a ensinou não foi a educação limitada ou os livros românticos, mas, escreve, a própria vivência. Ao conhecer outras pessoas, culturas e opiniões, pôde passar a pensar por conta própria e concluiu que os preconceitos que antes a tomavam vinham de terceiros e não pareciam, a ela, corretos. O Feminismo, então, mudou diante de si e, de utopia, passou a uma possível e desejosa realidade.

Em seguida, Virgínia passa a explicar que toda essa digressão se deve ao fato de que a educação foi seu principal objetivo com o livro *A Mulher*. Ela compreende que a instrução portuguesa tinha seus pontos positivos, mas também possuía inúmeros pontos negativos e, por isso, resolveu fazer um estudo no estrangeiro dos evoluídos métodos de ensino de diversos países para tentar levar algumas ideias à sua terra. Contudo, julgou, por bem, fazer antes um resumo da história das mulheres – que logo veremos não se tratar da história de todas as

mulheres – para que se pudesse entender, mais claramente, os sofrimentos pelos quais estas passaram e os motivos de suas inúmeras reivindicações.

Antes de começar o livro propriamente dito, Almeida apresenta sua própria definição do que entender ser o Feminismo. Como observamos no capítulo 1, essa era uma situação comum entre as pioneiras desse movimento: temerosas de serem mal compreendidas ou ridicularizadas por quererem ser homens ou superiores a eles, cada uma delas fazia questão de definir em suas palavras o que compreendia dos movimentos, entretanto, sempre partindo do que a palavra **não** significava, de maneira defensiva, para depois fazer algumas afirmativas. Da mesma forma, Virgínia escreve: “**Não** sou feminista na acepção errada que frequentemente se dá a esta palavra, tornando-a sinonimo de violencia, de aspirações absurdas ou ridículas” (AM, p. 20, grifo nosso), não deixando claro, todavia, que “aspirações absurdas ou ridículas” seriam essas. E continua:

O feminismo **não** é uma força que se levanta contra o homem; é a voz da mulher instruída, forte, equilibrada e pura, que aspira nobremente a um lugar ao lado do seu companheiro para compartilhar as suas dores, os seus trabalhos, os seus cuidados e as suas alegrias.

O feminismo quer que o homem deixe de considerar a mulher como agente exclusivo de prazer, como serva, como utensílio, como objeto de luxo; quer fazer da mulher *a igual do homem* e **não** a usurpadora dos seus direitos. (AM, p. 20, grifos em negrito nossos).

Virgínia de Castro também compara Feminismo com Socialismo, defendendo que ambos sejam moderados, indo contra algumas contemporâneas suas, como Maria Veleza, mas concordando com o pensamento da maior parte das feministas portuguesas já citadas:

No feminismo, como no socialismo, como em todas as grandes crenças e em todas as grandes esperanças que teem enobrecido o espirito humano e o teem levado á conquista de um ideal redentor, ha os exaltados, os fanaticos, os incompreensivos, os que vão além do sonho, os que não calculam a parte que é preciso deixar-se ao tempo e que julgam poder realizar no espaço de uma vida o que só o trabalho de seculos fará um dia (AM, p. 20).

Ulteriormente, ela afirma outro ponto de vista bastante difundido entre as muitas feministas oitocentistas e do início do século XX: a importância da educação da mãe para que esta possa passar seus conhecimentos aos seus filhos. Por exemplo, na primeira edição da revista *Sociedade Futura*, Olga Sarmento da Silveira escreve um artigo intitulado “A mãe e o desenvolvimento psychico da criança” (1902) e sua frase de abertura é: “A educação dos filhos durante os primeiros anos da sua existencia deve pertencer exclusivamente á mãe” (SILVEIRA, 1902, p. 3); já perto do fim, conclui: “Na maior parte das vezes é a falta de bom senso das mães, que arrasta as crianças á desobediência” (SILVEIRA, 1902, p. 4). Mesmo que Virgínia de Castro e Almeida pareça seguir essa linha de raciocínio, ela também aponta que nem todas precisam, necessariamente, seguir essas “missões mais nobres da mulher” (AM, p.

21), pois existe um grande rol de diferentes realidades e possibilidades para cada uma: há as não casadas, as divorciadas – demonstrando a posição da autora de provável aceitação do divórcio –, as viúvas, as que não têm filhos, “todas essas teem direito *ao seu logar ao sol*” e poderiam, com o desenvolvimento de seu intelecto e suas habilidades, “ser[em] mais uteis á sociedade do que resumindo-se ao circulo dos trabalhos caseiros” (AM, p. 21).

Portanto, embora, como veremos adiante, seu discurso esteja muito mais voltado às mulheres brancas, de classe média, ocidentais, Virgínia busca agregar grupos até então desconsiderados, como as que não queriam ser mães, por exemplo. O lugar de onde fala é bastante marcado, como demonstramos em outros momentos deste texto, porém, neste momento, destacamos a sua vontade de abarcar mais mulheres do seu país em seu texto para que elas possam conhecer um pouco de sua história, descobrir como funcionam os diversos métodos de ensino pela Europa, para que possam lutar pelo seu “lugar ao sol”. E é por essa mesma razão que a escritora coloca como título de sua obra o substantivo no singular e como nome próprio, pois elas, com suas diferenças, para Virgínia, são essa mesma temida e perigosa palavra que confirma o seu gênero: A Mulher.

3.1 A História da Mulher

A mulher de quem menos se fala, é que merece mais elogios.

*Thucydides*⁴⁷

Em seu primeiro capítulo, Virgínia de Castro e Almeida volta aos primórdios da humanidade, sem qualquer separação por etnia, cultura ou localização geográfica, trazendo sua ideia de que as regras sociais eram iguais a todos. Dessa forma, aponta que, no princípio de tudo – sem esclarecer quando foi o princípio apontado –, os objetivos que moviam os homens de diferentes tribos eram os territórios para caça e o instinto, não existindo, portanto, valores como castidade, fidelidade e ciúmes, já que, aponta Almeida, a família também não existia. Essa afirmação, contudo, é equivocada, pois, como escreve Danda Prado: “Jamais encontramos, ao longo da História, uma sociedade que tenha vivido à margem de alguma noção de família, isto é, de alguma forma de relação institucional entre pessoas de mesmo sangue” (PRADO, 2017, s/p).

⁴⁷ Tradução de Virgínia de Castro e Almeida.

O antropólogo Claude Lévi-Strauss, no capítulo “A família”, de seu livro *O olhar distanciado* (1983), demonstra que tal concepção de família – baseada na crença de que a família moderna institucionalizada e em sua forma burguesa é a mais complexa e desenvolvida – era bastante comum na segunda metade do século XIX e parte do século XX. Assim, alguns estudiosos pensavam que, por muitos povos ditos “primitivos” não terem suas famílias baseadas na monogamia, a ideia desse grupo ligado por laços de parentesco ou proximidade não existia.

Foi então preciso tratar e deformar os factos para que eles se vergassem as hipóteses. Inventaram-se pretensos estados arcaicos, como a “promiscuidade primitiva” e o “casamento de grupo”, para guarnecer uma época em que o homem era ainda tão bárbaro que simplesmente não teria podido conceber essas formas requintadas e enobrecidas da vida social cuja fruição pertencia unicamente ao civilizado. Arrumado no lugar previsto de antemão, devidamente etiquetado, cada costume diferente dos nossos podia ilustrar uma das etapas percorridas pela humanidade desde a sua origem até aos nossos dias (LÉVI-STRAUSS, 1983, p. 69-70).

Para Virgínia, neste período, a moral era outro elemento que ainda não havia surgido, pois, segundo a autora, “a moral não preside á instituição da família” (AM, p. 34); sendo assim, o que reinava em tais ambientes era a animalidade “primitiva”, o egoísmo e a sofreguidão, sendo a bondade completamente desconhecida. Ou seja, para ela, a família e a moral estavam completamente entrelaçadas, não podendo uma surgir sem a outra. Segundo o dicionário Michaelis:

MORAL
mo·ral
adj m+f
1 Relativo a [sic] moral.
2 Relativo às regras de conduta e aos costumes estabelecidos e admitidos em determinada sociedade.
3 Que é conforme e procede conforme os princípios da ética e da moralidade aceitos socialmente.
[...]
sf
1 Conjunto de valores e princípios morais (virtude, honestidade etc.) que norteiam a conduta e o pensamento de uma pessoa e sua relação com a sociedade em que vive; moralidade: “Davi tentara alguma coisa, mas fora repellido com veemência, com lições de moral” (MS).
2 Conjunto de regras de conduta estabelecidas e admitidas por um grupo social numa época determinada.
3 Parte da filosofia que estuda as normas de conduta humana sob os valores e juízo do bem e do mal, ciência do bem e do mal; ética.
4 Tratado ou obra sobre a moral, sobre o bem e o mal.
5 COLOQ Influência ou hegemonia sobre outrem.
6 COLOQ Direito de opinar ou aconselhar sobre determinado assunto (GREGORIM, 2015).

Isso é, a moral pode ser lida como normas e valores correspondentes a um local e época, contudo, a oitocentista, inserida em uma sociedade eurocêntrica, patriarcal e fortemente católica, acaba por aplicar a outras civilizações, em diferentes lugares e tempos, as

virtudes e crenças as quais considera como regra. A isso, antropologistas chamam de etnocentrismo, que ocorre quando se aplicam critérios de moralidade a partir do ponto particular de onde tal enunciação foi dita, ignorando a pluralidade de culturas.

Esse etnocentrismo relacionado à família e à moral acaba por trazer uma visão deturpada das sociedades baseadas no matriarcado. Lévi-Strauss cita como exemplo de uma cultura matriarcal o povo Nayar, população indiana da costa do Malabar, em que, por conta da guerra, o casamento não criava um contrato, um laço permanente entre os envolvidos: a mulher podia ter inúmeros amantes e os filhos pertenciam à sua linhagem, não a dos homens (LÉVI-STRAUSS, 1983). Populações assim eram vistas como primitivas, bárbaras (PERROT, 2017) e tais organizações, por vezes, não eram consideradas como uma família válida. E essa visão era repassada para o restante dos cidadãos letrados, como podemos perceber através de Almeida.

Em *A Mulher*, Virgínia de Castro e Almeida traz, não sem ironia, a apreciação de algumas feministas pelo matriarcado como representação do poder feminino e de sua superioridade. No entanto, a autora aponta que nada há para comemorar, já que o filho pela linhagem feminina não é o reconhecimento do homem a respeito do lugar de honra da mulher, mas, sim, apenas uma questão biológica:

Na realidade o matriarcado é apenas uma necessidade: a mulher pertencendo a muitos homens tem a posse da criança *porque ninguém sabe quem é o pai*; a propriedade, vaga ainda e incerta, transmite-se logicamente pela linha collateral uterina, não pelo motivo da supremacia da mulher na família (a família propriamente dita, nem sequer existe ainda), mas sim porque o homem não tem filhos legítimos (AM, 29).

A partir desse trecho, podemos perceber duas características bastante importantes e que observamos ao longo dessa obra de Virgínia: embora critique o Patriarcado e o coloque como uma instituição que acaba com a igualdade feminina, ela o toma como base de sua visão a respeito das sociedades anteriores a ele, afinal, “legitimação do filho” pressupõe que um pai, casado com uma mãe, na organização familiar patriarcal, é o único capaz de tornar o filho legítimo. Essa palavra, inclusive, significa:

(le.gí.ti.mo)

a.

1. Reconhecido pela lei (herdeiro legítimo); LEGAL

2. Verdadeiro, original (ouro legítimo).

3. Que é justo, compreensível, procedente: *A reclamação legítima foi atendida.*

(GEIGER, 2011, p. 536, grifos do autor).

Dessa maneira, o filho só é verdadeiro e reconhecido pela lei se fruto de um casamento oficial e único, para, assim, poder levar o nome da família **do pai**. Como as culturas matriarcais não possuem o casamento que a sociedade de Virgínia de Castro considera válido

e a mulher não sabe quem é o pai, logicamente a linhagem é apenas materna, o que é visto como inferior, levando-nos ao próximo ponto analisado nas opiniões da autora portuguesa: o reconhecimento e o aval masculinos são de extrema importância, para ela, para que o poder feminino seja real.

Essa afirmação é mais facilmente percebida em uma passagem do texto na qual ela explica que, no século XV, durante a Renascença italiana, o homem passa a se preocupar com a sua companheira, percebendo suas qualidades, e faz a chocante declaração: “A revolução que esta descoberta determina é muito importante; d’ella data realmente o inicio da luta para a reivindicação dos direitos femininos” (AM, 127). Isto é, somente a partir do reconhecimento masculino que a verdadeira luta feminina se inicia.

Ainda assim, ela concorda que tudo muda para esse gênero com a chegada do Patriarcado. Ele se inicia com a noção de propriedade, o surgimento da ganância e a escravidão, assim, a hereditariedade surge como algo de extrema necessidade, pois para não perder para outros os bens conquistados – e os escravizados aqui são incluídos – através da guerra ou do trabalho, era preciso que os filhos fossem reconhecidamente de seu clã ou família, logo, cria-se a monogamia feminina.

É curiosa essa relação entre propriedade e a formação do Patriarcado, pois é exatamente o que abordam conhecidos filósofos de esquerda como Friedrich Engels e Mikhail Bakunin. O primeiro, fundador, junto de Karl Marx, do movimento Marxista, afirma que a dissolução da propriedade privada poderia não acabar com a monogamia, mas definitivamente poderia equalizar a situação da mulher e do homem, posto que, explica Engels, o casamento foi criado justamente para a transmissão da herança – como escrito por Virgínia –, e o controle do homem sobre a mulher se dá por questões financeiras, dessa forma, o casamento poderia ser facilmente desfeito se essas duas características fossem anuladas (ENGELS, 2019 [1884]). Bakunin, filósofo já mencionado, igualmente apoia o fim do direito à herança, consequentemente pensando na emancipação da mulher e nos seus direitos sociais iguais aos dos homens (BAKUNIN, [18--b]). Federici denomina esse poderio masculino sobre as mulheres, como a de um senhor feudal sobre o servo, de “O Patriarcado do Salário”: “enquanto na classe alta era a propriedade que dava ao marido poder sobre sua esposa e seus filhos, a exclusão das mulheres do recebimento de salário dava aos trabalhadores um poder semelhante sobre suas mulheres” (FEDERICI, 2017, p. 194). Mesmo tendo em mente que, atualmente, há uma maior independência financeira da mulher, uma facilidade de dissolução do matrimônio e sendo o casamento não mais predominantemente uma escolha entre famílias que consideram aspectos econômicos, ainda assim, existe uma lacuna entre o poder masculino

e feminino, baseada em posses materiais privadas e influências conquistadas por estas. Portanto, essa relação é possível de ser feita e é compreensível ligar o surgimento do Patriarcalismo com a noção de propriedade. E tal pensamento mostra as posições de esquerda de Virgínia de Castro e Almeida.

Se a monogamia é essencial para a garantia da hereditariedade, as ideias de separação, independência ou infidelidade são completamente vedadas, sendo esta última punida severamente. E Virgínia assim define o Patriarcado:

Família patriarcal quer dizer: a reunião de um certo numero de individuos dos dois sexos, livres ou escravos, constituindo uma comunidade sob a dependencia de um só homem, o chefe, que tem sobre todos poderes absolutos.
[...] d'aqui por diante a mulher será apenas, através dos seculos, um elemento productivo de filhos legitimos, um instrumento de trabalho, um agente de prazer; o homem dominal-a-ha como domina os vencidos, pelo exclusivo direito da força; poderá humilha-la, despreza-la, tortura-la, explora-la, mata-la, conforme entender (AM, p. 34).

E, por fim, o que torna essa nova realidade uma regra e parte da cultura, ou seja, o que normatiza a artificialidade dos poderes sociais desbalanceados, são as leis e a religião.

3.1.1 A mulher nas religiões pagãs e cristãs

Virgínia de Castro e Almeida fala muito pouco sobre as religiões pagãs, principalmente as que não pertencem ao mundo ocidental. De fato, a primeira diferenciação que faz em relação ao tratamento dado às mulheres nos países é apontando como elas são vistas no Ocidente e no Oriente⁴⁸. A autora escreve que a mulher oriental só afirma sua existência a partir da sua função de reprodutora e que sua escravidão lá é mais “abjecta e profunda”, além de mais “duravel” (AM, p. 34-35). No entanto, não muito antes, Almeida havia definido a mulher, de forma geral, a partir do surgimento do patriarcalismo, como “elemento productivo de filhos”, “instrumento de trabalho” e dominada pelo homem, que pode fazer com ela o que bem entendesse (AM, p. 34). Ou seja, por que, então, a situação ocidental seria mais positiva do que a oriental? Ela mesma responde logo em seguida: por conta de um sentimento caridoso partido do homem, “um impulso de gratidão” (AM, p. 35).

Enquanto no Ocidente há deusas gregas, romanas e nórdicas, nas religiões do Oriente, segundo a escritora, não há vestígios de divindades femininas. Com exceção do Egito, “nenhuma força, nenhum poder é encarnado n’uma figura de mulher” (AM, p. 35). Ora, isso

⁴⁸ Vide nota 13.

não é verdade. Para citar alguns exemplos, na cultura hindu, há Kali, divindade tão poderosa que matou um demônio, bebeu seu sangue e destruiu o universo. No Japão, Amaterasu representa o sol, o que é uma importante inovação, já que, na maior parte das mitologias, essa função é masculina; quando ela se irritou com o irmão, fugiu para uma caverna e deixou o mundo em completa escuridão (CAMPBELL; ACKER, 2016). No pré-islamismo, mas na mesma região geográfica, havia três importantes divindades femininas: Allât, Al-Ouzzâ e Manât, respectivamente, as deusas da lua, da fertilidade e do destino, sendo essas três as mais importantes desse panteão politeísta, se igualando, em poder, a Allah (SOUZA; OLIVEIRA, 2019).

É importante destacar que Virgínia, diferente do que podia ocorrer com cristãos europeus de sua época, valida a origem do cristianismo como vinda do Oriente e a coloca no mesmo patamar de críticas que traça a respeito de outras religiões orientais:

Nas religiões do Oriente, [...] Mesmo como mãe, [a mulher] é desprezada; é considerada pelo estado e pela religião como um ser impuro, estygmatizado por eternas maldições. A mãe dos homens, Eva, é responsável por todos os pecados, por todas as infelicidades da humanidade (AM, p. 35).

Além disso, reconhece que essa “gratidão” masculina em relação à mulher nas religiões ocidentais não significa que a “sorte da mulher seja mais favorecida no Ocidente (o seu destino é sensivelmente o mesmo em todo o mundo pagão antigo)” (AM, p. 35). Contudo, pensa ser um atenuante o fato de existir uma “aureola que a eleva ligeiramente acima da condição exclusiva de animal de carga e a aproxima um pouco mais do homem” (AM, p. 35), ou seja, sua idealização, a figura feminina como algo divino, puro, delicado – Virgínia chega a utilizar o conhecido termo “sexo frágil” –, é algo desejável, pois só assim ela fica “um pouco” acima dos animais e mais próxima do patamar em que se encontra o homem, lugar desejável e meta a se alcançar.

No entanto, mais adiante, no capítulo “A mulher no christianismo primitivo e na idade media”, a autora deixa claro que a religião cristã fundada no Oriente é a versão “primitiva”, nas suas próprias palavras, da existente no Ocidente, que foi aperfeiçoada por Jesus Cristo e pela presença de figuras femininas – o primeiro tratando com justiça as mulheres e dando a elas a condição de seres humanos, e as segundas por seus martírios, caridade, abnegação e prodígios do amor. Ainda assim, a situação da mulher não obteve grandes melhorias, pois, segundo ela, o cristianismo já estava impregnado da influência e dos preconceitos do Oriente. O cristianismo, cheio de idolatrias, de dinheiro e de dogmas que colocam o casamento e o ato sexual como um pecado que o ser humano, por ser inferior, tem que carregar amargamente, foi o que chegou ao Ocidente. Dessa forma, a mulher, geradora da vida – considerado como

algo impuro –, nunca vai conseguir a elevação espiritual. O catolicismo, “esse monstro devorador que vae tolher durante mil annos a marcha da humanidade e obrigar os mortaes a descenderem até o ultimo grau do rebaixamento moral” (AM, p. 63-64), seria o resultado dessa fusão entre o cristianismo – ensinamentos de Cristo, bons e justos – e o paganismo – a religião oriental.

A diferenciação entre catolicismo (mau) e cristianismo (bom e puro) era bastante comum no século XIX na visão de diversos autores portugueses liberais.⁴⁹ Antero de Quental, por exemplo, em 1871, proferiu nas Conferências do Casino a palestra “Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos”. Nela, aponta que o verdadeiro “espírito cristão” sofreu deturpação com o catolicismo, e essa é uma das causas da derrocada da Península Ibérica (QUENTAL, 1982 [1871]). Seu amigo e admirador Eça de Queirós concordava com essa visão: não por acaso, em *O crime do padre Amaro* (1972 [1880]), há uma forte crítica à Igreja, aos seus dogmas e às hipocrisias advindas destes, porém o autor via como “solução” a razão e a fé puras e a autocrítica.⁵⁰ Portanto, essa visão de Virgínia de Castro e Almeida ia ao encontro do pensamento oitocentista a respeito do catolicismo.

Para a autora, todos os ensinamentos de Jesus foram apagados e, como resultado, surgiram contradições, agitações e pecados que não existiriam se não fosse pelo catolicismo:

O catholicismo inicia o seu reinado por dois crimes: o estigma lançado sobre o desenvolvimento intelectual e a condemnação das leis naturaes do amor.

[...]

Todas as conquistas tão laboriosamente realizadas pela intelligencia humana, a pouco e pouco se perderam. A sciencia passou a ser heresia, crime, abominação (AM, p. 64).

Em seguida, lista uma série de ensinamentos que está na base das religiões cristãs e eram dadas como verdades científicas, mas que, segundo ela, não faziam muito sentido, o que, para a época, era uma crítica um tanto quanto delicada de ser feita, e que ela o faz não sem ironia:

A terra é uma superficie plana sobre a qual, segundo Santo Agostinho, o ceu se arredonda como o toldo de uma tenda; o sol, a lua e as estrelas passam

⁴⁹ O termo “liberalismo” pode ser entendido como “uma nova forma de organizar o poder, contrária ao Absolutismo”. É um liberalismo político surgido no século XVIII com o advento do Iluminismo. É diferente do liberalismo econômico, que implica em uma “teoria capitalista, que defende a livre-iniciativa e a ausência de interferências do Estado no mercado” (SILVA, K.; SILVA, Maciel, 2009, p. 258). Mais especificamente, em Portugal, os cidadãos considerados liberais no início do século XIX eram aqueles que apoiavam D. Pedro IV (D. Pedro I no Brasil) na Guerra Civil de 1832, também conhecida como Guerra dos Dois Irmãos, posto que, de um lado, estava D. Miguel, que aplicou um golpe para tomar a coroa e trazer de volta a monarquia absolutista, e, do outro, o liberal D. Pedro, que buscava depor o irmão déspota e coroar sua filha Maria como verdadeira herdeira do trono (BIRMINGHAM, 2015).

⁵⁰ Este assunto é melhor discutido na dissertação de mestrado *Cenas de uma vida devota: o riso na narrativa de Eça de Queirós* (2018), e mais profundamente abordado na monografia *Hereticus est: Antero e Eça – catolicismo x decadência* (2015).

sucessivamente para a aquecer e alumiar. O mundo foi criado do nada, em seis dias. Por cima do firmamento está o céu; por debaixo da terra, o inferno. A terra é o centro do universo, o ponto capital; o resto são acessórios.

Deus é onipotente, eterno, misericordioso.

No entanto o homem, considerado como a sua obra mais perfeita, está condenado a pecar, a cair. E caí, cedendo à mulher que o tenta. Então Deus irrita-se e expulsa-o do Paraíso e amaldiçoa, não só o transgressor das suas ordens, como também toda a sua descendência futura. Transforma o mundo numa vasta arena onde todos os crimes, todas as inquietudes, todas as paixões se desenvolvem e se agitam. E por fim, arrependido do mal que desencadeou, não acha outra solução de salvamento senão o enviar como redemptor à terra o seu próprio filho, que o homem (a sua mais perfeita criação, *feito à sua imagem*) mata ignominiosamente, crucifica entre dois ladrões.

É este o rosário de absurdos que a humanidade tem de aceitar como *sciencia revelada* e fora da qual não pôde espalhar a inteligência [...] (AM, p. 65).

E qualquer questionamento é fortemente repreendido, inclusive com o maior castigo católico: a excomunhão. O sexo passa a ser condenado como pecado grave, mesmo dentro do casamento, quando não visa à reprodução. O voto de castidade se estende a todo o clero, além da proibição destes de visitar mãe e irmãs. No Concílio de Macôn há uma discussão em torno da existência ou não da alma na mulher (AM, p. 66). Assim, a autonomia e o amor se tornam crimes com essas novas regras, todavia, elas não consideravam a natureza. O sexo – Virgínia chama de “amor” – faz parte do instinto do ser humano, portanto, ao restringi-lo, ele ocorrerá de qualquer forma, porém sob a necessidade de mentiras e encobrimentos. Dessa maneira, a condição de muitas mulheres apenas fica pior, pois elas se tornam o fruto proibido, aquelas que dissimulam e que, se “caem na tentação”, são execradas socialmente.

3.1.2 Mulher honesta x cortesã: a moral

Ainda que se apresente como defensora de um amor livre e natural, Virgínia faz distinção de valor entre mulheres que considera “direitas” e as cortesãs, inclusive sacerdotisas de religiões não cristãs. A autora escreve que o início da prostituição ocorreu com a religião pagã do Antigo Egito e cita a palavra “primitivamente” duas vezes. Ademais, compara a prostituição à escravidão por diversos momentos:

Primitivamente, no Egipto, todas as virgens deviam ir uma vez ao templo de Isis, entregar-se a um estranho; era um holocausto ritual do seu corpo, uma cerimonia exigida pelo culto da deusa da fecundidade. Depois, como só as mulheres que possuíam dote podiam pretender a situação de esposas legítimas (situação pouco invejável) e as outras se viam na triste necessidade de se submeter à vida de criadas ou de escravas, succedeu que os templos das divindades femininas foram invadidos por multidões de mulheres que ahi praticavam constantemente a cerimonia primitivamente exigida uma só vez na sua vida (AM, p. 37-38).

Essa relação entre prostituição e escravidão era um tema recorrente entre diversas feministas do século XIX. A britânica Josephine Butler, por exemplo, defendia o fim da prostituição por considerá-la uma forma de “escravidão branca”. Essas mulheres eram vistas como vítimas que precisavam ser resgatadas de sua situação, o que gerava uma grande comoção entre os moralistas conservadores e religiosos, tornando-se alvo da mídia jornalística⁵¹ e da dramatização de filmes e livros. O resultado disso foi “a elaboração de uma série de acordos internacionais e leis nacionais que, no entanto, acaba[vam] por limitar o movimento de mulheres jovens, por meio de mecanismos de vigilância e expulsão”. Ademais, esses regulamentos foram usados também “para perseguir e prender prostitutas, mulheres da classe trabalhadora e homens negros” (CLEMENTE, 2020).

Ainda em relação ao livro *A Mulher*, Virgínia escreve que, na Grécia, as chamadas “hetairas” – prostitutas refinadas por oferecerem também seus conhecimentos culturais aos seus clientes – eram bastante valorizadas, mais do que as “mulheres honestas”, como escreve a oitocentista. Também lamenta que eram “primitivamente escravas⁵²” e que seus nomes tenham ficado para a história, enquanto os das consideradas honestas não chegaram a nós. Paradoxalmente, em seguida, escreve que “enquanto a mulher honesta se conserva prisioneira e escrava, a hetaíra reina pelo amor, é feliz e livre” (AM, p. 39). Mais adiante volta a se contradizer, pois escreve que são “ambas escravas” (p. 39).

Ao passar para Roma, afirma que a condição feminina, inicialmente, era melhor, posto que a matrona era colocada em maior grau de importância do que a prostituta, “o que incontestavelmente significa um progresso” (AM, p. 41). Além disso, afirma que tanto a hetaira grega quanto a cortesã romana têm seu glamour temporário, pois, com o passar dos anos, acabam na miséria e na tristeza. Já as “honestas” romanas, por seus feitos nobres, têm seus nomes lembrados até hoje e “nunca até então a mulher subira tão alto no conceito do homem” (AM, p. 42). Com o passar do tempo, no entanto, por causa do ócio das matronas, elas acabaram por sucumbir ao vício e à libertinagem. Novamente compara a mulher – tanto a cortesã quanto a matrona – ao escravizado.

⁵¹ William T. Stead, por exemplo, foi um jornalista que escreveu uma série de artigos sobre o assunto. Para mostrar o quanto era fácil contrabandear e prostituir uma criança e forçar a opinião pública a exigir o aumento da idade do consentimento, ele chegou a colocar mulheres infiltradas em bordéis e fez com que uma de suas agentes “comprasse” uma criança (Eliza Armstrong) de seus pais, fazendo-a passar por diversas situações que uma vítima de fato passaria (exames de virgindade, dopagem por meio de clorofórmio etc.). Por conta disso, Stead e suas cúmplices foram julgados e condenados à prisão (MULPETRE, 2012).

⁵² Na tese, preferimos utilizar o termo “escravizadas” ou “escravizados”, contudo, quando são palavras retiradas da própria escritora, mantemos como está no original.

Fica bastante claro com a leitura de tais textos que os grupos de mulheres que normalmente são comparadas aos escravizados – mas não somente – são os de prostitutas, sacerdotisas e seguidoras de outras religiões e culturas, portanto, sendo uma crítica carregada de moralidade cristã. Por mais que o Patriarcado mantivesse a mulher branca e de classe média submissa ao homem, sem direitos políticos e de fala, dificilmente sua condição poderia ser comparada a dos escravizados, sujeitos que viviam em situações degradantes muitas vezes até o fim de suas vidas. Quando Almeida abre um espaço para falar, de fato, dos escravizados de Roma, deixa claro seu pouco conhecimento sobre a situação, pois a descrição é feita em dois curtos parágrafos e, no segundo, ela utiliza um verbete que traz dúvida sobre seu conhecimento a respeito de outra classe que não a sua: “Compreende-se quanto **deviam ser** grandes as multidões de mulheres que vegetavam n’esta classe [...]” (AM, p. 47, grifos nossos).

Avançando para a Idade Média, Virgínia assim descreve esse período: “Nunca o nível moral e intellectual da humanidade baixara tanto” (AM, 74). A princípio, coloca as freiras como exemplos perfeitos da moralidade: instruídas, habilidosas, bondosas e combatentes contra a ociosidade, o egoísmo e a ignorância. No entanto, por serem negados a elas os atributos mais nobres de uma mulher, segundo a autora, o amor e a maternidade, a decadência moral toma conta dos conventos. A vida externa não é diferente: agravada pelas Cruzadas, a libertinagem atingia homens e mulheres, estas últimas casadas ou solteiras, servas ou fidalgas. As primeiras, por seu baixo nascimento, eram usadas como concubinas pelos senhores dos castelos, e as casas em que dormiam “se transformaram em antros de prostituição” (AM, p. 71). As fidalgas sofriam casadas com esposos que foram escolhidos por elas e que as Cruzadas afastaram, acabando por arrumar amantes na ausência dos maridos e sofrendo com as consequências quando descobertas. E ambas deveriam se submeter ao poderio do senhor feudal.

Já os homens que iam para a guerra levavam consigo hordas de seguidoras de acampamento, sendo este um hábito, segundo Virgínia, imitado dos “orientais”: “os cruzados traziam consigo os vícios da decadência oriental: o gosto pela ociosidade, pelo luxo, pelo sensualismo; e os hábitos violentos e desbragados dos acampamentos, da vida errante e aventureira” (AM, 71-72). Essas mulheres, a quem chama de “perdidas”, muitas vezes eram roubadas de seus lares e dos locais saqueados. Embora diga que tanto ricas quanto pobres sofressem, admite: “Prégava-se a fraternidade christã, e nunca os abysmos tinham sido mais profundos entre as classes, e nunca os privilegios da riqueza e do nome tinham assumido proporções maiores nem tinham tomado formas mais abusivas e crueis” (AM, 72).

Na Renascença, a escritora aponta que a Reforma Protestante, “longe de libertar a mulher, tornara mais profunda a sua servidão” (AM, p. 96), pois Lutero dizia que as mulheres haviam sido criadas para servir os homens e, segundo a autora, muitos ainda apontavam que elas não eram nem mesmo humanas. Todavia, foi também nessa época que muitos – homens e mulheres – defenderam diversos direitos femininos e escreveram sobre seus talentos e capacidades. Ainda assim, mulheres que se destacaram por grandes feitos foram consideradas desequilibradas – inclusive por Virgínia de Castro e Almeida. Nas próximas cinco páginas, a portuguesa cita diversos nomes importantes na História, mas considerados por ela “vultos inquietos”.

Os séculos XVI e XVII apresentam-nos em varios paizes algumas figuras dominantes de mulheres desequilibradas que o seu talento arrasta por caminhos aventureiros e desconexos, como navios sem bussola e sem leme, doentes de incuraveis inquietações á procura vã de satisfação ou de apaziguamento (AM, p. 99-100).

Uma personagem nos chamou a atenção: a conhecida rainha Elizabeth I, da Inglaterra. Virgínia cita os inúmeros feitos dessa rainha para a grandeza de seu reino, sua enorme capacidade intelectual e estratégica e suas vitórias em guerras. Ainda assim, destaca uma característica que considera muito importante: a moralidade.

Viciosa quasi desde a infancia os seus favoritos não teem conta; e já com sessenta annos, ainda faz do jovem Lord Essex o seu amante, acabando por decapital-o. Mata Maria Stuart, tambem n’um acesso de ciúme que encobre sob um pretexto politico. [...]
e, depois de uma longa vida de libertinagem, de vicio e de crimes, declara que deseja por único epitaphio o seguinte:
“Aqui jaz Izabel, que viveu e morreu virgem” (AM, p. 100-101).

Ora, como a autora mesmo aponta, Elizabeth Tudor é filha de Henrique VIII, o rei conhecido por ter se casado seis vezes. Como sua primeira esposa, Catarina de Aragão, não conseguia lhe dar filhos homens, Henrique VIII tentou desfazer seu casamento para que pudesse ter uma nova esposa. A criação da Igreja Anglicana se deu justamente pela negativa do Papa em conceder o divórcio, fazendo com que o rei rompesse com o catolicismo e desse origem à sua própria igreja, modificando dogmas e leis. Sua segunda esposa e mãe de Elizabeth I, Ana Bolena, foi decapitada, e poucos dias depois, ele se casou novamente, agora com Jane Seymour. Jane morreu no parto de seu filho Eduardo e Henrique casou-se com Ana de Clèves. Divorciou-se pouco depois para se casar com Catarina Howard em 1540. O destino da segunda Catarina foi o mesmo de Ana Bolena: a decapitação. Apenas 3 anos depois, uniu-se matrimonialmente com sua sexta e última esposa: Catarina Parr. Além de quase todas as suas esposas terem sido suas amantes, de ter matado duas delas e ter criado uma religião para

poder se separar, o rei possuía diversos outros casos. Entretanto, por ser homem, a História não descreve sua vida cheia de “libertinagem, de vício e de crimes”.

Outra característica que a portuguesa critica em Elizabeth I é sua “violência”: “Autoritaria e violenta, a sua crueldade não tem limites, as suas victimas formam hecatombes. É dissimulada, traiçoeira, sensual, cheia de maldade” (AM, p. 100). Da mesma forma, sua irmã por parte de pai, Maria I, filha de Catarina de Aragão, recebeu o epíteto de Blood Mary (Maria Sangrenta), recaindo sobre si inúmeros mitos sanguinários. Ambas as rainhas foram, sim, violentas e guerreiras, contudo, a História é repleta de reis igualmente duros, impetuosos, autoritários – afinal, já existia o termo “déspota” muito antes de qualquer rainha – e violentos que não são tão marcados por essas características.

O século XVIII, de acordo com Virgínia de Castro e Almeida, foi “desastroso para a mulher” (AM, p. 118), pois, novamente, uma governante do gênero feminino se mostrou “sem escrúpulos e minada de formidáveis ambições” (AM, p. 118), “autoritaria, vingativa, avida, sacrifica tudo ao interesse e á ambição” (AM, 119). Segundo a autora, a marquesa de Prie foi a Paris para seduzir o pequeno rei regente Luís XV, mas acabou por seduzir o duque de Bourbon, primeiro-ministro. Futuramente, outro homem, Choiseul, consegue o poder por conta das “intrigas e á influencia femininas” de marquesa de Pompadour. A libertinagem e mais uma sucessão de acontecimentos no reino causam a “corrupção dos costumes” (AM, p. 119) e tal situação se alastra pelo país “com a intensidade de uma terrível epidemia” (AM, p. 120). Virgínia acusa todas as mulheres nobres de serem iguais às cortesãs e justifica: “com effeito o segredo da grande corrupção feminina d’aquela epocha degradante está no facto das mulheres exercerem uma influencia colossal” e tal influência era realizada “por meio de intrigas e de habilidades criminosas que lhes dão o poder a troco da honra e da dignidade” (AM, p. 120-121). E conclui: “as mulheres não teem coração” (AM, p. 121).

Um dos “sintomas” mais graves dessa depravação dos costumes, para Almeida, é o desprezo pela maternidade. Segundo ela, as mulheres da alta sociedade enviavam seus filhos para casas no campo para serem cuidados por amas, governantas e preceptores para poderem ter tempo de se entregar a seus prazeres. Nem os conventos salvavam mais: lá, as jovens aprendiam “a dissimulação, a hypocrisia, a mentira habilidosa” para mais tarde estarem “libertas de escrúpulos e com o coração definitivamente morto” (AM, p. 123). Assim, tal decadência da mulher apenas reflete, segundo Virgínia, a decadência geral da nação, e isso justifica Jean Jacques Rousseau ter encarcerado a esposa, pois teria feito isso por amor conjugal e pelo temor de vê-la “a perder-se”. Confessa que ele foi longe demais, mas o

marido fez de tudo para “transformar esse carcere n’um paraizo” e escreve que, se ele vivesse no século de Virgínia, “seria um feminista” (AM, p. 126).

Dessa forma, podemos perceber que, ainda que a oitocentista portuguesa denunciasses os sofrimentos da mulher ao longo da História da humanidade e ainda que criticasse tanto o paganismo, a Igreja Católica e a Igreja Protestante, ela também julgava, de forma geral, o gênero que chama de “frágil” de acordo com os preconceitos de sua época e com o embasamento de uma moral cristã e conservadora, separando aquelas que considerava honradas das “perdidas”.

3.1.3 O trabalho

Virgínia de Castro escreve em *A Mulher* que, nos primórdios, as divisões de trabalho deixavam, para o gênero feminino, a responsabilidade da fabricação das peles para cobrir a si mesma, o marido e os filhos; também era a mulher quem cuidava do fogo e o utilizava para a cozinha; além disso, a agricultura também fazia parte de suas atribuições. O homem, observando “cobiçosamente” essas habilidades, tirava proveito delas, tornando-a não mais a sua igual, mas, sim, sua subordinada.

No século V a.C., na Grécia, Almeida escreve que a família acaba por se fundir ao Estado, dessa forma, o homem passa a ser sinônimo de pessoa pública, se tornando legislador, advogado, artista, filósofo etc., enquanto o serviço braçal ou caseiro passa a ser trabalho para o escravizado e para a mulher. Ou seja, à medida que as responsabilidades femininas aumentam, seu espaço físico torna-se mais limitado.

O desejo de independência econômica, segundo a autora, faz com que se criem corporações exclusivamente femininas de trabalhadoras e conventos de beguinhas, lugares em que as mulheres procuravam abrigo, comida e vestimenta, mas não possuíam a obrigação de fazer votos em troca, portanto, poderiam trabalhar fora dos conventos. Embora Virgínia reconheça que essas instituições não modificam a realidade dessas cidadãs, aponta a importância de tais instituições, pois

[...] é a primeira vez que o esforço da mulher se levanta contra a onipotência do homem, é a primeira vez que ella procura sósinha uma solução ao problema da sua vida, é a primeira vez que a sua individualidade nos aparece liberta dos attributos seculares (AM, p. 77).

Assim, Virgínia aponta para a ambiguidade do surgimento do trabalho assalariado não só para a mulher mas para o homem também: se por um lado trouxe a autossuficiência financeira para algumas mulheres e a possibilidade de mobilidade social para os mais pobres, por outro, cria-se uma terceira era de servidão – que se segue após a escravidão e o campesinato na Idade Média –, a da “dependência do capital detido nas mãos de um numero resumido de privilegiados” (AM, p. 79-80). De fato, como observamos no capítulo 1, enquanto para a elite o trabalho tornou-se uma forma de independência, para muitas proletárias, houve acúmulo de funções, mais uma atividade somada a todas que já eram de responsabilidade da mulher. No século XVII, escreve Almeida, “um grande numero de mulheres illustres tem a visão justa da sua missão de educadoras” (AM, p. 124), no entanto, a mulher do povo – não “ilustre” – exerce o ofício que for necessário para complementar a renda familiar (PERROT, 2017). Ou seja, a mulher pobre e trabalhadora se aproxima mais do homem de sua classe social do que do gênero feminino de classe superior à sua, ainda que ambas sejam inferiorizadas pelo masculino.

A escritora portuguesa possui consciência dessa diferenciação – tanto que dá como título de uma de suas partes do ensaio, no capítulo 4, de “Trabalhadoras e burguesas” –, contudo, faz o caminho inverso em seu raciocínio: por sua condição – mesmo que miserável – ser nivelada à do homem e por ela estar “preparada para a lucta” (AM, p. 130), isto é, acostumada com sua ruim situação, Almeida a considera superior às “pobres burguesas desamparadas” (AM, p. 132). Explica:

[...] a fome secular despira a sua [da mulher do povo] raça de preconceitos; a precisão treinara-a para todos os trabalhos. A outra [a que chama de burguesa], fechada no circulo resumido das occupaões accessiveis a *uma senhora*, encontrava-se agora desamparada (AM, p. 130).

No século XVIII, ainda que a “depravação” diminuísse a mulher da alta sociedade, de acordo com a autora, o espaço conquistado pelo feminino aumentou consideravelmente com o alcance da industrialização aos dois gêneros. A batalha desse grupo agora consistia na falta de preparação profissional, posto que durante séculos esse lugar era vetado.

O trabalho e a instrução – que veremos mais detalhadamente em outro subcapítulo – também auxiliam aquelas que não são casadas – e isso é um ponto muito interessante na obra de Virgínia de Castro e Almeida. Mesmo que classifique as não casadas como “infelizes *que não teem homem*” (AM, p. 132, grifos da autora) e que foque suas abordagens no grupo ao qual pertence e conhece, abrange sua defesa a respeito do direito ao trabalho externo e à instrução a todas as mulheres:

Querer educar todas as mulheres tendo só em vista o seu futuro logar no lar, é tão absurdo como querer educar todos os homens tendo só em vista o seu futuro logar no campo de batalha.

O que será então d'aquellas que não casam?

O que será das viúvas, das divorciadas, das pobres, das que teem creanças ou velhos a sustentar e não teem o auxilio nem a protecção do homem? O que será de todas as solitarias honestas que recusam qualquer forma de prostituição? O que será das familias pobres sobrecarregadas de filhos e de encargos para os quaes o trabalho do homem é insufficiente? (AM, p. 131-132).

A despeito de suas observações morais e a necessidade que entende existir na “proteção” de um homem, Virgínia aponta as diversas situações em que a mulher pode se encaixar, seja socialmente, seja economicamente, e ratifica o direito de todas exercerem um ofício e estudarem. Assim, com a Revolução Francesa, a autora entende ter sido este o estopim das inúmeras lutas por cada vez mais igualdade entre os gêneros. Esse acontecimento histórico “prepar[ou] o advento do feminismo” (AM, p. 137) e suas várias reivindicações.

3.2 A luta

A mulher que tem o direito de subir ao cadafalso,
deve igualmente ter o direito de subir á tribuna.

Olympia de Gouges

De acordo com Virgínia, no final do século XVIII e no princípio do XIX, iniciam-se muitas atividades em questões relativas à mulher, atingindo principalmente a chamada “mulher do povo” e a burguesa. É nessa época que se começam os pedidos pela admissão do gênero feminino às escolas públicas, sendo tal desejo justificado com a lógica – citada por Almeida – de Abigail Adams, esposa do presidente dos Estados Unidos John Adams,⁵³ segundo a qual uma nação que almeja produzir homens de estado, filósofos e heróis necessita de mães cultas. Ademais, também se principia os movimentos pelo voto feminino nos Estados Unidos.

De acordo com a autora, Virgínia e Nova Jersey foram os primeiros estados no mundo a terem mulheres votando. Há discussões sobre o primeiro país a dar direito a voto para mulheres. Por exemplo, muitos apresentam a Nova Zelândia como o primeiro país com esse direito, em 1893 (CAETANO, 2018). Por outro lado, Peter Gay (2002) escreve, como já

⁵³ Erroneamente, Virgínia informa que John Adams foi o primeiro presidente dos Estados Unidos, quando, na verdade, foi o segundo, sendo o primeiro o célebre George Washington.

apresentado, que os Estados Unidos concederam o voto às mulheres em 1890 – logo, antes da Nova Zelândia –, enquanto a mesma fonte anterior expõe a data de 1920 para as americanas eleitoras. Não podemos saber quais critérios foram utilizados para definir tal vitória – voto para *todas* ou só brancas, letradas e de certa classe social? –, todavia, é possível que ambas as fontes se referissem ao conjunto nacional, enquanto Almeida apontava para dois estados isolados. Inclusive, de acordo com Suzanne O’Dea, em *From suffrage to the Senate: America’s political women* (2006), Nova Jersey já possuía a permissão de votação para esse gênero desde 1776, ou seja, muito antes de qualquer estado neozelandês, o que corrobora a afirmação de Virgínia de Castro. De qualquer forma, é a partir do século XIX que a febre pelo sufrágio se estende.

Portanto, nesse período, “acabou o tempo dos salões-academias, do preciosismo, da galantaria, das flores de rhetorica, dos assaltos de espirito, das intrigas de corte” (AM, p. 140), pois a “mulher da Revolução” é aquela que quer andar ao lado do homem, ser sua igual, em deveres e direitos. Enquanto os homens são afastados uns dos outros por conta do capitalismo, no qual os antes “irmãos de armas” se transformam em “trabalhadores isolados” (AM, p. 143), mais mulheres começam a perceber sua força. Castro e Almeida utiliza Madame Roland, aristocrata francesa, como exemplo de ser superior forjado para a revolução, pois ela “tem todas as virtudes que engrandecem a mulher e a conservam no seu lugar de honra ao lado do homem, útil, digna e pura, sem necessitar para a sua consagração, de usurpar as atribuições e os direitos do outro sexo” (AM, 144). Ou seja, esta é a definição de mulher revolucionária para Virgínia de Castro e Almeida: alguém que luta politicamente pelos seus direitos sem deixar de ser boa esposa e mãe dedicada, tal qual Madame Roland.

A Revolução Francesa, de acordo com *A Mulher*, tornou esse gênero um ser pensante e consciente de seus direitos negados e de sua falta de livre-arbítrio. A isso Virgínia chama de “guerra de uma classe contra outra classe”. A frase “guerra de classes” ou “luta de classes”, no entanto, é uma expressão marxista e, nessa época, refere-se (mas não somente) à luta social entre burgueses e operários (BOTTOMORE, 1983). Seja por falta de conhecimento do termo ou uso proposital deste – afinal, a autora se colocava entre os “burgueses”, logo, elite com privilégios –, a frase mais apropriada para designar ao que ela se refere provavelmente seria “guerra dos sexos” ou, como usaríamos hoje em dia, “guerra dos gêneros”. Todavia, tal expressão poderia ser mal recebida, já que grande parte das feministas liberais⁵⁴ iguais à

⁵⁴ Além das definições dadas anteriormente sobre o adjetivo “liberal”, podemos ter outro significado quando ligado aos Feminismos: “Uma das balizas históricas que informam esse fenômeno aparece com a reivindicação de igualdade, feita por Mary Wollstonecraft, na Inglaterra. Na *Vindication of the Rights of Woman* (Reivindicação dos Direitos da Mulher) de 1792, o *feminismo liberal* ganha expressão na legislação que defende

Almeida veementemente escreviam que a mulher não procurava ser inimiga do homem, mas, sim, sua companheira.

Voltando ao ensaio de Virgínia, ela continua a narrar a triste situação da França no século XVIII. De toda miséria e desordem vieram as mulheres, erguendo suas vozes na luta e que “nunca mais deixam de se fazer ouvir” (AM, p. 157). Ainda que encontrassem barreiras, elas as ultrapassavam, passando a interessar-se por política interior e exterior, a fazer parte de clubes que antes eram restritos a homens, a organizar associações exclusivamente femininas.

Em 30 de outubro de 1793, o governo decidiu que as sociedades femininas deveriam ser dissolvidas e as mulheres voltariam a ser proibidas de tomar parte de reuniões públicas, sendo presas caso fossem vistas em um grupo com mais de cinco componentes. Embora tenham retrocedido nesse sentido, suas causas ganharam simpatia popular, trazendo importantes homens para causas femininas. Ainda que para os dias atuais citar nomes masculinos como forma de impulsionar causas femininas pareça absurdo, para a época, era, sim, um fator decisivo, afinal, as leis eram feitas majoritariamente por homens, assim como artigos de jornais, entre outras formas de tornar o movimento bem-visto ou não. Dessa maneira, “as bases do feminismo estavam lançadas. Os anos decorridos desde a Revolução francesa até aos nossos dias, nada mais fizeram do que dividir, methodizar, especialisar, por assim dizer, as suas diferentes faces” (AM, p. 161).

Depois de contextualizar o que considera os primórdios do Feminismo, Virgínia de Castro passa para os tempos “modernos”, ou seja, a situação da luta nos diversos países na época em que vive. Ela inicia o capítulo 6 já apontando que não se deve avaliar o movimento feminista por algumas “desvairadas”, aquelas que são mais radicais e extremistas em seus posicionamentos:

Se por vezes o esforço da mulher para quebrar os seus grilhões toma uma forma excentrica ou ridícula que esconde a grandeza e o heroismo da luta, se algumas desvairadas, ultrapassando os limites da justiça ou desviando-se do bom senso, se lançam em utopias perigosas, se entregam a mal inspiradas exaltações, a exageros

igualdade de educação, salário e oportunidade para as mulheres. Também chamado *feminismo científico*, *empirismo feminista* ou *feminismo da igualdade*, foi princípio orientador da doutrina de ação afirmativa que possibilita o ingresso das mulheres nas profissões, com base na discussão que procurou estender os ‘direitos do homem’ às mulheres, conforme pressupostos do liberalismo. Algumas estudiosas reconhecem três períodos em que, como vagas, distinguem diferentes movimentos: a primeira vaga, localizada no século XIX, localiza, além da demanda pela igualdade de direitos contratuais e de propriedade, as lutas contra a subordinação das mulheres ao casamento e aos maridos. Desdobramentos se verificam no século seguinte, com a conquista pelo direito de voto das mulheres (Nova Zelândia, 1893; Reino Unido, 1918; EUA, 1919; Brasil, 1932, para citar apenas alguns países), entre as lutas pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; [...]” (COLLING; TEDESCHI, 2019, p. 251-252).

“Por ‘corrente liberal’, devem-se entender os movimentos fundados na promoção dos valores individuais; com a luta pela total igualdade entre mulheres e homens, pode-se falar de um feminismo reformista que conta, por meio de políticas de ação positiva, com a prioridade dada às mulheres para reduzir as desigualdades” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 147).

nocivos á santidade da causa, se algumas allucinadas (como de resto succede sempre na evolução dos grandes ideas humanos sociaes ou religiosos) transpõem a liça do bom combate e são levadas a lamentaveis violencias n'um delirio de estereis represalias, devemos no emtanto reconhecer que esses tristes desvarios não alteram sensivelmente a marcha progressiva da idea, nem tolhem o desenvolvimento sempre crescente da victoria feminina (AM, 165-166).

É interessante perceber que ela se utiliza de artifícios semelhantes aos que os homens usaram no século XIX para desmerecer sentimentos e ideais femininos: a loucura, ou, mais conhecidamente, a histeria. Foucault, em *História da loucura* (2013), escreve que, na histeria, colocavam-se diversas reações que poderiam não ter a ver com desequilíbrio mental e que eram, por vezes, mais ligadas a simples desconfortos da sociedade em relação aos pensamentos da mulher, deixando clara a interdição sofrida: “anexa[vam] ao domínio do desatino, ao lado da loucura, as proibições sexuais, os interditos religiosos, as liberdades do pensamento e do coração” (2013, p. 107). Em certa parte de seu texto, quando fala de mulheres que considera extraordinárias e pouco sãs mentalmente, Virgínia chega a comentar sobre Santa Teresa: “na antiguidade Santa Thereza teria sido uma sybilla, na Edade Media uma possessa, nos nossos tempos uma hysterica” (AM, p. 103-104). Mesmo que concorde com algumas visões dos homens de seu tempo, é possível perceber que ela reconhece em uma curta, mas significativa, frase que a imagem feminina é mutável dependendo da sociedade que a observa: sibilas eram profetizas na Antiguidade, mulheres que até podiam ser temidas, porém eram respeitadas, pois tinham o dom de prever o futuro. Essas mesmas sábias, que exerciam um poder social, passariam a mulheres comuns, vítimas do diabo, na Idade Média e, na época da portuguesa, vítimas de uma doença. Dessa forma, a mulher que não corresponde ao que a sociedade espera dela acaba por ser destacada, “taxada” e, finalmente, excluída: na possessão, todos se afastavam por medo do demônio; na doença, elas eram trancafiadas em instituições; e as feministas mais extremistas eram excluídas dos próprios movimentos dos quais faziam parte. A verdadeira feminista, assim, era aquela que o homem podia admirar, entender e reconhecer.

Ao descrever o Feminismo nos Estados Unidos, Castro e Almeida chama a atenção para diversos aspectos. O primeiro diz respeito ao trabalho – ponto sempre essencial para a evolução do movimento. De acordo com a autora, **todas** as profissões estão disponíveis para o gênero feminino no país considerado berço do Feminismo, e houve um enorme avanço em relação à quantidade de mulheres no trabalho: “em vinte annos o augmento proporcional do elemento feminino nas profissões liberaes é de 75,84%, no commercio de 263,25%, na industria de 62,87%” (AM, p. 167-168). Além disso, seu salário é apenas seu – sem necessidade de dividir com o parceiro – em 32 dos estados estadunidenses e em 7 ela

compartilha igualmente os direitos com o marido. Se insatisfeitas, elas possuem a autonomia de fazer greves e passeatas, como é narrado nesse mesmo capítulo.⁵⁵

Outra situação positiva é a educação. Virgínia chama a atenção para um dado: “89% das mulheres brancas e 22,40% das de côr, sabem ler” (AM, p. 170). Esse é um dos poucos casos – se não o único – em todo o livro em que a autora diferencia por raça. Embora Virgínia pareça comemorar as porcentagens apresentadas, e que possamos perceber que a quantidade de brancas leitoras seja realmente considerável, o número de não brancas que leem é ainda muito pequeno, portanto, a instrução não chegava a todas as mulheres igualmente.

A autora fala também sobre o voto feminino e a primeira mulher a ser eleita para um cargo político em Washington. Tal vitória não é apenas de cunho social, mas moral – objetivo sempre buscado por Virgínia: “a admissão do elemento feminino nas eleições tem-n’as tornado mais pacíficas e ordenadas” (AM, p. 170) e, ainda, acabam por escolher sempre candidatos “partidarios da lucta contra o alcool e contra a prostituição regulamentada”, abolindo “as entidades cuja vida privada não seja pura” (AM, p. 170).

Entretanto, não existem somente elogios para esse país: ela critica a ganância desenfreada do ser humano, algo já levantado quando apontou que o patriarcalismo surgiu por conta da cobiça. Essa enorme ambição explora os recursos naturais e humanos até o esgotamento, fazendo o homem afundar cada vez mais no trabalho, deixando de viver para gastar o que ganha em consumismo. É importante destacar a análise que faz da figura do patrão – o “arquiteto da fortuna”, “imperador” – e do operário, sendo este um viés marcadamente marxista:

Elle, o architecto da fortuna, continua a trabalhar; vive no seu escriptorio, visita a sua exploração, preside á administração complicadissima dos seus bens, é um imperador no meio dos seus innumeros empregados, das multidões dos seus operarios. Trabalha sempre, trabalha sem fim. Não ha dinheiro que encha o tonel sem fundo da sua ambição. Se tem um milhão quer vinte, se tem vinte quer duzentos, trezentos, oitocentos... (AM, p. 171).

No Reino Unido, Virgínia de Castro e Almeida explica que as vitórias não são tão numerosas quanto as dos Estados Unidos, mas são igualmente significativas. Em 1873, por exemplo, é fundada a primeira universidade feminina e, nos próximos 25 anos, mais quatro serão abertas. Ademais, famosas instituições de ensino superior, como Cambridge e Oxford, já aceitavam, nessa época, estudantes do gênero feminino.

Em relação ao trabalho, a presença de mulheres também aumentava, tendo seus nomes engrandecidos em diversas atividades antes vistas como exclusivamente masculinas: “5 milhões de mulheres casadas e solteiras exercem trabalhos profissionais fora de casa; d’estes

⁵⁵ Não devemos esquecer que é quase certo que só entram nestas contas mulheres brancas.

5 milhões, 200:000 aproximadamente dedicam-se a profissões liberais” (AM, p. 175). Elas se sindicalizam, fazem protestos e greves para lutar pelo direito de salários iguais e podem conseguir a separação de bens no casamento, tendo total domínio de suas finanças e seus bens. A permissão para algumas elegerem e serem eleitas também aumenta ao longo do século XIX, somando-se a inúmeras outras conquistas: “pode estar em juízo sem autorização do marido, pode servir de testemunha em todos os actos do estado civil; a sua personalidade jurídica é perfeitamente distinta” (AM, p. 176).

A história da Rússia, todavia, é repleta de altos e baixos, de avanços e retrocessos. A autora portuguesa começa no final do século XVIII e afirma que toda vez que um governante (ou **uma** governante) dava oportunidades de desenvolver o estudo e o trabalho para mulheres, o próximo a comandar o país voltava atrás, retornando a nação ao obscurantismo. Isso muda no final do século XIX, quando diversas mulheres unem sua causa ao Socialismo, percebendo que suas opressões as fazem mais próximas do povo do que de qualquer outra classe social:

Tendo adquirido, não só pelos seus conhecimentos como pelas perseguições e injustiças sofridas, um ardente e generoso amor da liberdade, sympathisam com o povo sujeito como ellas á oppressão e aos abusos. [...] O feminismo, a par do socialismo, encontra-se extraordinariamente desenvolvido na Russia (AM, p. 183).

Por fim, Virgínia elogia a história do movimento feminista russo e confessa que ele é merecedor de um volume inteiro só sobre esse assunto. Contudo, para continuar a sua peregrinação pelos países ocidentais, passa a falar, agora, da Suécia.

A Suécia é fonte de inúmeros elogios por parte da oitocentista, que destaca diversos nomes importantes para o Feminismo nacional, dentre eles: Frederika Bremer, Ellen Key e Selma Lagerlöf. A primeira transformou “inúmeras solteironas” em um “batalhão de admiráveis trabalhadoras” (AM, p. 188). Ainda que o termo “solteironas” traga uma conotação pejorativa, Virgínia reconhece a importância da ação de Bremer, que significou olhar para aquelas antes marginalizadas: as mulheres que não se casam. É ela que, segundo a autora, dá o primeiro golpe, abrindo caminho para as outras.

Ellen Key é caracterizada, no texto, como uma “guerreira intrepida e genial” (AM, p. 189). Os adjetivos utilizados para se referir a ela estão sempre ligados à batalha, à luta, à revolução. Sozinha, diz a autora, enfrentou, sem medo, aqueles que lhe eram contrários, publicando textos em jornais pela causa. Entretanto, esse espírito elogiadamente combativo ia na contramão da primeira onda feminista sueca, que, escreve Virgínia, possuía “[...] um impulso exagerado, excessivo, de todas as mulheres para um fim de trabalho, de independencia e de utilidade. No brusco acordar de todas estas energias, a meta foi

ultrapassada, a paixão passou além das fronteiras do bom senso” (AM, p. 192). Ou seja, novamente, ações mais radicais sendo colocadas como negativas. Além de Key ser a favor do “Feminismo sem exagero”, ela era “mulher excelente” por também chamar “a mulher sueca ao lar, ao amor, á maternidade” (AM, p. 192). Virgínia também elogia a defesa de Key ao amor livre e a crítica à Igreja.

Selma Lagerlöf, por outro lado, ainda que também seja considerada extremamente importante para esse primeiro momento do Feminismo na Suécia e que tenha usado sua escrita para ajudar as causas das mulheres – Virgínia cita uma frase sua em seu livro: “Estamos sósinhas na terra, excluídas do banquete da vida, criadas de todos e a quem ninguém agradece, rodeadas de indiferença ou de desprezo” –, é classificada pela autora como não feminista, por não se envolver nas lutas emancipatórias, mesmo que escreva que ela dedicou “toda a sua vida e toda a sua obra [...] para a conquista da igualdade dos sexos” (AM, p. 195). Aparentemente contraditório, principalmente quando lemos as descrições dos atos de Key – palestras, aulas públicas etc. –, é possível que Almeida considere feministas apenas aquelas que, ativamente, saem na rua para atuar pelo coletivo, o que bate de frente com suas próprias ações e com o fato de se autodeclarar feminista.

Independentemente de como essas mulheres agiram, Virgínia de Castro as engrandece e as considera responsáveis pela instrução sueca ser, em sua época, uma “das mais perfeitas que existem” (AM, p. 189).

O local onde mulheres mais têm alcançado vitórias, contudo, de acordo com *A Mulher*, é a Finlândia. Palco de diversas guerras e disputas territoriais, a Finlândia conseguiu conquistar um desenvolvimento ainda maior do que a Rússia no quesito feminino. Há mulheres sendo aceitas em todas as universidades finlandesas, trabalhando em todas as áreas, estando maciçamente presentes na política – 21 deputadas compõem o corpo político –, possuindo proteção às crianças e às jovens, seguros para partos e doenças, colônias agrícolas, asilos noturnos e direitos iguais para filhos legítimos e ilegítimos. Com tudo isso, para a autora, o maior triunfo é contra a bebida alcoólica. Como pudemos ver ao longo do livro, a libertinagem e os vícios que “infectavam” algumas mulheres, sendo o alcoolismo aqui incluso, eram grandes preocupações para Virgínia em relação ao avanço de um país. A nação que se opõe a isso, para ela, possuía progresso e desenvolvimento, principalmente para o gênero feminino, logo, a Finlândia era a mais desenvolvida.

Indo para os países que ela chama de “latinos”, escreve que os Feminismos não eram tão fortes ali quanto nos países anglo-saxões, eslavos e escandinavos – vistos até agora – e os movimentos acontecem de forma mais lenta e fraca. Para ela, isso ocorre devido ao

catolicismo, cujos controle e influência são muito fortes nas nações de língua latina. Ela inicia falando da Itália e explica que ali o Feminismo não possuiu lutas sangrentas, agindo de forma harmoniosa – o que não deixa de causar um estranhamento, considerando o fato de que, até aqui, a autora critica ações mais incisivas e louva atitudes pacifistas – e sem grandes entusiasmos. Chama a atenção para os artistas, que, desde o Renascimento, engrandecem as virtudes e belezas femininas, mas também aponta para a existência de liceus e escolas com o corpo discente misto, seguindo programas quase idênticos de ensinamento. Outrossim, o corpo docente é composto mais de mulheres do que de homens. Todavia, não passa disso. As discussões a respeito dos direitos da mulher não são abordadas amplamente na política e esse gênero é vetado nessa área, assim como na maior parte, sendo-lhe permitido ingressar apenas nas carreiras do magistério, dos correios, dos telégrafos, da medicina e da farmácia.

Sobre Espanha e Portugal⁵⁶ dedica apenas três curtos parágrafos, pois, por considerar uma discussão apenas embrionária, “nem vale a pena falar” (AM, p. 206). Termina por explicar que, enquanto o poder católico, “sob a sua forma mais nociva, – o jesuitismo” (AM, p. 206), não fosse eliminado, a mulher continuaria sob o jugo dessa religião, prisioneira e sem poder.

Na França – Almeida escreve – mesmo tendo sido o berço de diversas revoluções, inclusive aquela que desenvolveu a ideia para o início dos Feminismos, a Revolução Francesa, a situação também é afetada pelo mesmo motivo: a Igreja Católica. E a Igreja, vendo avançar os movimentos pela emancipação da mulher e percebendo que não podia detê-los, assim como fez com comemorações pagãs aglutinadas às cristãs, tomou para si parte dos ideais feministas, dando origem ao “Feminismo cristão”, “que veio estabelecer uma scisão no partido feminista francez e enfraquecel-o, como não podia deixar de succeder” (AM, p. 216). Outros fatores que abalaram e fizeram retroceder tais lutas, segundo Castro e Almeida, foram as leis napoleônicas.

O Código Civil sancionado por Napoleão obriga a mulher inúmeras restrições e diversos deveres, sem qualquer direito igualitário:

O Codigo Napoleão impõe á mulher a tutela legal do marido; não lhe permite obter d'elle uma auctorização geral para os actos da sua vida civil, de cuja realisação não pode, por si, tomar a iniciativa; em todas as questões, interessando a comunidade, o direito de decisão pertence ao marido. Este tem a administração e a disposição de todos os bens moveis; pertencem-lhe os salarios e as economias da mulher. No caso de adulterio da mulher, o seu assassinato commettido pelo marido é *descupavel*. A mãe não tem o minimo poder legal sobre os filhos. A mulher não pode fazer parte dos concelhos de familia. Mãe fora do casamento, a investigação da paternidade é-lhe interdicta. Não póde servir de testemunha nos actos do estado civil. É excluida

⁵⁶ Em nota, Virgínia escreve “O segundo volume desta obra é exclusivamente dedicado á mulher portuguesa” (AM, p. 206). No entanto, até onde se tenha conhecimento, esse segundo volume nunca foi publicado.

de todos os direitos do cidadão; não é eleitora nem elegível nas comissões administrativas da Assistencia Publica nem nas eleições municipaes ou politicas (AM, p. 207-208).

Algumas dessas regras só vieram a ser modificadas em 1830, quando, explica, alguns dos movimentos feministas, impulsionados pelo Socialismo, questionaram tal lei. Embora representantes dessa ideologia também proferissem discursos sexistas – como Pierre-Joseph Proudhon,⁵⁷ fundador do anarquismo utópico –, outros saíram em defesa às causas da mulher, o que impulsionou o Feminismo na França.

Virgínia lista as profissões mais exercidas pela mulher francesa, apresentando um censo de 1866 até 1906, apresentando o grande crescimento da representação feminina no mercado de trabalho no campo e na cidade, porém alguns serviços possuem pouca expressão, justificado pela autora da seguinte maneira: “a verdade é que a mulher franceza da burguezia tem um gosto pouco marcado pelo trabalho” (AM, p. 214). Ainda assim, termina de forma esperançosa com o aumento de mulheres trabalhadoras. Superando o Código Civil napoleônico e indo de encontro constantemente aos preceitos conservadores do catolicismo, “é em França que ella [a mulher] está, apesar de tudo, a caminho da sua libertação definitiva” (AM, p. 217).

3.3 Sobre a instrução e seus avanços

⁵⁷ Um exemplo está em seu livro póstumo inteiramente dedicado à questão da mulher na sociedade: *Pornocracia ou as mulheres nos tempos modernos* (2015 [1875]) – título já bastante indicativo de suas ideias. Nesse livro, em definições crescentes de sexismo, Proudhon inicia criticando escritoras mulheres que se revoltaram com seus discursos antifeministas e passa a dizer que aos homens foi dada a força enquanto as mulheres foram abençoadas com a beleza. Em seguida, justifica a inferioridade intelectual feminina com base na Frenologia – pseudociência que por muito tempo justificou o racismo e a escravidão de povos africanos –, informando que o cérebro dela é menor do que o do homem. Para ele, havia somente duas possibilidades para as mulheres: ser esposa e mãe ou prostituta e, por isso, a emancipação era um absurdo: “Quando, em seguida, em minha crescente indignação, acrescentei esta fórmula imprecatória: *antes a reclusão que essa pretensa emancipação para a mulher!* vós devíeis, se tivésseis o mínimo respeito por vosso sexo, repreender-me e dizer, como teria feito Lucrecia: ANTES A MORTE! Quando, enfim, decidido a vingar o pudor público dos ultrajes de algumas emancipadas, chamei-as de *impuras que o pecado enlouqueceu*, devíeis permanecer caladas e não dar ao público motivos de pensar que a qualificação fosse para vós.” (PROUDHON, 2015, p. 18, grifos do autor). Para ele, os homens que defendiam as reivindicações da mulher eram eunucos literários. Em um momento mais absurdo, chegou a declarar ser uma vergonha e uma demonstração de decadência da sociedade a mulher poder pedir o divórcio – mesmo em situações de violência – e ainda dá justificativas que considera plausíveis para a agressão e a morte da esposa: “Casos em que o marido pode matar a mulher, segundo o rigor da justiça paterna: 1º adultério; 2º impudícia; 3º traição; 4º embriaguez e farra; 5º dilapidação e roubo; 6º insubmissão obstinada, imperiosa, arrogante” (PROUDHON, 2015, p. 51).

Ainda que Virgínia de Castro e Almeida apresente o objetivo inicial do livro *A Mulher* como uma fonte sobre a educação burguesa feminina, a parte sobre instrução tornou-se a menor delas, vindo apenas no final – e tendo como foco principal a Suíça – e com algumas informações diluídas ao longo do texto. Dessa forma, a primeira vez que fala do assunto propriamente dito é no capítulo 1, quando descreve a situação feminina em Roma Antiga. Nessa época, segundo a autora, a mulher era “propriedade” do marido, que podia usá-la à sua vontade ou à do Estado, inclusive emprestando-a a amigos. Algumas eram ilustradas e participavam de questões públicas, intelectuais e artísticas, mas mesmo estas eram escassas, pois era um privilégio oferecido apenas para as castas mais altas.

Os homens ocupavam-se de questões políticas, de arte, de sciencia, da guerra, da administração, do commercio; ellas (com raras excepções) sem instrucção, sem elementos que lhes permitissem interessar-se por qualquer ramo da actividade intellectual, sem educação, sem iniciativa, entregaram-se ao vicio (AM, p. 46).

No capítulo seguinte, ao falar da Idade Média e dos monastérios, aponta para a importância que eles tiveram na instrução das mulheres que lá procuravam abrigo. Ao instruí-las com línguas clássicas e ciências, esses lugares oportunizavam um melhor nível de aprendizado do que o mundo fora dos muros cristãos, fazendo, assim, com que essas enclausuradas demonstrassem a capacidade intelectual da mulher.

Na Renascença, em Itália, novamente as mulheres das classes superiores conseguiam instrução, elevando-se ao patamar masculino e ganhando dos homens o reconhecimento, diz-nos Virgínia de Castro. Já no século XVII, começou a ideia da importância da educação intelectual e cultural da mulher – claro que apenas ensinado aquilo que “os dotos do seu espirito são aptos a assimilar” (AM, p. 109) –, posto que é ela a primeira “professora” de seus filhos, futuro da nação. Esses argumentos são, para a oitocentista, repletos de lógica:

Qual será a sorte das creanças, que vão constituir no futuro o genero humano, se as mães as estragarem desde os seus primeiros annos?... É incontestavel que a má educação das mulheres é mais perniciosa do que a dos homens, porque os desvarios dos homens teem a maior parte das vezes origem na má educação que receberam das suas mães e nas paixões que outras mulheres lhes inspiram mais tarde... (FÉNELON apud AM, p. 109-110).

Por toda a Europa, no século XVIII, a educação feminina, de acordo com a autora, resumia-se aos enfeites, aos penteados, às medidas, aos pequenos talentos. Importava-se tudo da França: cabeleireiros, modistas... mas, no próprio país exportador, algo diferente ocorria. No capítulo 4, Almeida separa um subcapítulo inteiro para falar de Madame de Maintenon, ou rainha Françoise d’Aubigné, esposa de Luís XIV. Ela foi professora e abriu um colégio, Saint Cyr, apenas para garotas, onde a instrução era elevada e servia a famílias com menor condição financeira. Esse foi o primeiro instituto para meninas que “sahia das regras estreitas onde até

então se encarcerava nos conventos, o ensino das mulheres” (AM, 114). Dali saíam excelentes atrizes, o que, escreve a autora, envaidecia as estudantes. Futuramente, Madame Maintenon passou a ensinar moral e conteúdos com base religiosa, trazendo uma revolução positiva, de acordo com Virgínia, para o caráter das meninas. A partir desse ponto, Maintenon chega a declarar que: “[...] se uma mulher deixar de ir á igreja para ficar acompanhando o marido doente, e se ocupar as suas manhãs a educar os filhos e a ensinar os criados, inspirará decerto maior respeito e amor do que se passar essas horas no oratório” (AM, p. 115). Ela ainda ensinava submissão e humildade à mulher, o que, justifica a autora, era compreensível devido à época em que viveu. Termina seus elogios à Madame apontando que, entre tantos feitos, entre eles ser rainha da França, a principal vocação de Maintenon era ser educadora. Enquanto isso, em Alemanha, Espanha, Portugal⁵⁸ e Reino Unido, a instrução era deixada de lado, preferindo-se a ignorância da mulher.

Contudo, como vimos anteriormente, o estopim realizado pelos Estados Unidos no século XIX, admitindo mulheres nas escolas públicas, criou uma onda revolucionária que jamais acabaria. Ainda assim, alguns percalços tiveram que ser enfrentados ao redor do mundo. Ao falar da Rússia e de suas “idas e vindas” em direção ao progresso, Virgínia de Castro aponta que se vivia sob o poder absoluto dos homens da família – o pai e o marido –, sem direito a uma educação formal. Foi a imperatriz Catarina II que buscou importar educadoras para meninas de sua nação. Tendo sido negada pela Suíça, por conta de sua fama de possuir diversos amantes e de ter matado o marido, a governante recorreu à França, que se dedicou a instruir jovens russas no “francez, desenho, musica, e sobretudo dansa e boas maneiras” (AM, p. 180). No entanto, para os moralistas, mais do que aulas, a “perdição” à qual a França estava jogada acabou também por ser levada à Rússia.

Almeida continua explicando que, em 1857, Alexandre II fundou o primeiro liceu para meninas em São Petersburgo. Os programas dados eram **quase** idênticos aos dos meninos e eram ali permitidas jovens de todas as classes sociais. Entretanto, o governo “cioso da autocracia e principiando a verificar que a emancipação intellectual de um povo o conduz

⁵⁸ Lina Arao e Henrique Marques Samyn dão um exemplo sobre a situação da educação feminina no final do século XVIII: “A já referida publicação do decreto de que autorizava a criação de escolas do ensino secundário direcionadas a mulheres, em 9 de agosto de 1888, não teria efeitos relevantes: além de a regulamentação só ter ocorrido dois anos depois, por Serpa Pimentel, tamanha foi a oposição encontrada que as mulheres continuaram sem ter acesso ao ensino. Apenas quase duas décadas mais tarde, um novo diploma, agora assinado por Eduardo José Coelho, viria efetivamente a implantar em Portugal o ensino liceal para as mulheres; [...] Coelho destaca dois tipos de argumentos no discurso que seria politicamente bem sucedido ao impedir o ensino liceal para mulheres: um de cariz social – haveria ali apenas “viveiros de preciosas ridículas”; outro, fundamentado em supostas razões biológicas – por motivos anatômicos e fisiológicos, o cérebro feminino estaria inapto para a ciência” (ARAO; SAMYN, 2014, p. 6).

fatalmente á emancipação política, tratou de cortar prudentemente as lindas azas que se agitavam já em tentativas de vôos perigosos” (AM, p. 181).

Oito anos depois, de acordo com Virgínia, o ensino superior russo passou a receber mulheres, mesmo que com restrições, graças à Madame Conradi. Pouco tempo depois, por conta de “agitações políticas”,⁵⁹ novamente ocorre a exclusão da mulher, que volta a ser recebida nos liceus em 1889, após um grande êxodo intelectual de estudantes.

E na Finlândia: “O Feminismo que, segundo vimos, está hoje muito desenvolvido na Russia, tem na Finlandia um impulso ainda maior. As mulheres são admitidas nos lyceus e nas Universidades em perfeita igualdade com os homens” (AM, p. 202). Sobre Itália e Espanha já foi dito.

Finalmente, a autora chega à terceira parte de seu livro, inteiramente dedicado à educação e à Suíça, país que considera modelo em relação ao assunto e que deveria ser utilizado como guia para futuras aplicabilidades em Portugal.

Nesse capítulo, ela afirma que esse “não é um paiz revolucionário” (AM, p. 221). De fato, até a publicação do livro de Virgínia (1913), a Suíça havia participado pouco dos conflitos que vez ou outra perturbavam a paz na Europa e no mundo. Embora as habilidades militares suíças fossem reconhecidas e requisitadas até o século XVI, em 14 de setembro de 1515, a nação declarou um cessar fogo praticamente definitivo, ou seja, sua decisão de não intervenção em questões externas ao país a faria neutra ao longo da história. Isso fez com que passasse por importantes guerras quase que incólume: a Guerra dos 30 anos – a Confederação chegou a ter problemas internamente, com suas terras divididas entre protestantes e católicos; chegando quase à desintegração, no entanto, por não ter intervenções externas em seu território ou por não precisar intervir em outros lugares, conseguiu resolvê-las sem muitas consequências negativas – e as Guerras Mundiais. Em 1798, Napoleão Bonaparte invadiu a Suíça, pondo um fim, momentâneo, em sua soberania, que retornou em 1803, com o fim da República Helvética. Em 1815, os outros países europeus, interessados nas passagens estratégicas dos alpes suíços, no Congresso de Viena, deram ao país o reconhecimento de uma neutralidade “perpétua” (MÖDERLER, 2017; PETROV, 2020).

Contudo, Virgínia também afirma que

Alli a republica é bem o governo do povo: e o povo, esclarecido, fiscaliza as leis, approva-as ou regeita-as com um são criterio que tem sempre em vista o interesse da

⁵⁹ Virgínia não deixa claro a que agitações se refere, mas é provável que esteja falando do assassinato de Alexandre II em 1881 pelo grupo revolucionário A Vontade do Povo (Narodnaia Volia). Um dos integrantes – que não teve a ver com esse atentado – era Alexandre Uliánov, irmão de Vladimir Ilyich Ulianov, mais conhecido como Lênin, o principal responsável pela Revolução Russa de 1917.

collectividade. Alli não existem os venenos que a pouco e pouco vão arruinando a prosperidade das civilizações: a exhibição do luxo é desconhecida assim como a exploração intensa do proletariado – de onde resulta não haver indigência nem revoltas. A instrucção espalha equitativamente os seus benefícios sobre todos os habitantes, entre os quaes não ha analphabetismo (AM, p. 223).

Isso não é de todo verdade. Em 1910, 3 anos antes da publicação da obra de Virgínia de Castro e Almeida, existiam inúmeros problemas relacionados a questões econômicas em Zurique e outras cidades suíças. Mais de uma família dividia o mesmo apartamento, que eram muito antigos e com problemas de umidade; um único salário não era suficiente para sustentar um lar, obrigando tanto homens quanto mulheres a trabalhar para terem o que comer e o que dar de comer à sua família – isto é, como já apontamos, enquanto o trabalho era uma forma de autossuficiência para a burguesa, ele era necessário e mais uma opressão para a proletária –; não existia assistência social nesse período; com o alistamento obrigatório, muitos ainda perderam fontes importantes de renda por conta dos homens trabalhadores convocados. Enquanto isso, a distância salarial entre ricos e pobres só aumentava, pois os burgueses conseguiam altos lucros produzindo aparatos militares para diferentes países. Toda essa situação, que apenas se agravava ano após ano, culminaria em quase uma guerra civil: a Greve Geral de 1918 (MEYER, 2028). Ainda que isso tenha acontecido depois da publicação do texto da portuguesa, os sinais já existiam há muito tempo – porém talvez não nos ambientes que ela, mulher de elite, tenha percorrido.

Sobre a alfabetização, realmente, as taxas de Portugal em relação ao analfabetismo sempre foram alarmantes, mesmo para a época, enquanto, na Suíça, elas se mantêm quase nulas até hoje. Assim, não é de se surpreender a utilização do país como representação de uma educação evoluída. Para explicar o motivo disso, a autora passa por toda a história do país, desde a sua formação, que ocorreu pela junção de povos que se libertaram do feudalismo e que prestavam assistência mútua. Os povos nunca se fundiram, mas sempre respeitaram suas diferenças. Após falar da – como já vimos, ilusória – igualdade e respeitabilidade entre proletários e outros cidadãos, passa para o Feminismo suíço.

Almeida, assim como fez ao falar sobre a Rússia, relaciona o Feminismo ao Socialismo e aponta essa junção, somada ao terreno pacífico, como causadora do desenvolvimento natural nacional sem a necessidade de movimentos revolucionários. Inclusive, ela aponta que a instrução formal, primária, secundária e superior, era fornecida a todas⁶⁰ as mulheres suíças – sendo, ainda, “a primeira nação que permittiu á mulher os

⁶⁰ Não possuímos informações sobre se realmente os estudos universitários eram para “todas” ou apenas para o grupo já mencionado outras vezes aqui: mulheres brancas e da elite, pois a autora descreve mais o ensino

estudos universitários” (AM, p. 231). Dessa forma, se podia ter diversas profissões, sem que isso a impedisse de exercer dois importantes trabalhos para várias das feministas da época: ser dona de casa e mãe. Abaixo, a tabela que Virgínia traz mostrando a quantidade quase igual de homens e mulheres em diversos setores, de acordo com o recenseamento de 1º de dezembro de 1900:

Figura 9 – Número de homens e mulheres trabalhadores na Suíça, divididos por setores

	Homens	Mulheres
Exploração de minas e outros productos brutos do solo	7:702	4:621
Agricultura, criação de gado, jardinagem.	566:682	501:223
Silvicultura, caça e pesca	12:194	8:488
Industrias da alimentação	68:791	61:006
Industrias do vestuário	63:658	145:099
Construção e mobiliário.	259:967	166:434
Industrias textis	95:243	174:871
Industrias do papel, do coiro e da borra- cha	7:226	6:519
Outras industrias de productos químicos não alimentares	13:965	11:960

	Homens	Mulheres
Metallurgia, fabricação de machinas e de utensilios	150:261	125:631
Artes graphicas, encadernação, cartona- gem	17:865	15:170
Commercio	119:440	166:046
Vias de comunicação, transportes	90:712	76:566
Administração publica, sciencias, bellas artes	73:565	96:768
Administração publica geral.	23:151	21:875
Fôro, notariado, gerencias	4:733	5:326
Hygiene e medicina	10:421	19:977
Instrução e educação	20:632	33:395
Cultos	6:433	8:889
Outras profissões liberaes	2:060	2:100
Bellas artes.	6:135	5:206
Serviços pessoais e outras profissões mal determinadas	5:884	14:776

Fonte: AM, p. 231-232.

É possível também perceber com a tabela que, em diversos setores, o número de mulheres, inclusive, é bastante superior ao de homens, como indústrias do vestuário; indústrias têxteis; comércio; administração pública, **ciências** e belas artes; foro, notariado e gerências; higiene e **medicina**; instrução e educação; cultos; e outras profissões.

Almeida aponta, ainda, que a relação da mulher suíça com o marido é de igualdade e respeitabilidade, tendo direito ao seu próprio salário e sem necessitar da autorização do companheiro para estar em juízo – ou seja, requerer algo diante do poder judiciário.

Todavia, a escritora expõe como pontos positivos diversos impedimentos para a igualdade entre os gêneros. Primeiramente, ela aponta os “cuidados” que a legislação tem com a mulher operária: esta é proibida de entrar na fábrica onde trabalha de noite, aos domingos e antes dos seis meses após o parto; mulheres casadas podem deixar o serviço ao meio-dia em sábados e feriados para poder cuidar da casa e recebem mais meia hora de descanso; em diversos ramos, grávidas não são admitidas. Ademais, escreve que a mulher casada não pode ter uma profissão sem licença de seu esposo e ninguém do gênero feminino tem direitos políticos. Virgínia justifica que, em qualquer lugar do mundo, essa situação poderia gerar abuso de poder e limitações, mas, na Suíça, a mulher não **precisa** de tais direitos, afinal, o

primário, secundário e técnico, e a respeito do público desses tipos de ensino, nunca menciona raça, apenas classe social; sobre o ensino superior, fala muito pouco.

homem vendo-a como sua igual, vai lhe dar tudo o que precisa sem que ela necessite pedir ou lutar. Ainda aponta que, se sua missão é apenas ser feliz e tendo essa possibilidade, como ocorre na Suíça, ela fica firme em “seu lugar” – sem explicar que lugar seria esse.

A mulher é feliz e é livre; e o homem estima-a e respeita-a como a um igual. Que mais vantagens lhe poderia dar o direito ao sufrágio, dignas de um esforço e de uma luta que iria abalar talvez a harmonia e a paz que hoje reina em torno dos seus deveres e da sua felicidade?
[...] conserva-se equilibrada e firme **no seu lugar**; compreende **a sua missão**: é feliz (AM, p. 238, grifos nossos em negrito).

Daí em diante, o foco passa completamente para a instrução formal, sendo o gênero feminino parte do corpo docente ou discente.

Para Almeida, o trabalho mais nobre exercido pela mulher é o professorado. Na Suíça, na época da autora, a quantidade de homens que davam aula no ensino primário era ainda superior ao de mulheres, mas, a partir de 1871 até 1903, o número de educadoras aumentou 87%, enquanto o de educadores homens, apenas 9%. Dessa forma, aos poucos, essas taxas foram se invertendo.

Figura 10 – Porcentagem de homens e mulheres na profissão docente

Anno escolar	Total	Professores	%	Professoras	%
1904-05	11:188	6:990	62,5	4:198	38,5
1905-06	11:500	7:175	62,4	4:323	37,6
1906-07	11:714	7:270	62,0	4:444	38,0
1907-08	11:777	7:223	61,4	4:554	38,6
1908-09	12:023	7:329	61,0	4:694	39,0
1909-10	12:182	7:403	60,8	4:781	39,2

Fonte: AM, p. 242.

Além disso, a lei do ensino obrigatório é tão fortemente seguida que não há problemas por parte dos pais com relação à frequência escolar dos filhos. Outrossim, a maior parte da verba pública é destinada à instrução; e, desse quinhão, mais de um terço é voltado para o pagamento de professoras.⁶¹

⁶¹ Mais adiante em *A Mulher*, Virgínia utiliza três páginas para discriminar os valores gastos pelo governo para cada setor educacional (AM, p. 239-241) e, para apontar o zelo do governo suíço com a educação feminina, separa mais algumas folhas para mostrar o número de estabelecimentos que lhe são exclusivos e a importância dos auxílios governamentais (AM, p. 273-275).

Visitando escolas infantis e primárias em Berna e outras cidades, Virgínia de Castro espantou-se com o currículo das escolas, considerando-os exageradamente desenvolvidos, o que as professoras locais responderam que, na verdade, pensavam que deveriam sê-los mais. No entanto, observando mais de perto as aulas, esse primeiro pensamento dissipou-se e considerou quão importante era “uma larga e solida instrucção em sciencias e artes” (AM, p. 245), que era ministrada sempre de forma prática. Continua sua descrição narrando as características que considerou exímias em tais instituições: o ensino era obrigatório dos 6 aos 15 anos e era dividido em ensino primário, secundário e superior. O ensino primário era oferecido nas escolas infantis, nas escolas primárias e nas escolas complementares e era totalmente gratuito – algo muito importante para alcançar todas as classes sociais. A escola infantil era dirigida exclusivamente por mulheres; na escola primária, havia turmas separadas para os alunos que causavam problemas, e as mulheres, além das matérias em comum, aprendiam a costura; nas escolas complementares, além das matérias em comum, os rapazes aprendiam sobre instituições nacionais, enquanto as meninas, economia doméstica.

Depois, a autora separa uma pequena parte para falar das classes guardiãs e das cozinhas escolares. A primeira era um tipo de creche: para crianças com menos de 13 anos cujos pais precisavam trabalhar por muitas horas, sendo sua frequência obrigatória. As classes guardiãs e as cozinhas escolares eram medidas moralizantes, que, segundo Almeida, impedia a vagabundagem e criava o hábito do trabalho nesses jovens. As mulheres que cresciam nessa realidade, nunca conheceriam o ócio, logo, o vício, e iriam estar preparadas em relação à intelectualidade e ao trabalho.

Os próximos subcapítulos são curtos e destinados às classes especiais – alunos com algum tipo de deficiência física ou mental são chamados por Almeida de “crianças anormais” e são descritas como “creanças de intelligencia atrasada ou fracas de espirito” (AM, p. 253) –, ao cuidado em relação a doenças e acidentes e aos custos e à importância cultural das bibliotecas e dos museus.

Passada a explicação sobre os ensinos infantil e primário, Virgínia volta o texto para suas visitas às instituições de ensino profissional, que visavam aos estudantes de ambos os gêneros que queriam trabalhar em indústrias e comércios ou àqueles que não pretendiam fazer o ensino secundário e superior, optando por uma preparação mais técnica – comparativamente, são as escolas técnicas contemporâneas. Esses ensinos eram voltados para meninos e meninas e eram gratuitos.

Igualmente gratuita para suíços – e com o custo de 20 francos por ano para estrangeiros –, as escolas de artes e ofícios eram preferencialmente masculinas. Existiam, sim,

mulheres que ali estudavam, contudo, havia atividades voltadas para elas por serem mais “adequadas ao seu sexo”. Se as seções de “offícios, de construção civil e engenharia civil, de machanica applicada e electrotechnia” (AM, p. 268) eram exclusivamente para homens, era “na secção dos esmaltes, da pintura sobre esmalte, da ceramica, da pintura decorativa, do desenho” que as poucas meninas se encontravam (AM, p. 270). Independente do gênero, o objetivo não era formar artistas, mas, sim, “bons operarios da arte”, além de “esplendidos organismos moraes” (AM, p. 271).

De todas as escolas visitadas pela autora, a Escola Profissional Doméstica de Raparigas,⁶² em Genebra, foi a que mais a impressionou. O colégio técnico era de graça e as alunas só precisavam pagar os materiais. Já as que não possuíam condições, recebiam subsídio, algumas sob a forma de empréstimo: devolvendo o valor assim que recebia o primeiro salário, para que a próxima aluna pudesse ser beneficiada. Além das matérias comuns, de profissão, de enfermagem e de canto, as alunas aprendiam “economia domestica; corte e confecção de roupa branca e de fato, tratamento e concerto de roupas, barrela, lavagem, engommados” (AM, p. 277). Ademais, existiam dois anos facultativos de matérias extras, que englobavam ensinamentos para as áreas de “commercio, rouparia, confecção de vestuario de senhora e de creança, e eventualmente modas, novidades e bordados” (AM, p. 277).

Nessa parte do livro, Virgínia de Castro cita uma longa fala da diretora do colégio, Madame Fontaine. É interessante perceber que a mulher diz não ser antifeminista, tão pouco se declara feminista, porém suas palavras deixam claras as suas ideias, muito similares à ideia geral de Feminismo da época:

“Não formamos aqui sabias,” disse-me Madame Fontaine; “[...] Não sou anti-feminista; mas penso que o verdadeiro feminismo consiste sobretudo em conceder á mulher o direito de escolher o seu destino e de seguir as suas tendencias. Respeito e admiro aquellas cuja intelligencia e cujas aptidões e gostos as levam a seguir carreiras liberaes, a distinguir-se na medicina, no fôro, no professorado, nas letras, nas artes; mas não approvo que um entusiasmo mal inspirado arraste todas as mulheres para caminhos que muitas não são chamadas a trilhar. A igualdade da mulher deve equiparal-a ao homem nos direitos e nos deveres. [...] E tenho a impressão que no dia em que ella o comprehender bem (e o homem igualmente) cessarão as tristes luctas entre os sexos. [...] Não lhes basta ser uma boa dona de casa; é preciso que tenha a instrucção moderna indispensavel [...]. Ha tambem mulheres que não casam e que teem de ganhar a sua vida sósinhas, lançando mão de industrias e de applicações modestas. O fim da nossa escola, que é tambem o meu ideal ardente, resume-se n’esta coisa [...]: fazer boas mães de familia e boas e honestas trabalhadoras [...]” (AM, p. 277-279).

Na Escola Normal Doméstica de Friburgo, Virgínia vê-se decepcionada pelo ambiente católico, que lhe traz uma ideia de inércia e pobreza. Ali, o objetivo, em parte, é o mesmo que

⁶² Todos os nomes das escolas citadas foram traduzidos por Virgínia, sem menção ao nome na língua original.

o de Madame Fontaine: criar boas donas de casa e mães, porém sem o ensino adicional para formar também trabalhadoras e intelectuais.

Quando fala do ensino secundário, elogia a seriedade das fachadas, sem futilidade, e a disciplina sem excesso de rigidez, sem inflexibilidade. Aponta também que, até ali, percebeu que o suíço não é um artista, vê as coisas com objetividade, racionalidade e prática, sem fantasias, porém, ainda assim, desde as escolas infantis, a arte é valorizada e ensinada constantemente, trazendo grandes benefícios para o caráter dos jovens.

Ao citar uma das escolas secundárias, a Escola Normal de Berne, explica que as meninas que ali estudam formam-se para dar aula em instituições primárias e secundárias. Contudo, aquelas que não migram para outros países para exercer sua carreira, acabam – muitas delas – abandonando o professorado quando se casam. Não é possível perceber se há um lamento ou constatação de valor positiva, pois Virgínia apenas cita o fato sem fazer qualquer juízo dele.

Por fim, sobre o ensino superior, a portuguesa diz que há oito universidades na Suíça e apresenta dados que mostram a frequência do público feminino nesses estabelecimentos de ensino.

Figura 11 – Número de estudantes mulheres suíças

	N.º de estudantes	N.º de auditoras
Escola Polytechnica federal de Zurich.	12	—
Universidade de Zurich.. . . .	311	132
Universidade de Berne.	326	105
Universidade de Bâle.	21	59
Universidade de Genebra.	259	152
Universidade de Lausanne.	282	88
Universidade de Friburgo	10	90
Universidade de Neuchatel.. . . .	59	68
Total.	1:280	694

Fonte: AM, p. 296.

Em relação às professoras de todos os anos de escolaridade, ela afirma terem total liberdade para escolherem seu método de ensino. Tanto essa soberania quanto a qualidade das instituições e das profissionais são enormemente elogiadas por Virgínia.

Ela conclui os dois capítulos dedicados à educação na Suíça fazendo duas considerações a respeito da instrução feminina no país estudado:

- 1) A mulher instruída na Suíça não é alvo de deboche e apelidos pela sociedade (principalmente pelos homens), pois ela é vista como uma igual. Na verdade, a ignorante é exceção à regra e sobre ela que recai o desprezo (da mesma forma que sobre o homem ignorante);
- 2) A mulher instruída tem opção de agir como quiser, pode casar ou não, ter o trabalho que escolher, de acordo com suas inclinações e desejos. Sendo assim, há também menos violências e protestos por direitos, pois estes já lhes pertencem.

Mesmo com todos esses avanços, o ensino suíço não era “livre de pensamento”, parafraseando Virgínia, pois a educação era baseada na religião e seu ensino era obrigatório nas escolas. No entanto, este não era limitador, pois resumia-se aos acontecimentos históricos e aos deveres da prática católica ou protestante, o que o diferenciava dos países latinos.⁶³ Outro avanço destacado é que, segundo a autora, o país não necessitava de “esmolas”, já que ele era suficientemente desenvolvido. Ou seja, Almeida explica que se demorou na questão da educação por mostrar que na Suíça, homens e mulheres, ricos e pobres têm a mesma chance e são tratados como iguais desde o nascimento até a vida adulta, dessa forma, não precisando de revoluções para que algo aconteça. Isto é, não há necessidade do “desfraldar sinistro da bandeira negra da revolta operaria, e os dolorosos excessos das reivindicações feministas” (AM, p. 263).

Acreditando, portanto, ser a Suíça o país mais igualitário do mundo, encerra a terceira parte com as seguintes conclusões:

- 1) A mulher e o povo andam sempre juntos e suas qualidades e defeitos dependem do ambiente que os homens das classes superiores resolvem criar para eles;
- 2) A felicidade, a emancipação e a ação benéfica da mulher são inversamente proporcionais à importância do catolicismo no local;
- 3) O maior agente de todas essas qualidades é a instrução.

O livro termina com dois apêndices. O primeiro é o “Programma do diploma de uma mestra de ensino secundario no cantão de Vaud”, que mostra, entre outras coisas, o ensino de economia doméstica e higiene para a mulher saber como lidar com a casa, os filhos e sua própria saúde. Um destaque considerável deve ser feito na parte da literatura, na qual dois

⁶³ Como pudemos ver anteriormente, por “países latinos” Virgínia quer dizer os países europeus de língua de origem latina.

nomes chamam a atenção: em meio a inúmeros nomes masculinos, aparecem os de Madame de Stäel – que era extremamente influente entre os românticos – e Mary Shelley.

O segundo apêndice é o programa da “Divisão superior da escola municipal do sexo feminino” da Escola Normal de Monbijou Berne”. Nesse, são apresentados o objetivo da escola, os seus custos, as aulas e horas de dedicação ao estudo dentro e fora da instituição, os cursos extras, as bolsas e descontos para alunas sem condições financeiras, os eventos de arrecadação para a assistência dessas alunas e as pensões mais em conta.

Essa foi a primeira e única escola comercial para meninas até o ano de 1891, apesar de já existir uma classe comercial em Biel em uma escola secundária. A instituição afirmava que seus estudos auxiliavam as meninas a encontrarem empregos melhores e que pagavam mais, pois sem os conhecimentos ali adquiridos, essas jovens teriam que aceitar o que lhes aparecesse.

3.4 “Mulheres da minha terra!...”: Eurocentrismo e Orientalismo

A historia da mulher [...] resumo-a em alguns capitulos, defeituosos e cheios de inevitaveis lacunas.

Virgínia de Castro e Almeida

A abordagem que usamos na interpretação – nossa estrutura de conceitos – determina o resultado. Tal estrutura nunca é isenta de valores.

Gerda Lerner

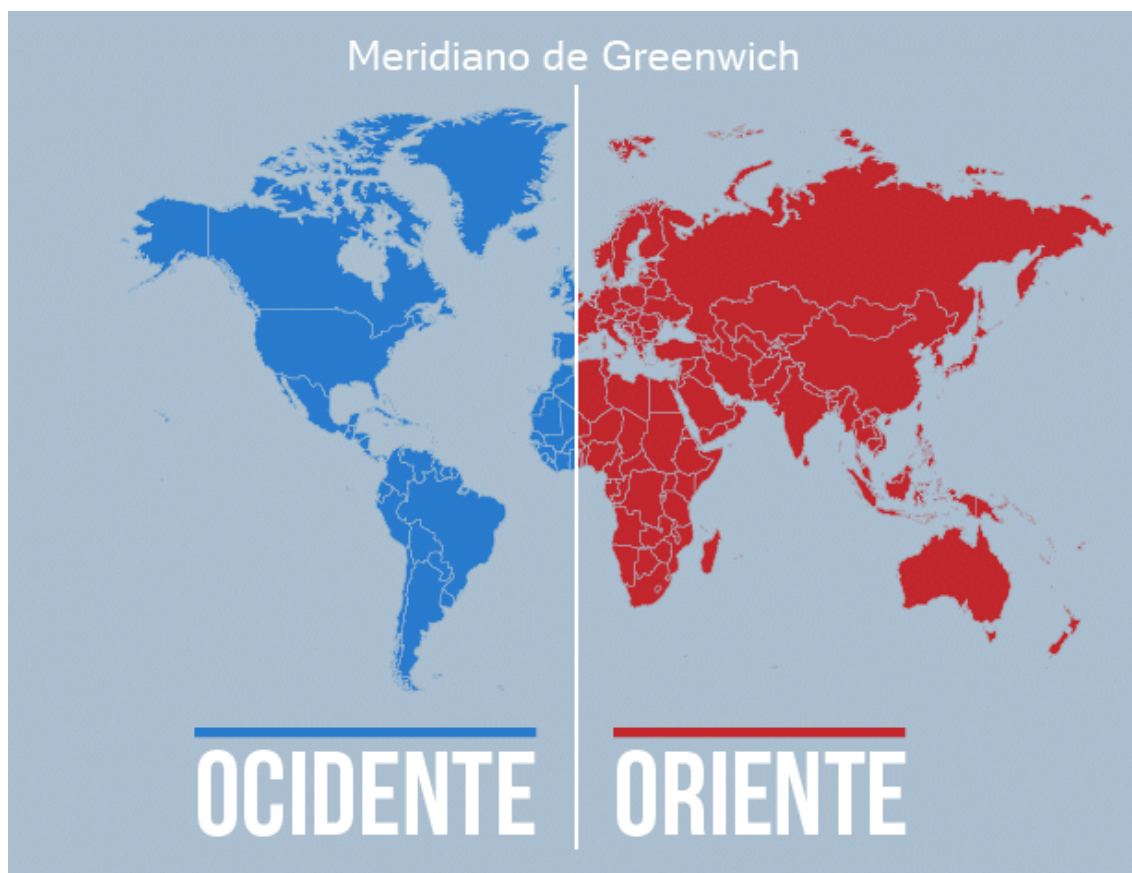
Nesta seção, esmiuçamos mais alguns assuntos apontados em outros momentos deste trabalho, tais como o que seria um “mundo Oriental” a partir de uma visão eurocêntrica e a saúde pública e o bem-estar como justificativas para uma interpretação moral, religiosa e elitista do “papel social” das mulheres. No entanto, enquanto em outras partes o foco principal era analisar cada pedaço do ensaio *A Mulher* e demonstrar as discussões e problematizações trazidas pela própria autora, neste subcapítulo, trazemos *nossas* discussões e problematizações pensadas a partir de alguns trechos do livro, que servem como mote e exemplificação, mas que não são o ponto principal desta parte. Ou seja, aqui tentamos analisar criticamente se

essas “inevitáveis lacunas” da sua história da mulher de fato são lacunas ou se certos grupos foram sistematicamente distorcidos ou apagados.

Virgínia de Castro e Almeida viajou por diversos países, recebeu auxílio por cartas e documentos e pesquisou, na medida de suas capacidades e conhecimentos, os costumes e os estudos da mulher ao longo de séculos. Os lugares que cita em seu texto são: Grécia, Roma Antiga, Suécia, França, Países Baixos, Itália, Alemanha, Espanha, Grã-Bretanha, Estados Unidos, Rússia, Finlândia, Suíça e Egito. Ou seja, em relação ao espaço geográfico, a maior parte dos países pertence não só à Europa, como, mais especificamente, à Europa Ocidental, enquanto apenas três saem desse eixo: Estados Unidos (América do Norte, embora ainda esteja localizado no Ocidente), Rússia (localizada, em parte, na Ásia e, em parte, na Europa Oriental) e Egito, país da África que se encontra perto do Oriente Médio (Ásia). Entretanto, antes de analisarmos a escolha desses lugares como fonte de suas pesquisas e como essa escolha está envolta em Orientalismo, é necessário definirmos o que seria Oriente e o que seria Ocidente.

Geograficamente, o Meridiano de Greenwich divide a terra em Leste e Oeste, Oriente e Ocidente. Todavia, partindo dessa divisão, a maior parte da Europa se localizaria na parte Oriental do globo terrestre, e, normalmente, essa divisão não é a considerada quando se fala em mundo ocidental e mundo oriental.

Figura 12 – Separação geográfica entre Ocidente e Oriente



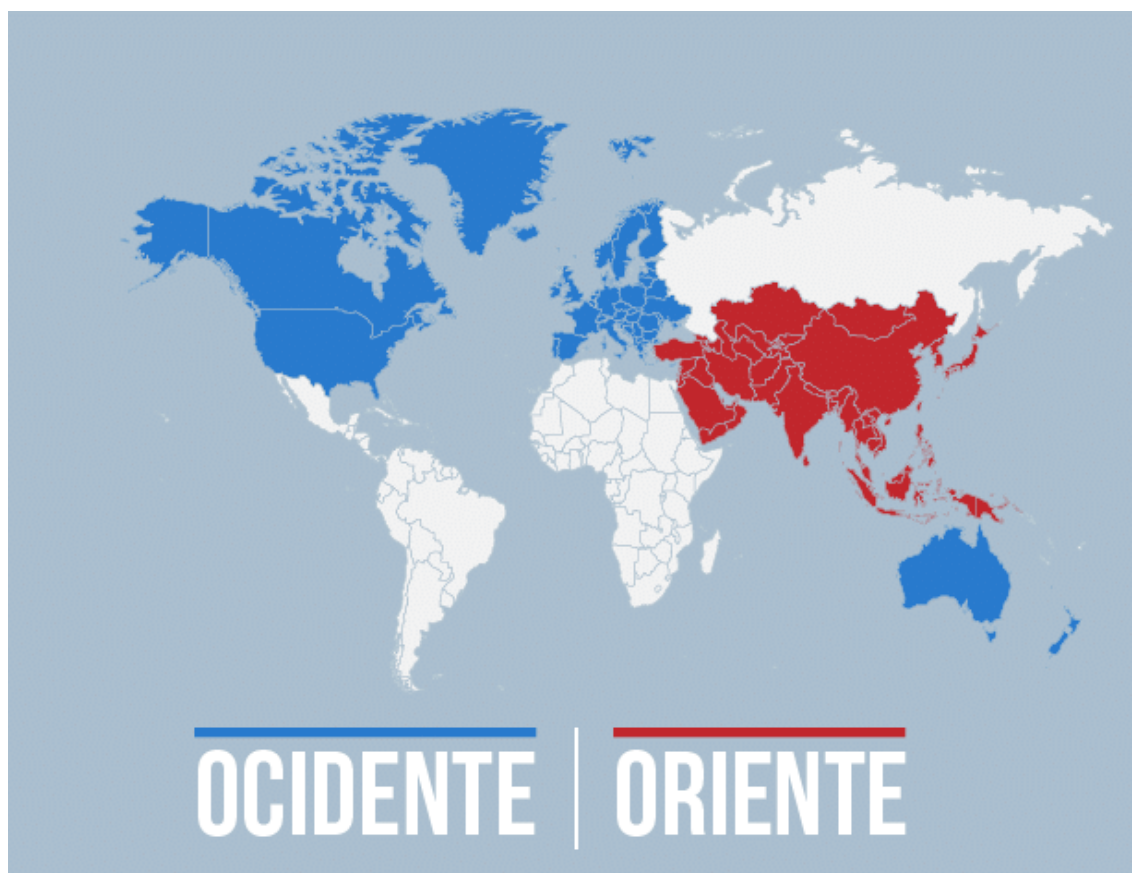
Fonte: RODARTE, 2018.

Por outro lado, em relação à economia e à influência político-econômica, considera-se, por exemplo, Austrália como Ocidental, mesmo estando próxima da Ásia,⁶⁴ enquanto os países da América Central e do Sul, ainda que não sejam chamados propriamente de “orientais” também não são considerados “ocidentais”, mas, sim, algo à parte: países latinos, que, junto com alguns outros países da Europa, como Rússia, e a maior parte da África, são a parte “oriental” do Ocidente ou ainda “o extremo Ocidente”. Contudo, a divisão Ocidente-Oriente que mais prevalece, principalmente quando se trata de preconceitos à cultura, é a que considera os fatores religiosos, linguísticos, culturais e históricos.⁶⁵

⁶⁴ O mesmo ocorre com a separação Hemisfério Sul e Hemisfério Norte, na qual Austrália encontra-se no Hemisfério Norte política e economicamente.

⁶⁵ É importante destacar que, mesmo que os países latinos tenham religião, cultura e língua similares às dos colonizadores ocidentais, para estes, não somos considerados parte do Ocidente por conta do desenvolvimento econômico. É possível perceber na Figura 13, por exemplo, que as Américas Latina e do Sul, África e parte da Europa e Ásia não foram consideradas nem como Ocidente, nem como Oriente.

Figura 13 – Separação político-econômica entre Ocidente e Oriente



Fonte: RODARTE, 2018.

Segundo o professor da FGV, José Henrique Bortoluci, o Ocidente sempre foi definido em oposição a algo, pois é “um conceito que necessariamente abarca uma exclusão do outro” (BORTOLUCI, 2018). Foi durante a Guerra Fria que essa definição passou a abordar questões políticas e o capitalismo como essencial para seu entendimento. Também foi nesse período que os valores judaico-cristãos entraram na fórmula. Assim, “na parte ‘desenvolvida’ do mundo, o Ocidente é sinônimo de desenvolvimento, democracia e cultura de base europeia” (RODARTE, 2018). Portanto, é com esse conceito em mente, levando em conta a cultura, que, agora, partiremos para o significado de “Orientalismo”.

Edward Said, em *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (2003), explica que, a seu ver, existem três possíveis definições para o Orientalismo. A primeira trata da relação do Oriente com a cultura europeia, sendo o Orientalismo o representante, “em termos culturais e mesmo ideológicos, num modo de discurso baseado em instituições, vocabulário, erudição, imagens, doutrinas, burocracias e estilos coloniais” (SAID, 2003, p. 25). Em um segundo significado, mais generalizante, seria a diferenciação básica entre o Leste e o Oeste, feita por escritores de diversas áreas, para produzir seus textos, sejam eles ficcionais, filosóficos, poéticos, políticos etc. Por último, partindo de uma visão mais material e

histórica, o Orientalismo seria uma instituição ocidental para explicar, colonizar, dominar, ensinar e reestruturar o Oriente.

Para Said, o Orientalismo originou-se de uma “intimidade particular” entre o Reino Unido, a França, a Índia e o que ele chama de “terras bíblicas” no século XIX. No entanto, do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, não só a região como o termo tornaram-se um sinal de poder. Said ainda destaca que, apesar de isso não determinar o que se pode definir a respeito do Oriente, o termo acaba sendo um sistema de conhecimento a respeito desse lugar, tornando tal conhecimento parte da cultura geral, que se espalha por todo o Ocidente.

O Orientalismo nunca está muito longe do que Denys Hay chama “a ideia de Europa”, uma noção coletiva que identifica a “nós” europeus contra todos “aqueles” não europeus, e pode-se argumentar que o principal componente da cultura europeia é precisamente o que tornou hegemônica essa cultura, dentro e fora da Europa: a ideia de uma identidade europeia superior a todos os povos e culturas não europeus. Além disso, há a hegemonia das ideias europeias sobre o Oriente, elas próprias reiterando a superioridade europeia sobre o atraso oriental, anulando em geral a possibilidade de que um pensador mais independente, ou mais cético, pudesse ter visões diferentes sobre a questão.

De um modo bem constante, a estratégia do Orientalismo depende dessa posição de superioridade flexível, que põe o ocidental em toda uma série de possíveis relações com o Oriente sem jamais lhe tirar o relativo domínio. (SAID, 2003, p. 30).

Essa ideia de “nós” contra “eles”, civilização *versus* barbárie, tornou-se, certa feita, parte de um conhecimento “inato” na mente dos europeus, trazendo certas ideias de que avanços culturais positivos eram influência ocidental sobre o Oriente e práticas negativas eram o inverso. No livro *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (1985), a autora Elisabeth Badinter desconstrói a ideia de que o papel natural e biológico da mulher é o de ser mãe, fazendo uma análise histórica, social, econômica, religiosa e política do que significava a maternidade. Contudo, seu escrito está pautado nas pesquisas realizadas por pensadores e estudiosos europeus – como ela mesma o é – logo, sua visão sobre algumas argumentações está carregada de valores ocidentais e cristãos. A título de exemplificação, temos o seguinte trecho, que justifica a origem do poder paterno sobre o materno no Ocidente como influência da Índia, além de trazer o cristianismo como religião superior às outras ao colocá-lo como essencial para a igualdade da mulher em relação ao homem:

Por mais longe que remontemos na história da família ocidental, deparamos com o poder paterno que acompanha sempre a autoridade marital.

A acreditar nos historiadores e nos juristas, essa dupla autoridade teria sua origem remota na Índia [sic]. Nos textos sagrados dos Vedas, Árias, Bramanas e Sutras, a família é considerada como um grupo religioso do qual o pai é o chefe. Como tal, ele tem funções essencialmente judiciárias: encarregado de velar pela boa conduta dos membros do grupo familiar (mulheres e crianças), é o único responsável pelas ações destes frente à sociedade global. Seu poderio exprime-se portanto, em primeiro lugar, por um direito absoluto de julgar e punir.

Os poderes do chefe de família, magistrado doméstico, reapresentam-se quase inalterados em toda a Antiguidade, embora atenuados na sociedade grega e acentuados entre os romanos. Cidadã de Atenas ou de Roma, a mulher tinha durante

toda a sua vida, uma condição jurídica de menor, pouco diferente da condição de seus filhos.

Foi preciso esperar a palavra de Cristo para que as coisas se modificassem, pelo menos em teoria. Guiado por esse princípio revolucionário que é o amor, Jesus proclamou que a autoridade paterna não se estabeleceu no interesse do pai, mas no do filho, e que a esposa-mãe não era sua escrava, mas sua companheira.

Ao pregar o amor ao próximo, o Cristo punha um freio à autoridade, de onde quer que viesse. Reforçava o companheirismo, e portanto a igualdade dos esposos, fazendo do casamento uma instituição divina. Assim, punha fim a um poder exorbitante do marido, o poder de repúdio, e à poligamia.

A mensagem de Cristo era clara: marido e mulher eram iguais e partilhavam dos mesmos direitos e deveres em relação aos filhos.

Se alguns apóstolos e teólogos obscureceram a mensagem com sua interpretação, chegando, como veremos, a traí-la, a palavra de Cristo modificou, em boa parte, a condição da mulher (BADINTER, 1985, p. 28-29).

Esse é um ponto de vista defendido também por Virgínia de Castro e Almeida. Como visto no capítulo 3.1, a escritora portuguesa afirma que a mulher é oprimida em todos os cantos, mas muito mais firmemente no Oriente. Segundo ela, a mulher oriental era vista apenas como reprodutora e, mesmo assim, ainda era desvalorizada em seu papel de mãe. Ademais, pouca ou nenhuma representação feminina havia nas religiões orientais – o que, conforme apontamos no capítulo 3.1, não é uma afirmação correta. Enquanto isso, do lado Ocidental, de acordo com Virgínia, o “impulso de gratidão” do homem deu à mulher a divinização da maternidade e figuras divinas femininas, tais como Freia, Têmis e Nornas. Freia, deusa nórdica, representava justamente todas as características que eram sempre atribuídas às mulheres, principalmente na literatura: beleza, amor, sexualidade, sensualidade, fertilidade, ouro, guerra, morte... Nornas são como as Parcas, da mitologia grega, ou as Moiras, da romana: são as tecelãs dos destinos dos homens. Por fim, Têmis, na mitologia grega, era a deusa das leis e dos juramentos, da ordem e dos costumes, ou seja, pode-se dizer que ela era a guardiã da moral, algo muito caro a Almeida. Dessa forma, de todo o panteão das 3 mitologias mais conhecidas do Ocidente – grega, romana e nórdica –, com diversas figuras femininas, a escolha de Almeida por deusas que representam justamente fertilidade, amor, moral e destino dos homens – função normalmente atribuída às mães, com a educação de seus filhos, futuro das nações e da humanidade – para exemplificar a superioridade do lugar da mulher no Ocidente em comparação ao Oriente não é por acaso, posto que maternidade era, para Virgínia, a “função” mais elevada que qualquer mulher poderia ter.

É interessante perceber que até mesmo a imagem da primeira mulher e mãe no cristianismo como pecadora e responsável pelas desgraças de toda a humanidade é apontada como “culpa” da religião oriental. Ainda que, de fato, o cristianismo tenha se originado no Oriente, igualmente ao islamismo e ao judaísmo – todas religiões abraâmicas –, ele foi trazido para o Ocidente pelo Império Romano, e tornou-se religião oficial deste em 380, justamente o

império colocado como lugar diferenciado no tratamento do gênero feminino para a autora: “Nunca até então a mulher subira tão alto no conceito do homem” (AM, p. 42). Além disso, já presente na Europa, o cristianismo expandiu-se com as Cruzadas, a expansão marítima e a colonização, tornando-se a religião com maior quantidade de seguidores no século XIX, ao mesmo tempo em que religiões asiáticas e africanas foram perdendo espaço e seguidores – (coincidentemente?) é em 1880 que a colonização da África é iniciada por diversos países europeus, Portugal inclusive.⁶⁶ Assim, se o motivo de Eva ser responsável por todo o mal da humanidade foi criado pelo judaísmo, no Oriente, por que, em mais de 1.500 anos de cristianismo europeu – contados até a época de Almeida –, trazido ainda por uma população que, de acordo com Virgínia, “favorecia” mais a mulher, essa interpretação não foi alterada?

No capítulo seguinte a este em que fala de religiões orientais, Virgínia passa a referir-se a Jesus Cristo, que, para ela, foi revolucionário, sem qualquer tipo de preconceito, sendo o primeiro a fornecer à mulher a condição de ser humano. Paradoxalmente ao que disse anteriormente, chama a atenção para o fato de que Jesus nasceu justamente no Oriente. Obviamente, essa região, principalmente a Galileia, para ela, era um lugar de “população avassalada, desprezada e miserável”, com “edificações pretenciosas” e ostentação “pedante” (AM, p. 49-50). E Jesus, por ter nascido em tal local, desconhecia a ciência Ocidental, a “civilização do seu tempo” e o “esplendor e [a] magnificência de Roma” (AM, p. 49-50).

Como já dito, era comum, no século XIX, a divisão, entre os intelectuais, do que se considerava cristianismo e catolicismo: o primeiro possuía o verdadeiro amor cristão, representado pela figura de Cristo, que amava todos igualmente; o segundo estava repleto de dogmas e idolatrias às figuras dos clérigos, afastando a religião de seu verdadeiro propósito. Para Virgínia, a situação não era diferente: “Da fusão do christianismo com o paganismo surge o catholicismo, esse monstro devorador que vae tolher durante mil annos a marcha da humanidade e obrigar os mortaes a descenderem até o ultimo grau do rebaixamento moral” (AM, p. 63-64). Ainda que, de fato, tenham sido incluídas algumas características do paganismo no cristianismo, foi com a incorporação do cristianismo ao Estado de Roma que surgiu o catolicismo, posto que, em 1054, houve a divisão do Império Romano entre Império Romano do Ocidente – cuja capital era Milão – e Império Romano do Oriente – capital: Constantinopla, atual Instambul, localizada na Eurásia. No Império Romano do Oriente,

⁶⁶ Para mais informações, ver dois ótimos vídeos: “Animated map shows how religion spread around the world” (<https://www.youtube.com/watch?v=AvFl6UBZLv4>) e “World religions ranking – population growth by religion (1800-2100)” (<https://www.youtube.com/watch?v=q3EneZhsM0Y>). O primeiro mostra o surgimento das principais religiões em cada região da Terra e sua expansão; o segundo apresenta quantidade de seguidores de diversas crenças ao longo de 300 anos, fazendo, ainda, uma projeção para os próximos 100 anos.

ocorreu outra ruptura: formou-se a Igreja Bizantina e a Igreja Romana (Católica). Todavia, foi na Idade Média que a Igreja Católica consolidou seu poder (CARVALHO, L., [20–], s/p). Ou seja, com toda essa parte histórica, podemos perceber que aquele que é colocado como responsável por modificar a situação da mulher, segundo Virgínia, é Jesus Cristo, nascido no Oriente; enquanto que tanto o cristianismo quanto o catolicismo, este demonizado por Virgínia, foram trazidos, expandidos e modificados na Europa.

Em outro momento do texto de Virgínia de Castro e Almeida, há uma listagem de como o gênero feminino é tratado pelos diferentes países e religiões orientais:

Na China, só o sexo forte é dotado de uma alma immortal; Brahma proíbe á mulher a leitura dos Vedas; a judia não pode tomar conhecimento dos livros da lei; o Alcorão fecha á mulher as portas do paraizo; o Talmud concede-lhe apenas o valor correspondente ao dote que traz ao marido [...] (AM, p. 35-36).

Analisaremos cada uma dessas afirmações para percebermos o que é válido ou não em cada uma delas. Começemos pela afirmação de que, na China, a mulher não possui alma imortal. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que a definição ou até mesmo a quantidade de “almas” não é única para todas as religiões. Na China, além das religiões abraâmicas, do budismo, islamismo e taoísmo, existem diversas outras crenças populares, com rituais e dogmas próprios ou assimilados. Steven Harrell, antropólogo especializado em cultura chinesa e professor da Universidade de Washington, explica, em seu artigo “The concept of soul in Chinese folk religion” (1979), que a quantidade de “almas” não é um consenso nem entre os seguidores de alguma religião, nem entre os pesquisadores, podendo variar de 1 até 12, sendo os números mais aceitos: uma, duas, três, dez e doze almas. Quando há uma quantidade maior do que duas de alma, acredita-se que cada uma delas tem um lugar e uma função. Outro fator importante é o que “alma” significa para os chineses: mais do que vitalidade e diferente de espírito, a alma parece estar ligada à personalidade e à individualidade humana, podendo existir e ter ações sem o corpo, assim como o corpo pode igualmente não ter alma e continuar vivo, podendo, ainda, sofrer consequências de males causados na alma antes mesmo do nascimento, posto que a ideia de “morte”, como fim e desligamento do ser com a Terra, também é diferente nas religiões chinesas. O autor traz inúmeros exemplos contados por cidadãos chineses sobre tais situações, cujas histórias, em sua maior parte, são compostas por personagens femininos, logo, em nenhum momento é falado que mulheres não possuem alma(s), em qualquer uma das crenças pesquisadas ou citadas. Em outro artigo chamado “Rituais da morte, rituais da vida na antiga China” (1994), de Ana Maria Amaro, há também a explicação do significado de “alma” e o detalhamento dos rituais fúnebres para os homens, chefes da família, no entanto, nada é dito sobre a não

presença desse elemento para a mulher. Amaro também escreve um outro artigo denominado “O culto da mulher no neolítico chinês” (1997), que descreve a importância da figura feminina na Antiga China:

Tão forte parece ter sido o papel da mulher na antiga China, se China se pode chamar aos antigos Estados dispersos pelo vasto território posteriormente unificado, estados que, então, se digladiavam pela posse de bens e de terras que, mesmo depois de se ter transformado a sociedade chinesa numa sociedade de estrutura patriarcal por influência de Confúcio (século VI a. C.), no século VII d. C. foi ainda celebrada e ficou na história uma imperatriz que dirigiu sabiamente um mundo de homens. Surgiram, ainda nessa altura, numerosos poemas de poetas célebres, como Li Bo, que exaltavam a mulher, ao tempo relegada a uma condição social de pura inferioridade (AMARO, 1997, s/p).

Dessa maneira, foi com a chegada da filosofia de Confúcio que as mulheres desceram na hierarquia social chinesa. Ainda assim, não há nada neste ou no outro texto que descarte sua alma, logo, a afirmação de Virgínia de que a mulher não possuía “alma” e, ainda, uma alma “imortal” na China está, provavelmente, baseada em princípios cristãos.

Sua outra afirmação, que “o Alcorão fecha á mulher as portas do paraíso”, também é incorreta. No artigo publicado no Instituto da Cultura Árabe, “Refutando a ideia de opressão e desrespeito às mulheres mulçumanas” (2010), Hesdras Sérvulo Farias explica que essa, entre outras coisas, são falácias espalhadas pelo Ocidente. Além de no Alcorão a culpa da queda de Adão e Eva ter sido dos dois – e não unicamente de Eva, como aparece na Bíblia –, foi uma mulher que abriu as portas do Paraíso: “Se por longos anos, os teóricos religiosos sustentaram a ideia de que a mulher (Eva) trouxe o inferno para a terra, no Islã ela (a mulher) abriu as portas para se chegar ao paraíso. Segundo o Profeta Muhammad: ‘O Céu encontra-se sob os pés da tua mãe’” (FARIAS, 2010, s/p). E mesmo durante o Jihad, a guerra santa islâmica, as mulheres têm sua recompensa: sim, os homens são presenteados com 72 virgens e virilidade, mas as mártires reencontram seu marido – ou seu último marido se tiverem casado mais de uma vez – no Paraíso (ELES TÊM..., 2015). Dessa forma, como as portas do Paraíso podem ser fechadas a elas se é uma mulher que abriu as portas e se ainda possuem recompensas quando lá chegam ao morrerem como mártires?

Virgínia de Castro e Almeida também profere duas frases sobre o Judaísmo: “a judia não pode tomar conhecimento dos livros da lei” e “o Talmud concede-lhe apenas o valor correspondente ao dote que traz ao marido”. Para o judeu, existem dois livros sagrados: a Torá, que possui os ensinamentos de Deus a seu povo, e o Talmud, com as leis, os sermões, entre outros ensinamentos dos rabinos, líderes religiosos. A rabina Sandra Kochmann, em “O lugar da mulher no Judaísmo” (2005), escreve que

O lugar da mulher dentro do Judaísmo deve ser analisado à luz do contexto histórico em que se desenvolveu. Na época bíblica, as mulheres dos Patriarcas eram as

Matriarcas, mulheres ouvidas, respeitadas e admiradas. Havia mulheres profetisas e juízas. As mulheres estavam presentes no Monte Sinai no momento em que Deus firmou o Seu Pacto com o povo de Israel. Participavam ativamente das celebrações religiosas e sociais, dos atos políticos. Atuavam no plano econômico. Tinham voz, tanto no campo privado como no público.

[...]

Apesar de, na época bíblica, a mulher participar ativamente de todas as manifestações da vida social, política, econômica e religiosa, ela desaparece do cenário público no período talmúdico (século III a século VI da Era Comum).

Essa concepção do lugar da mulher na sociedade judaica na época do *Talmud* – época na qual foram estabelecidas as regras do dia-a-dia judaico, baseadas na interpretação e análise dos textos bíblicos pelos rabinos (exclusivamente homens) –, recebe influência direta da antiga sociedade grega em que estava inserida (KOCHMANN, 2005, s/p).

Assim, podemos entender que a judia estava inserida em todas as áreas da vida de sua comunidade, o que incluía a leitura dos textos sagrados para todo tipo de ritual, até a chegada dos estrangeiros, **principalmente dos gregos**, povo ocidental. De fato, a partir disso, sua importância foi diminuída, tornando opcional a participação feminina em certos rituais e na leitura pública da Torá.⁶⁷ Ademais, a presença da judia em um lugar público passou a ser considerada ofensiva para a própria dignidade feminina. O *Talmud* ainda possui uma passagem que assim informa: “O Rabi Meir disse: O homem deve recitar três bênçãos cada dia, e elas são: Que me fizeste (do povo de) Israel; que não me fizeste mulher; que não me fizeste ignorante” (KOCHMANN, 2005, s/p). Contudo, segundo o Rabino Joel H. Kahan, essa bênção tem origem em um ditado popular citado pelos próprios Platão e Sócrates: “Há três bênçãos para agradecer o destino: a primeira – que nasci ser humano e não animal; a segunda – que nasci homem e não mulher; a terceira – que nasci grego e não bárbaro” (KAHAN, 1999, p. 122).

Por outro lado, Virgínia chega a escrever que “Brahma proíbe á mulher a leitura dos Vedas’, o que é parcialmente verdade. No Livro I dos Vedas, é dito que

Os pares (casados), ansiosos para satisfazer-te, e **oferecendo (oblações) juntos, celebram (o teu culto)** para (obter) rebanhos de gado; oferecendo (a ti), Indra (oblações); tu bem sabes que essas duas pessoas estão desejosas de gado, desejam o céu, e (tu permaneces) exibindo o teu raio, o derramador (de benefícios), teu companheiro constante, sempre, Indra, associado (contigo) (RG-VEDAS, 2013, p. 393, grifos nossos).

Isto é, homens e mulheres, esposo e esposa, lado a lado, devem ter igual participação nos ritos religiosos e nos mantras. Todavia, na nota de rodapé do Livro I, há o aviso de que, apesar de parecer uma permissão em relação à participação da mulher de forma ativa em tais ritos, isso é proibido por lei e ela, de forma alguma, deve ler os mantras. O que lhe é permitido é participar dos rituais com o marido e apenas repetir os mantras que ele lhe

⁶⁷ A rabina explica que a obrigatoriedade na participação dos preceitos divinos era uma grande honra, portanto, sua não obrigatoriedade tem significado.

ensinou. No entanto, não é claro se essa “lei” veio de Brahma, deus da criação hindu, ou dos seus seguidores.

Ao colocar exemplos orientais como negativos para a mulher e exemplos ocidentais como modelos a serem seguidos – como faz na última parte do livro, ao falar de países avançados em questão de direitos sociais, políticos e educacionais femininos –, acaba por, consciente ou inconscientemente, hierarquizar o gênero feminino: algumas mulheres são mais dignas do que outras e as menos dignas não possuem livre arbítrio, pois são vítimas – Virgínia gosta de usar o termo “escrava” constantemente, algo sobre o qual discordamos – de suas culturas e religiões opressoras. Novamente, as religiões do Oriente são as causadoras da “degradação” da mulher:

A **prostituição**, essa forma de **escravatura**, tem a sua origem na religião.

Primitivamente, no Egypto, todas as virgens deviam ir uma vez ao templo de Isis, entregar-se a um estranho; era um **holocausto** ritual do seu corpo [...] que ahi praticavam constantemente a cerimonia **primitivamente** exigida uma só vez na sua vida.

Foi esta a primeira forma da **prostituição** que vae depois crescendo gradualmente com o desenvolvimento da **escravatura** (AM, p. 37-38, grifos nossos).

Na citação, é possível perceber o uso frequente da palavra “escravatura”, além de outros termos pejorativos ligados à prostituição, como “primitivamente”, trazendo a ideia que não só a atividade de prostituição é algo primitivo, como os rituais dessas religiões não cristãs. Uma que também nos chamou a atenção é “holocausto”, palavra que a nós já possui um significado outro que não o empregado por Virgínia, porém, ainda assim, com o sentido de sacrifício em favor do outro, ela mais uma vez reforça a ideia da falta da escolha dessas mulheres.

É difícil definir quando a prostituição de fato surgiu no mundo. Os dados encontrados mais antigos são de 4.500 anos atrás, de rituais na Suméria (ARMÉS, 2021), porém também é complexa a questão dos limites entre o respeito à cultura de um povo e a violação de direitos fundamentais. Essa é uma discussão muito comum atualmente: até que ponto a visão externa e crítica não está sendo influenciada por seus próprios costumes? Até que ponto, certos rituais não estão respeitando os corpos e as decisões do indivíduo? Exemplos de tais situações são os debates ocidentais que giram em torno desde o uso do hijab na religião islâmica até alguns costumes da cultura nativo-brasileira, como o infanticídio⁶⁸. Assim, levando para a época de Virgínia de Castro e Almeida ou até para épocas anteriores, sobre as quais ela se refere, podemos questionar: até que ponto esses rituais podem ser vistos como escravidão? Em

⁶⁸ Sobre este assunto, ler o artigo “‘Infanticídio’ indígena: uma perspectiva jurídico-antropológica”, da professora da Universidade do Estado de Mato Grosso Wilsimara Almeida Barreto Camacho, publicado na *Revista Estudos Políticos*, volume 6, número 11, de janeiro de 2015.

relação às mulheres que faziam parte desse povo, ia contra a vontade delas participar desses eventos sexuais? Diferentemente do que acontecia quando uma nação invadia a outra e escravizava a população, levando mulheres como escravizadas sexuais, portanto, uma prostituição compulsória, ou quando o suserano instituía a lei da primeira noite em seu feudo, na Idade Média, tomando à força as noivas de seus vassallos nos dias de núpcias, rituais religiosos costumam ter uma base importante na tradição do lugar para a vida de seus cidadãos.

Outro questionamento a ser feito é, saindo da parte cultural, a prostituição em si deveria ser vista **sempre** como algo imposto e explorado? Muitas vezes vista como única alternativa para a pobreza de algumas famílias, mesmo quando não imposta por um terceiro, há uma discussão em torno do livre-arbítrio na escolha dessa profissão que até hoje persiste. A prostituição foi muito criticada como algo degradante à situação feminina até a segunda metade do século XX, contudo, uma vertente do Feminismo, chamado Feminismo Interseccional, vem colocando em xeque essa visão por conta das feministas trabalhadoras do sexo, autointituladas Putafeministas. Embora concordem que a questão econômico-social e que o capitalismo em si são os fatores principais para a prostituição, as putafeministas recusam-se a se colocarem em uma posição vitimista, afirmando que o trabalho como profissional de sexo é tão válido ou degradante quanto qualquer outro trabalho dentro do sistema capitalista. Monique Prada, escritora e putafeminista, assim escreve:

As pessoas – homens ou mulheres, cisgêneras ou transgêneras – podem se envolver em trabalho sexual por diversos motivos. Seja por necessidade financeira, pela curiosidade, pela liberdade de horário que esse tipo de trabalho proporciona, ou pela remuneração que oferece, maior que a de outras atividades que elas poderiam exercer. [...]

Quase sempre o que se fala sobre esse trabalho e as pessoas que o exercem é permeado por algum tipo de moralismo. É interessante perceber que mesmo Virginie Despentes, em seu *Teoria King Kong*, verá uma questão no trabalho sexual: segundo ela, o problema da prostituição é como um problema das drogas. Uma vez tendo exercido a atividade, você não consegue abandoná-la, pois se acostuma a ganhar dinheiro de modo rápido e relativamente fácil. O trabalho se torna um tipo de vício. Eu acredito que nosso “vício” mesmo, nós que exercemos esse trabalho de modo rotineiro, é em pagar nossas contas e sustentar nossas famílias, de preferência com algum conforto. Amaldiçoar esse dinheiro é uma atitude bastante moralista. Ninguém diz que publicitários, médicos e secretárias trabalham porque são viciados em seu salário, e tampouco alguém ousaria condenar qualquer um que troque seu trabalho por outro em que receba pagamento melhor – a não ser que esse outro trabalho seja trabalho sexual (PRADA, 2018, p. 50-51).

Uma prostituta tem a escolha de ter outro tipo de serviço? Sim, mas por que trabalhar em qualquer outra área, de 7h às 17h, de segunda a sexta, às vezes fim de semana e feriado, para receber um salário mínimo, é mais nobre do que o serviço realizado por elas? Ambos envolvem corpo, tempo, energia, psicológico... a diferença é que, em um, há o envolvimento

das partes sexuais femininas e do ato sexual em si, e a sexualidade e o erotismo femininos sempre foram tabu na maior parte das culturas, especialmente nas ocidentais, muito influenciadas pelos valores cristãos. Podemos, inclusive, perceber isso ao ler a repreensão de Virgínia ao rito religioso que envolvia sexo.

Além da autonomia sobre seus próprios corpo e prazer, prerrogativa unicamente do gênero masculino, trazendo uma independência que se iguala à do homem, a prostituição ofende um dos principais pilares da sociedade patriarcal: a família, pois o ato sexual sem fins de procriação vai de encontro àquilo que é determinado como papel social da mulher: a maternidade. Não à toa, é frequente a separação da mulher em duas categorias opostas: de um lado, há a figura da matrona, mulher de família, bondosa, preocupada, acolhedora, conhecedora do lar e do que é necessário para uma casa perfeita; por outro lado, há a mulher fácil, perdida, *femme fatale*, que não se dá valor ou que, como vítima, acabou na sarjeta, tendo que se sujeitar a situações que nenhuma mulher “direita” deve viver. Em *A Mulher*, Virgínia faz constantemente essa divisão.

Ao falar sobre a vida da mulher na Grécia Antiga, Virgínia denuncia que, para a História, ficaram registrados somente nomes de amantes e que, infelizmente, “não chega até nós um só nome de mulher honesta” (AM, p. 38), lamentando o quão triste tal fato é para a história feminina. Com o passar do tempo, nada muda e as únicas diferenças entre o “cativeiro” da “mulher honesta” e da “hetaíra” é que “a primeira [é] estiolada pelo seu cativeiro physico e moral”, enquanto “a segunda degrada pela libertinagem”, mas as duas seguem “deprimidas, mantidas ao serviço exclusivo do homem para sua utilidade ou para seu prazer” (AM, p. 39). Já em Roma, Virgínia aponta que ocorre um progresso em relação à situação feminina, pois “a matrona romana é mais favorecida do que a mulher honesta na Grecia” e a “prostituta não tem o esplendor impudico da hetaíra” (AM, p. 41).

Prada (2018) aponta que faz parte de muitos movimentos feministas mais conservadores até hoje o fim da prostituição como parte do processo de emancipação e dignidade da mulher. No entanto, esse é mais um dos mecanismos morais de controle social utilizados pela política higienista. Popularmente chamada de “a profissão mais antiga do mundo”, a prostituição não se apagaria com diversas leis e criminalizações; isso somente tornaria a situação da profissional do sexo mais precária e estigmatizada, principalmente se considerarmos pessoas ainda mais marginalizadas, como as transgêneras: “Enquanto as mulheres cisgêneras podem exercer o trabalho sexual em casas e boates, o espaço reservado

às travestis é quase sempre o da prostituição precária nas ruas, o que possivelmente contribui para aumentar o risco de agressões e a insegurança” (PRADA, 2018, p. 61).⁶⁹

Essa necessidade da estigmatização e da higienização da situação da trabalhadora do sexo pode ter inúmeras explicações e todas possíveis. O controle do corpo e do prazer feminino, aqui já relatados, para manter o poder social e econômico do homem, heterossexual e branco é bastante claro, contudo, Prada também aponta mais duas razões: uma delas é justamente manter um enorme grupo de assalariadas mal pagas em situações insalubres, como insinuou Morgane Merteiul, cofundadora do Syndicat du TRAvail Sexuel (STRASS). “Se nos convencerem de que qualquer outro trabalho é melhor e menos degradante que o trabalho sexual”, escreve Prada, “fica mais fácil fazer com que aceitemos maus trabalhos e péssimos salários” (PRADA, 2018, p. 65). O outro motivo, elucidado por Dolores Juliano, antropóloga argentina, fala justamente do contraste entre a mulher dona de casa e mãe (“honesta”) e a “mulher da vida”. Ao colocar esses sendo os únicos dois caminhos a serem seguidos, sendo um rechaçado por todos os segmentos sociais, a escolha acaba sendo clara. Se uma feminista considerar o “trabalho” de cuidar da casa, dos filhos e do marido uma perspectiva ruim, pelo menos é melhor do que a alternativa que sobrou - o que nos remete ao texto de Proudhon.

Neste ponto, é interessante nos demorarmos sobre o destaque da palavra “trabalho” ao se referir à vida doméstica. Embora as sociedades patriarcais vejam a maternidade e o matrimônio como serviços exclusivamente femininos, eles não são valorizados como, de fato, um trabalho. Silvia Federici, em *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (2019), expõe a urgência sobre esse assunto, posto que ocorre uma exploração mais sutil, porém mais cruel do que em outras funções, já que, ao receber salário, benefícios, carga horária, o trabalhador possui direitos legais, sendo possível o uso da justiça para resolver impasses.⁷⁰ Além disso, o contrato – físico e/ou social – deixa claro que aquela é uma atribuição dada de forma não natural: trabalhamos para pagar contas e não porque nascemos para realizar essas atividades. O trabalho doméstico – que engloba as funções de empregada, babá, educadora, cozinheira e fonte de prazer para o homem –, portanto, é, segundo Federici,

⁶⁹ Há uma série de documentários na Netflix chamada “Cena do Crime”, em que, em cada documentário, mostra-se um crime ou vários ocorridos em certos lugares dos Estados Unidos. Ele traz algumas discussões que relacionam precariedade e falta de política pública em certos lugares com criminalização, por conta da marginalização da população local. Um deles se chama: “Cena do Crime: O Assassino da Times Square”, que mostra a vulnerabilidade das profissionais do sexo por conta da criminalização da prostituição nos anos 70 nos EUA. Há pessoas apontando a libertinagem livre como problema e há elogios à gentrificação que ocorreu na Times Square, todavia, também mostra o ponto de vista de jornalistas e prostitutas, as quais criticam tais visões.

⁷⁰ Obviamente, o trabalhador é explorado em todos os setores da sociedade e muitos não possuem consciência de seus direitos – e mesmo os que possuem essa consciência por vezes não os exercem por medo das repercussões ou do não cumprimento da lei.

a “manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora” (FEDERICI, 2019, p. 42).

Devemos admitir que o capital tem sido muito bem-sucedido em esconder nosso trabalho. Ele criou uma verdadeira obra-prima à custa das mulheres. Ao negar um salário ao trabalho doméstico e transformá-lo em um ato de amor, o capital matou dois coelhos com uma cajadada só. Primeiramente, ele obteve uma enorme quantidade de trabalho quase de graça e assegurou-se de que as mulheres, longe de lutar contra essa situação, procurariam esse trabalho como se fosse a melhor coisa da vida (as palavras mágicas: “sim, querida, você é uma mulher de verdade”). Ao mesmo tempo, o capital também disciplinou o homem trabalhador, ao tornar “sua” mulher dependente de seu trabalho e de seu salário, e o aprisionou nessa disciplina, dando-lhe uma criada, depois de ele próprio trabalhar bastante na fábrica ou no escritório. De fato, nosso papel como mulher é sermos servas felizes e sobretudo amorosas da “classe trabalhadora”, isto é, daqueles estratos do proletariado aos quais o capital foi obrigado a conceder mais poder social. Tal como Deus criou Eva para dar prazer a Adão, assim fez o capital criando a dona de casa para servir física, emocional e sexualmente o trabalhador do sexo masculino, para criar seus filhos, remendar suas meias, cuidar de seu ego quando ele estiver destruído por causa do trabalho e das (solitárias) relações sociais que o capital lhe reservou (FEDERICI, 2019, p. 44-45).

Antes que se diga que esta é uma discussão anacrônica para a época de Virgínia de Castro e Almeida, trazemos o texto “Casamento e amor”, publicado em *Anarquismo e outros ensaios* (1910), de Emma Goldman: “Como a besta muda na engorda, ela [a futura esposa] é conduzida para o abate. Mas, por incrível que pareça, ao contrário do trabalhador comum, nada lhe é permitido saber sobre sua futura função de esposa e mãe.” (GOLDMAN, 2016 [1910], p. 130). Goldman ainda compara o contrato do casamento a uma apólice de seguro, só que “os retornos são insignificantemente pequenos se comparados aos investimentos” e, enquanto com a apólice paga-se com dinheiro e pode-se descontinuar o contrato a qualquer momento, no casamento, principalmente de classes mais elevadas, “a mulher pagará com seu nome, com sua privacidade, com sua autoestima e com sua própria vida ‘até que a morte os separe’”. E ainda completa: “o contrato do casamento condena-a a uma dependência vitalícia, ao parasitismo, à mais completa inutilidade individual bem como social” (GOLDMAN, 2016 [1910], p. 129).

Outra grande escritora que levanta a questão do trabalho doméstico não remunerado é a ativista Angela Davis em seu livro *Mulheres, raça e classe* (2016 [1981]), chamando a atenção, ainda, para o fato de que, enquanto as mulheres brancas de classe média reivindicavam a rua para seu espaço social, um mundo além de ser dona de casa e mãe, diversas mulheres negras e pobres já possuíam esse ambiente externo, pois

No período da escravidão, as mulheres trabalhavam arduamente ao lado de seus companheiros nas lavouras de algodão e tabaco, e, quando a indústria se transferiu para o Sul, elas podiam ser vistas nas fábricas de tabaco, nas refinarias de açúcar e até nas serrarias e em equipes que forjavam o aço para as ferrovias (DAVIS, 2016 [1981], p. 220).

Contudo, essa “independência” não era um fator positivo mesmo depois da escravidão, já que o trabalho acabava sendo em dobro. A dupla jornada, hoje tão comum entre quase todas as mulheres, ocorria mormente entre mulheres negras: além do trabalho doméstico, vivido pelas brancas, realizavam também o externo, com duras horas de trabalho; em consequência, escreve Davis, ao contrário daquelas, que contavam com a economia do marido, as mulheres negras “raramente puderam dispor de tempo e energia para se tornar especialistas na vida doméstica” (DAVIS, 2016 [1981], p. 221).

Essas autoras, de épocas, lugares e vivências diferentes, apontam também para a exploração do ato sexual feminino. Todavia, enquanto Virgínia acusa apenas as religiões orientais e a prostituição assalariada, como já discutimos, Goldman, Prado, Davis e Federici – principalmente esta – alertam também para o sexo como obrigação da mulher até mesmo dentro de instituições ditas respeitáveis, como o próprio casamento. Goldman, por exemplo, escreve acreditar que o motivo da maior parte da infelicidade dos casamentos advenha da ignorância feminina a respeito do sexo, vista como grande virtude, e que se ela possui conhecimento e vida sexual ativa fora dessa instituição, ela é imprópria para um “bom” homem, que, quando quiser exigir “seus direitos como marido”, quererá dela algo que ela não deveria saber. Federici, no capítulo “Por que sexualidade é trabalho”, assim explica:

Proporcionar prazer para os homens é uma parte essencial do que se espera de todas as mulheres.

A liberdade sexual não ajuda. Certamente é importante não sermos condenadas à morte se formos “infieis”, ou se descobrirem que não somos “virgens”. Mas a “liberação sexual” intensificou nosso trabalho. No passado, só esperavam de nós que cuidássemos de crianças. Agora, esperam que tenhamos um trabalho assalariado, que continuemos a limpar a casa e a ter crianças e que, ao final de uma jornada dupla de trabalho, estejamos prontas para pular na cama e sermos sexualmente atraentes. Para as mulheres, o direito de ter sexo é o dever de fazer sexo e gostar disso (algo que não é esperado da maioria dos trabalhos) [...] (FEDERICI, 2019, p. 58).

Monique Prada compara a prostituição com o casamento ao dizer que ambas são as instituições mais sólidas do patriarcado, pois é com a “mulher da vida” que muitos desses homens “bons”, de que fala Goldman, farão coisas que suas esposas não querem ou não sabem – e se quisessem ou soubessem poderiam ser julgadas como “putas”.

Angela Davis escreve que foi no início do século XX que os movimentos feministas brancos começaram a exigir o direito de escolher fazer sexo ou não, ou até mesmo o direito à abstinência, como controle de natalidade e também de seus desejos. No entanto, Davis também aponta para uma outra cultura pouco explorada quando se fala de Feminismo. Ela explica que, na época da escravidão, os escravizados formavam famílias e estas tentavam ser o mais distante possível do que se considerava família pelo Estado e pela Igreja de brancos.

Na família de escravizados, alguns antropólogos escrevem que predominava o matriarcado, com o homem pertencendo à mulher e esta tendo uma importância muito maior do que aquele. Entretanto, Davis diz que, melhor do que isso, muitos homens e mulheres eram iguais dentro do casamento, além de poderem desfazê-lo se houvesse incompatibilidade do casal.

Interdições matrimoniais, práticas de nomeação e costumes sexuais – que, aliás, sancionavam a relação sexual antes do casamento – diferenciavam a população escravizada de seus senhores. À medida que tentavam desesperada e cotidianamente manter sua vida familiar, usufruindo o máximo possível da autonomia de que conseguiam se apoderar, escravos e escravas manifestaram um talento impecável para humanizar um ambiente (DAVIS, 2016 [1981], p. 31).

Sempre enriquecendo o conhecimento, Davis ainda informa um fator convenientemente deixado de lado ao se falar de movimentos feministas brancos: “no interior do movimento antiescravagista, [as mulheres brancas e de classe média] aprenderam a desafiar a supremacia masculina. Ali, descobriram que o sexismo, que parecia inabalável no casamento, poderia ser questionado e combatido na arena da luta política” (DAVIS, 2016 [1981], p. 55).

Essa visão da obrigação feminina de casar virgem e de fazer sexo apenas com seu marido e sempre que este assim desejar, independentemente de sua vontade, regra que não recai sobre os homens, vem justamente daquilo que já discutimos e que a própria Virgínia de Castro aponta em *A Mulher*: a necessidade de se saber a origem da prole para que os bens continuem dentro da linhagem paterna. Essa necessidade de acumulação de herança e poder passa a ser considerada virtude feminina e seu não cumprimento, pecado pela Igreja Católica, instituição fortemente criticada por Virgínia. A autora também era apoiadora do que ela e Goldman chamam de “amor livre”, mas como vimos anteriormente, Almeida julga as mulheres cortesãs, ou como perdidas e decadentes, ou como vítimas de vícios. Talvez a sua crítica se baseasse na crença cultural de que a prostituição não é um trabalho digno. Uma coisa é fazer sexo com quem quiser, quando quiser, por amor e vontade; outra, é fazê-lo em troca de dinheiro. Também é diferente vender sua força de trabalho mental ou física por dinheiro quando não se envolve a genitália... Sua mente feminista e progressista, que via o sexo como algo natural, acabava por confrontar seus ensinamentos aristocráticos e cristãos, que, por mais que lutasse contra, já estava enraizado no inconsciente coletivo da sociedade ocidental que vivia. Se o sexo era natural, o dinheiro, esse símbolo que criou o aprisionamento da mulher pela sociedade patriarcal, tornava-o artificial. Por sua vez, o dinheiro digno, vindo da “meritocracia”, do esforço do trabalho – que aprendera a realizar principalmente por conta de sua emancipação da família, do esposo e, conseqüentemente e de

forma involuntária, da herança que teria – era sujado pelo sexo que não vinha de um desejo real, mas, sim, pura e simplesmente pelo “vício” de um dinheiro “mais fácil”.

Portanto, nesta seção, procuramos esmiuçar o que apontamos já anteriormente: embora o vocativo “Mulheres da minha terra!...” pareça abordar todas as mulheres, há algumas que foram deixadas de lado não só por Virgínia, mas por diversas feministas brancas da elite europeia. Mulheres negras, pobres, orientais, prostitutas e tantas outras marginalizadas não podiam ser vistas por conta do cabresto orientalista, mas que, hoje, com a distância temporal de um século, podemos observar com muito mais clareza.

CONCLUSÃO

Este trabalho iniciou-se com o desejo de trazer à luz escritoras mulheres do século XIX. Em algumas das melhores universidades do Brasil, pouco se fala, quando o recorte é a Era Vitoriana, da mulher no cenário da literatura. Na literatura brasileira, vemos Machado de Assis, Aluísio Azevedo, José de Alencar, Castro Alves, Cruz e Souza, Gonçalves Dias... mas pouco ou nada se fala de Júlia Lopes de Almeida, Nísia Floresta, Albertina Bertha, Josefina Álvares de Azevedo – irmã por parte de pai de Álvares de Azevedo –, Anália Franco, Maria Firmina dos Reis – primeira escritora negra no Brasil –, entre outras autoras talentosas, mas esquecidas. O mesmo ocorre em Portugal, em que lemos as palavras de Eça de Queirós, Camilo Castelo Branco, Antero de Quental, Almeida Garrett, Pinheiro Chagas, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins... enquanto as vozes de Virgínia Quaresma, Alice Pestana, Ana Plácido – muitas vezes só reconhecida por ser esposa de Camilo Castelo Branco –, Ana de Castro e Osório – agora um pouco mais estudada em comparação às outras –, Maria Amália Vaz de Carvalho, Carolina Michäelis, a nossa Virgínia de Castro e Almeida e diversas outras figuras brilhantes, independente de suas posições políticas, são silenciadas, como se nada tivessem a declarar sobre seu país, suas ideias, seu mundo, ou se o que pensavam não fosse relevante ou esteticamente considerável.

No entanto, devido à Pandemia da Covid-19, que assolou e isolou a população brasileira por dois anos – dois dos 4 anos de minha pesquisa –, a tarefa de encontrar material delas e sobre elas tornou-se cada vez mais difícil, posto que, se elas são pouco conhecidas até pelos pesquisadores da área de Letras, o que dirá pela população geral, logo, a internet era escassa de informações e as principais fontes de material – bibliotecas públicas – estavam fechadas. Dessa forma, estreitei o *corpus* da minha pesquisa, focando em uma autora pouco estudada, talvez por suas posições políticas questionáveis, mas sempre citando outras escritoras que tiveram enorme importância não só para movimentos feministas do tardio século XIX como também para a visão política de forma geral. Além disso, pensando em outros pesquisadores que pudessem paralisar diante da mesma dificuldade encontrada por mim, comecei um projeto de banco de textos de algumas autoras que eu tinha acesso aos livros físicos, pegos emprestados de bibliotecas ou de colegas antes da pandemia começar, e que a Lei de Propriedade Intelectual em Portugal não compromettesse o trabalho. Assim, surgiu o site *Silenciadas: Autoras Portuguesas Oitocentistas*

(<https://autorassilenciadas.wixsite.com/website>), que, longe de estar completo, é o início de um longo caminho que só poderá continuar a ser percorrido com ajuda de mais pessoas fornecendo textos.

Esse projeto fez com que eu buscasse mais, não só as produções delas, mas textos sobre a vida dessas escritoras e foi assim que Virgínia de Castro e Almeida destacou-se entre as outras por conta de suas variadas obras e aparentes paradoxos. Como uma escritora nascida em berço aristocrático falava em “mulheres da minha terra!...”? Como em um livro – *Capital bemdito* – ela falava do fim do intermediário nas negociações comerciais – uma pauta socialista – quando em outro engrandecia Salazar – *Dona Redonda*? Como ela fazia retratos femininos vistos hoje em dia como machistas em alguns de seus textos e se dizia feminista? Como era possível uma mulher criticar a Igreja Católica, ser divorciada e defender o amor livre ao mesmo tempo em que escrevia livros chamados *Como devo governar a minha casa* e *Como devo educar meus filhos*? E, por fim, como alguém feminista, separada e que mantinha um relacionamento lesboafetivo trabalhava para a Ditadura Salazarista, um Governo autoritário, que tinha como lema “Deus, pátria e família”, com grande perseguição a homossexuais? Todas essas perguntas motivaram esta tese e acabou levando-a a outros questionamentos, fazendo com que temas como religião, maternidade, casamento, divórcio, classe social, etnia, higienismo, eurocentrismo e tipos de Feminismos fossem repensados e analisados, para, assim, entendermos melhor o contexto social de Virgínia.

Por isso, no capítulo 1, busquei trazer algumas análises históricas ligadas a certos espaços femininos na sociedade, que foram, aos poucos, se alargando, principalmente para certas classes. Na primeira parte, apresentei as obras escritas por mulheres, que muitas vezes eram desprezadas, malvistas ou, quando muito, colocadas em um lugar que seria “próprio” do chamado “sexo frágil”. Se ao homem cabia inteligência, talento e racionalidade, à mulher era deixado apenas sentimento, amor e cuidado, logo, sua escrita não podia refletir menos ou mais do que isso: receitas de comida, dicas de costura, de como cuidar da casa e dos filhos, de beleza etc. deveriam ser o foco da escrita delas. Se desejassem adentrar na ficção ou na poesia, que falassem apenas de romance. E isso, claro, apenas para mulheres brancas e da alta sociedade, únicas que, na maior parte das vezes, poderiam obter o letramento e educação mais culta.

Mais adiante, no mesmo capítulo, mas em outro segmento, trouxe as mudanças que ocorriam na Europa no século XIX até meados do século XX, mudanças estas que incentivaram pensamentos revolucionários em diversos segmentos da sociedade ocidental. O Realismo e o Naturalismo não surgiram à toa: Positivismo, Darwinismo, Psicanálise, filosofia

nietzschiana, separação do Estado em relação à Igreja e vários outros fatores fizeram com que pensamentos mudassem e insatisfações pelas respostas até então únicas possíveis aflorassem. Esse período foi repleto de crises econômicas, greves, protestos, revoluções culturais, sociais e políticas; movimentos abolicionistas, anticoloniais, feministas, republicanos e anticlericais aconteciam em diversos pontos do Globo. Dessa forma, logo adiante, passei a falar mais especificamente do(s) Feminismo(s), trabalhando com diversos nomes importantes, alguns, inclusive, citados no início deste capítulo. Por fim, terminei o capítulo 1 trazendo o nome de algumas organizações feministas ou criadas por mulheres, além de publicações, de jornais e de revistas, por vezes, voltados exclusivamente para elas e criados por elas.

Posto o panorama geral de Europa e Portugal, foquei, no capítulo 2, na escritora principal desta tese: Virgínia de Castro e Almeida. Dividi o capítulo em 3 partes: a primeira parte, para tratar de sua extensa vida como escritora, seja de contos, de romances ou de ensaios, batizei o subcapítulo pelo seu pseudônimo literário: Gy (ou Gi). Como explicado nesse capítulo e até em outros momentos, encontrar detalhes de sua vida é uma tarefa complicada, posto que, além do apagamento imposto pela sociedade patriarcal por conta de seu gênero, muita informação foi ativamente destruída pela sua família após seu divórcio. Portanto, pouco se sabe sobre sua infância e vida privada, porém, ainda assim, juntei o que possuía para escrever a seção 2.2, que intitulei com seu primeiro nome, aquele que familiares e amigos íntimos costumam usar.

Concluindo o capítulo 2, passei para a mulher política, pensadora, que tanto me intrigou ao longo desses anos. Suas opiniões e ideologias sofreram diversas metamorfoses ao longo de sua existência, assim como o próprio Portugal: em pouquíssimo tempo, o país foi de monarquista para republicano e de republicano para ditadura. A maior parte da vida de Castro e Almeida se passou dentro de dois tipos de autoritarismo: o Absolutismo da Realeza e o Governo ditatorial de Salazar. O tão desejado Republicanismo, ânsia dos jovens portugueses dessa época, foi um curto, intermediário e decepcionante trecho da História de Portugal, quase que apenas um deslumbre. Da mesma forma, os ideais da autora foram se transformando.

No capítulo 3, o principal texto utilizado para entendermos melhor as ideias de Virgínia de Castro foi sua grande obra *A Mulher*. Publicado no início do século XX, esse texto provavelmente trouxe muito dos pensamentos do século XIX, já que foi feita uma extensa e ativa pesquisa para sua escrita, assim, até a conclusão do livro, devem ter se passado alguns anos. A autora visitou pessoalmente diversos dos países que cita para conhecer as lutas, vitórias e derrotas de mulheres em cada um, para, dessa forma, apresentar erros e acertos desses lugares que poderiam ser aplicados ou ajustados em Portugal. Sua ideia inicial

era focar na educação feminina, contudo, acabou por se aprofundar mais em contar a história da mulher ocidental, branca e da elite. Logo, eu demonstrei essa pretensão inicial na primeira parte do capítulo 3: “A História da Mulher”, na qual, junto de Virgínia, volto nos primórdios da humanidade até o ano em que a escritora se encontra. Subdividi mais um pouco essa seção, pois percebi que Almeida toca em diversos pontos que muito interessavam à pesquisa: religião, moral e trabalho. Em seguida, passei para o tema “A luta”, que tratou das lutas de diversas mulheres por direitos. Nas viagens de Virgínia, ela foi apontando algumas manifestações e alguns direitos conquistados que ainda não tinham chegado a Portugal, como o voto universal, o direito ao ensino superior etc. No subcapítulo 3.3, trato daquilo que se tornou a principal preocupação da autora, o que também era o ponto mais abordado pelas feministas aqui analisadas: a educação. A educação sempre foi o cerne da questão para muitas feministas desse período, pois acreditavam que a instrução as fariam capazes de conseguir empregos e remunerações equivalentes às dos homens, além de poder instruir melhor seus filhos – atividade vista como dever da mãe – e trazer mais conhecimento e crítica àquelas mulheres que pouco tinham noção dos direitos que poderiam vir a ter. No desfecho do capítulo, temos “Mulheres da minha terra!...”: eurocentrismo e orientalismo”, que foi criado a partir da necessidade de aprofundar algumas críticas observadas em outras partes da tese, principalmente no próprio capítulo 3. Ao falar das religiões pagãs e da prostituta e a influência dessas duas questões para seu entendimento da opressão feminina ao longo dos séculos, percebemos uma forte tendência eurocêntrica, cristã e higienista na escrita de Virgínia de Castro. Chegamos a apontar esses vieses em alguns trechos anteriores, porém consideramos que seria enriquecedor para este trabalho uma abordagem mais minuciosa de tais temas, focando menos na obra de Virgínia – claro que ela está sempre ali presente por ser o mote principal da tese – e mais na análise cultural e histórica de cada afirmação que consideramos problemática – não necessariamente para a sua época –, dando origem ao subcapítulo 3.4. Assim, pudemos entender melhor a escolha dos países visitados e utilizados como referência de avanço social, as falácias e ignorâncias a respeito de diferentes crenças e ritos religiosos, especialmente advindos do Oriente, e os julgamentos morais e confusos a respeito do que seria exploração do corpo, do desejo e do autogoverno da mulher.

Fazer essas discussões, expostas nos quatro principais capítulos da tese, a partir do Feminismo Interseccional e perceber, a partir da análise dos textos das próprias autoras, que mesmo no final do século XIX e início do século XX o Feminismo não era e nunca havia sido único foi de extrema importância para perceber que temas discutidos hoje em dia já eram embates que perpassavam em algumas mentes na época, mesmo que ainda fossem apenas

sementes germinando. A questão dos direitos universais, pensando-se nas mulheres trabalhadoras, que viviam em uma situação diferente das mulheres da elite, foi um debate profundo ao se falar do voto universal entre feministas oitocentistas – um debate até separador entre as que apoiavam o voto para *todas* as mulheres e aquelas que preferiam que só as instruídas e de classe média para cima votassem. A laicidade do casamento, o sexo fora dele e o trabalho estavam sempre em pauta nos jornais e revistas da época, assim como a maternidade – assunto ainda tão em pauta quando se fala no direito de se escolher não ter filhos. Os hoje tão em foco Feminismos Negros não eram tão conhecidos, mas o fato de haver escritoras negras que faziam parte de jornais e revistas da época, a menção da diferença do nível de escolaridade entre mulheres brancas e negras, citada por Virgínia de Castro, e as ações abolicionistas e contra Monarquia apontavam para o gérmen de movimentos que vão ficar cada vez mais em destaque no meado para o fim do século XX.

Ao mesmo tempo, vimos neste trabalho que além das diversas ideias discutidas entre as feministas, é, se não impossível, extremamente árduo sair de seu próprio contexto social. Virgínia, como mulher de seu tempo, lugar e nível social, possuía muitas forças convergindo com e divergindo de algumas de suas ideias progressistas. Se por um lado percebia e até desejava mudanças econômicas e sociais para o seu gênero, por outro, convivia com influências de sua família aristocrática, de sua educação burguesa, de seu mundo Ocidental e cristão, de seu país extremamente católico e conservador, e de sua época instável em muitos sentidos: econômica, tecnológica, científica, religiosa e politicamente. Ao longo da tese, discutimos cada um desses níveis sociais e, para facilitar, criamos, inclusive, uma linha do tempo que conecta a vida e a obra de Virgínia de Castro e Almeida com os acontecimentos do mundo e, principalmente, de Portugal, para entendermos melhor esse entrelaçamento.

Por fim, entendi que, como pesquisadores da área da literatura e da cultura, não estamos aqui para servir de defensores públicos ou advogados de acusação, muito menos devemos definir um veredicto como se o assunto se esgotasse com este trabalho. Longe disso, esta pesquisa prestou apenas a função de destrinchar a vida, a obra e as ideias de uma autora e demonstrar que o ser humano, diferente de um personagem feito de papel e tinta, é complexo e, muitas vezes, confuso, com “furos” no roteiro da vida, tendo momentos com certas convicções que depois se modificam, se invertem ou se misturam com outras. A vida não tem um início, meio e fim lineares e ela mais se parece com o que Garrett chamou sua narrativa: uma embaraçada meada. Portanto, esta tese propôs mostrar a embaraçada meada de Virgínia de Castro e Almeida, buscando desembaralhar não todos, mas alguns pontos de sua pouco conhecida existência.

REFERÊNCIAS

AGUET, J. P. *Les grèves sous la Monarchie de Juillet*. Genebra: Droz, 1954.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019. (Feminismos Plurais).

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A falência*. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2019. [1901].

ALMEIDA, São José. O Estado Novo dizia que não havia homossexuais, mas perseguia-os. *Público*. Lisboa, 12 jul. 2009.

ALMEIDA, Virgínia de Castro e. *A Mulher: historia da mulher; a mulher moderna; educação*. Lisboa: Livraria Classica Editora, 1913.

ALMEIDA, Virgínia de Castro e. *Os olhos da alma (com as fotografias do film)*. Rio de Janeiro: Edição do Annuario do Brasil, 1925.

ALMEIDA, Virgínia de Castro e. *A história da Dona Redonda e da sua gente*. [S.l.: s.n.], 1942. Disponível em: <https://bibliotecadigital.agrcanelas.edu.pt/index.php?page=21&id=1>. Acesso em: 3 ago. 2022.

ALVARENGA, Darlan. Com recessões e pandemias, PIB do Brasil tem pior década em 120 anos. *G1*, Rio de Janeiro, 3 mar. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/03/com-recessoes-e-pandemia-pib-do-brasil-tem-pior-decada-em-120-anos.ghhtml>. Acesso em 4 ago. 2022.

ALVES, Maria Angélica. A educação das mulheres brasileiras e portuguesas entre os séculos XIX e XX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - O ENSINO E A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju. *Anais...* Aracaju: SBHE, 2008.

AMARO, Ana Maria. Rituais da morte, rituais da vida na Antiga China. *Revista de Cultura: Edição do Instituto Cultural de Macau*, Macau, 1994. Disponível em: <http://www.icm.gov.mo/rc/viewer/30018/>. Acesso em: 5 jan. 2023.

AMARO, Ana Maria. O culto da mulher no neolítico chinês. *Revista de Cultura: Edição do Instituto Cultural de Macau*, Macau, 1997. Disponível em: <http://www.icm.gov.mo/rc/viewer/30032/>. Acesso em: 5 jan. 2023.

ANASTÁCIO, Vanda (org.). *Uma antologia improvável: a escrita das mulheres (séculos XVI a XVIII)*. Lisboa: Relógio D'Água, 2013.

ARAO, Lina; SAMYN, Henrique Marques. Mulher, “ente de razão e luz”: considerações sobre o pensamento feminista de Ana de Castro Osório. *Revista Memento, Três Corações*, v. 5, n. 2, jul./dez. 2014.

A ARTE Muda. Braço em “Olhos da Alma”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 132, p. 5, 4 de jun. 1925.

ANIMATED MAP SHOWS HOW RELIGION SPREAD AROUND THE WORLD. Insider Business. 14 jul. 2015 (2min35seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AvFl6UBZLv4>. Acesso em: 5 jan. 2023.

ARMÉ, Diego. Breve antologia da prostituição: um conjunto de histórias de mulheres empoderadas que dominaram o seu tempo na história. GQ Portugal, Lisboa, 2 jun. 2021. Disponível em: <https://www.gqportugal.pt/breve-antologia-da-prostituicao>. Acesso em: 5 jan. 2023.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAKUNIN, Mikhail. *A ilusão do sufrágio universal*. [S.l.: s.n., 18--a]. E-book. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000067.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

BAKUNIN, Mikhail. A mulher, o matrimônio e a família. [S.l.: s.n., 18--b]. E-book. Disponível em: <http://anarquistas-pi.blogspot.com/2014/02/a-mulher-o-matrimonio-e-familia-mikhail.html>. Acesso em: 05 fev. 2021.

BALZAC, Honoré de. *Physiologie du mariage ou méditations de philosophie éclectique sur le bonheur et le malheur conjugal*. Paris: Calmann Lévy, 1886. (Oeuvres Complètes de Balzac).

BANDEIRA, Luiza. Como uma disputa entre religiões explica a caça às bruxas, segundo estes economistas. *Nexo Jornal*, São Paulo, 10 jan. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/01/10/Como-uma-disputa-entre-religiões-explica-a-caça-às-bruxas-segundo-estes-economistas>. Acesso em: 28 set. 2020.

BAPTISTA, Tiago. Virgínia de Castro e Almeida. In: GAINES, Jane; VATSAL, Radha; DALL'ASTA, Monica (ed.). *Women Film Pioneers Project*. New York, NY: Columbia University Libraries, 2018. Disponível em: <https://wfpp-test.cul.columbia.edu/pioneer/virginia-de-castro-e-almeida/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

BARRETO, António Garcia. *Dicionário de Literatura Infantil Portuguesa*. Porto: Campo das Letras, 2002.

BASTOS, Glória. Virgínia de Castro e Almeida. *Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB)*, Lisboa, 2011. Disponível: <http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=13278>. Acesso em: 3 ago. 2022;

BATISTA, Carolina Lopes. *Hereticus est: Antero e Eça – catolicismo x decadência*. 2015. Monografia (Bacharelado em Literatura Portuguesa) – Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

BATISTA, Carolina Lopes. *Cenas de uma vida devota: o riso na narrativa de Eça de Queirós*. 2018. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

BATISTA, Carolina Lopes. Quod scripsi, scripsi: uma aproximação possível entre Soror Pimentel e José Saramago. *Revista Épicas*, Itabaiana, v. 3, n. 6, p. 1-17, 2019.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Paris: Difusão Européia de Livros, 1970. v. 1.

BEJA, Filomena Marona. *A duração dos crepúsculos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2006.

BÍBLIA. Português. *Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos*. Tradução de José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008. Coríntios, p. 202-203.

BIRMINGHAM, David. *História concisa de Portugal*. São Paulo: Edipro, 2015. (Série História das Nações).

BORTOLUCI, José Henrique. Você se considera ocidental? Para grande parte do mundo, o Brasil não faz parte do Ocidente. *Uol Notícias*, São Paulo, 24 set. 2018. Entrevista concedida a leonardo Rodarte. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/09/24/brasil-nao-e-pais-ocidental.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 5 jan. 2023.

BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CABETE, Adelaide. Discurso de abertura do I Congresso Feminista e de Educação. In: BRASÃO, Arnaldo. *O Primeiro Congresso Feminista e de Educação*. Lisboa: Edições Spartacus, 1925.

CAETANO, Maria João. “Elas vão preferir ficar em casa”: há 125 anos as mulheres votaram pela primeira vez. *Diário de Notícias*, Lisboa, 19 set. 2018. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/elas-vao-preferir-ficar-em-casa-ha-125-anos-as-mulheres-conquistaram-o-direito-ao-voto-9873634.html>. Acesso em: 06 maio 2021.

CAMACHO, Wilsimara Almeida Barreto. “Infanticídio” indígena: uma perspectiva jurídico-antropológica. *Revista Estudos Políticos*, Niterói: Periódicos UFF, v. 6, n. 11, jan. 2015. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/39783. Acesso em 6 jan. 2023.

CAMPBELL, Joseph; ACKER, Tonia Van. *Deusas: os mistérios do Divino Feminino*. São Paulo: Palas Athena, 2016.

CÂNCIO, Fernanda. A longa noite homofóbica. *Diário de Notícias*. Lisboa, 5 jun. 2010. Disponível em: <https://www.dn.pt/gente/a-longa-noite-homofobica-1585882.html>. Acesso em: 3 ago. 2022.

CÂNCIO, Fernanda. Nome de crime: homossexualidade. O longo (des)caminho da descriminalização. *Diário de Notícias*. Lisboa, 30 maio 2022. Disponível em: <https://www.dn.pt/sociedade/nome-de-crime-homossexualidade-o-longo-descaminho-da-descriminalizacao--14899587.html>. Acesso em: 4 ago. 2022.

CARDOSO, José Luís. Ecos da Grande Depressão em Portugal: relatos, diagnósticos e soluções. *Análise Social*, Lisboa, v. 47, n. 203, trim. 2, 2012. Disponível em: <https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1341933298W9eCC7mw8Sp95GF9.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2022.

CARVALHO, Leandro. História da Igreja Católica. *Brasil Escola*. [S.l.], [20--]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/influencia-igreja-historia.htm>. Acesso em: 5 jan. 2023.

CARVALHO, Maria Amália Vaz de. *Serões no Campo*. Lisboa: Liv. Editora de Mattos Moreira & Cia, 1877.

CARVALHO, Maria Amália Vaz de. *Cerebros e Corações*. Lisboa: Parceria Antonio M^a Pereira, 1903.

CLEMENTE, Mara. A luta contra o tráfico de pessoas na era da Covid-19. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 26 jun. 2020. Feminismos Transnacionais. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-luta-contr-o-traffic-o-de-pessoas-na-era-da-covid-19/>. Acesso em: 05 maio 2021.

COLLING, Ana Maria; Tedeschi, Losandro Antônio (org.). *Dicionário crítico de gênero*. Prefácio de Michelle Perrot. 2.ed. Dourados: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

CONDE, Antónia Fialho. *Cister ao Sul do Tejo: o Mosteiro de S. Bento de Cástris e a Congregação Autônoma de Alcobaça (1756-1776)*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Évora, Évora, 2009.

CONSULADO-GERAL DA FRANÇA EM SÃO PAULO. 7 práticas da França que inspiram o mundo no combate à LGBTfobia. São Paulo, 15 maio 2017. Disponível em: <https://saopaulo.consulfrance.org/7-praticas-da-Franca-que-inspiram-o-mundo-no-combate-a-LGBTfobia>. Acesso em 3 ago. 2022.

COSTA, Emília de Sousa. *Ideias antigas da mulher moderna*. Braga: Livraria Cruz Editora, 1923.

CUROPOS, Fernando. Filomena Marona Beja e “os silêncios da História”. *Sigila*, Paris, v. 1, n. 29, 2012. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-sigila-2012-1-page-165.html#re20no20>. Acesso em 3 ago. 2022.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981].

ELES TÊM 72 virgens à espera. E o que acontece às mulheres do Estado Islâmico? *Observador*, 27 jul. 2015. Disponível em: <https://observador.pt/2015/07/27/72-virgens-espera-acontece-as-mulheres-do-estado-islamico/>. Acesso em 5 jan. 2023.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. [S.l.]: LeBooks, 2019 [1884]. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_engels_origem_propriedade_privada_estado.pdf. Acesso em: 05 fev. 2021.

ENGLISH, Deirdre; EHRENREICH, Barbara. *Witches, nurses and midwives: a History of women healers*. New York: The Feminist Press, 1973. Disponível em: <https://www.feministes-radicales.org/wp-content/uploads/2012/06/Barbara-Ehrenreich-and-Deirdre-English-Witches-Midwives-and-Nurses-A-History-of-Women-Healers.-Introduction..pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

ESTEVEES, João. Os primórdios do Feminismo em Portugal: a 1ª década do século XX. *Penélope*, São Paulo, n. 25, p. 97-112, 2001.

ESTEVEES, João. Da esperança à decepção: a ilusão do sufrágio feminino na revolução republicana portuguesa de 1910. *História Constitucional*, Madrid, n. 15, p. 471-507, 2014. Disponível em: <file:///E:/DOWNLOADS/Dialnet-DaEsperancaADeceaoAIlusaoDoSufragioFemininoNaRevol-4783195.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

FARIAS, Hesdras Sérvulo Souto de Siqueira Campos. Refutando a ideia de opressão e desrespeito às mulheres muçulmanas. Instituto da Cultura Árabe, 8 abr. 2010. Disponível em: <https://icarabe.org/artigos/refutando-a-ideia-de-opressao-e-desrespeito-as-mulheres-muculmanas>. Acesso em: 5 jan. 2023.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *Mulheres e caça às bruxas*. São Paulo: Boitempo, 2018.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução*: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, Beth. Origem da palavra Feminismo. *Universidade Livre Feminista*, Brasília, DF, 20 out. 2014. Disponível em: <https://feminismo.org.br/origem-da-palavra-feminismo/3302/#:~:text=No%20final%20do%20século%20XIX,organização%20social%20do%20poder%20feminino>. Acesso em: 28 set. 2020.

FIGUEIREDO, António de. *Portugal*: 50 anos de ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. (Documento da História Contemporânea, 67).

FIGUEIREDO, Monica do Nascimento. *No corpo, na casa e na cidade*: as moradas da ficção. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2011.

FIGUEIREDO, Monica do Nascimento. Das linhas que costuram a ficção: o século XIX através das roupas. *Metamorfoses*, Rio de Janeiro: Editorial Caminho e Cátedra Jorge de Sena, n. 12.1-12.2, p. 67-77, 2012.

FINCO, Nina. O movimento sufragista – ou parte dele. *Epoca*, [S.l.], 23 dez. 2015. Caderno: Vida. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/vida/noticia/2015/12/o-movimento-sufragista-ou-parte-dele.html>. Acesso em: 18 abr. 2023.

FLORES, Conceição; DUARTE, Constância Lima; MOREIRA, Zenóbia Collares. *Dicionário de escritoras portuguesas*: das origens à atualidade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.

FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário*. São Paulo: Cortez; Natal, RN: Fundação José Augusto, 1989. [1853]

FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média*: nascimento do Ocidente. 2. ed. ver. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006 [1905]. v. 7.

GAY, Peter. *O século de Schnitzler: a formação da cultura da classe média (1815-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOLDMAN, Emma. Casamento e amor. Tradução de José Paulo Maldonado de Souza. *Cadernos Cajuína*, Teresina: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI, v. 1, n. 3, p.128 – 135, 2016 [1910]. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/goldman/1911/mes/90.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2023.

GOLDMAN, Emma. Marriage and love. In: GOLDMAN, Emma. *Anarchism and Other Essays*. New York-London: Mother Earth Publishing Association, 1911.

GUIMARÃES, Elina. Discurso de abertura do II Congresso Feminista Português. *Boletim da Comissão da Condição Feminina*, Lisboa, n. 2, abr./jun. 1978.

HARRELL, Steven. The Concept of Soul in Chinese Folk Religion. *The Journal of Asian Studies*, Cambridge, UK: Cambridge University Press, v. 38, n. 3, pp. 519-528, May 1979.

HENRIQUES, Isabel Castro. *Mulheres africanas em Portugal: o discurso das imagens (séculos XV-XXI)*. Lisboa: Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade, 2019.

HERCULANO, Alexandre. *Estudos sobre o Casamento Civil: por ocasião do Opúsculo do Sr. Visconde de Seabra sobre este assunto*. Lisboa: Typographia Universal, 1866.

HERCULANO, Alexandre. *A harpa do crente: tentativas poeticas pelo auctor da Voz do Propheta*. Primeira Série. Lisboa: Typ. da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1838.

HIRATA, Helena et al (org.). *Dicionário crítico do Feminismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

HISTÓRIA. *Universidade Livre Feminista*, Brasília, DF, [201-]. Disponível em: <https://feminismo.org.br/historia/>. Acesso em: 28 set. 2020.

HOOKS, bell. *The Will to Change: men, masculinity, and love*. Nova York: Atria Books, 2004.

HOOKS, bell. *O Feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Campos, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/62892454/bell-hooks-o-feminismo-e-para-todo-mundo>. Acesso em: 28 set. 2020.

HOYO, Elena Cordero. Empresa de Films d'Arte Portuguesa, una distribuidora a la conquista de Brasil. *Vivomatografías: Revista de estudios sobre precine y cine silente en Latinoamérica*, Buenos Aires, año 6, n. 6, p. 207-237, Dic. 2020. Disponível em: file:///E:/DOWNLOADS/Empresa_de_Films_dArte_Portuguesa_una_di.pdf. Acesso em: 11 fev. 2022.

HOYO, Elena Cordero. Era uma vez... Virgínia de Castro e Almeida: uma produtora no cinema mudo português. *Cinema: Revista da Federação Portuguesa de Cineclubes*, Abrantes, n. 45, p. 29-33, ago. 2019.

ILUSTRAÇÃO PORTUGUEZA. Lisboa, 15 set. 1923.

JULIANI, Talita Janine. *Sobre as Mulheres Famosas (1361-1362) de Boccaccio*: Tradução Parcial, Estudo Introdutório e Notas. 2011. 286 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

KAHAN, Joel H. Baruch she asani isha: Birkat hashachar shel nashim. In: ARIEL, David Ioel; LEIBOVICH, Maia; MAZOR, Ioram (org.). *Baruch she asani isha*. Tel Aviv: Ed. Yedioth Ahronot, 1999. p. 121-128.

KNIBIEHLER, Yvonne. Corpos e corações. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). *História das mulheres no Ocidente: o século XIX*. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1994.

KOCHMANN, Rabina Sandra. O lugar da mulher no Judaísmo. *Revista de Estudos da Religião - REVER*, São Paulo: PUC-São Paulo, n. 2, 2005. Disponível em: [https://www.pucsp.br/rever/rv2_2005/t_kochmann.htm#:~:text=Contrariando%20a%20exclus%C3%A3o%20vigente%20e,rezas%20do%20Shabat%20\(s%C3%A1bado\)](https://www.pucsp.br/rever/rv2_2005/t_kochmann.htm#:~:text=Contrariando%20a%20exclus%C3%A3o%20vigente%20e,rezas%20do%20Shabat%20(s%C3%A1bado).). Acesso em: 5 jan. 2023.

KOLSKY, Stephen D. *The Genealogy of Women: Studies in Boccaccio's De mulieribus claris*. New York: Peter Lang, 2003. (Studies in the Humanities Literature—Politics—Society, 62).

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *Malleus Maleficarum: o martelo das feiticeiras*. S.l.: s/n, 1487. *E-book*. Disponível em: <https://lelivros.love/book/baixar-livro-o-martelo-das-feiticeiras-heinrich-kramer-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>. Acesso em: 28 set. 2020.

LEGÍTIMO. In: GEIGER, Paulo (org.). *Caldas Aulete*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. Tradução de Antônio de Padua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A família. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. *O olhar distanciado*. Lisboa: Edições 70, 1983.

LEWIS, Elizabeth Sara. “*Não é uma fase*”: construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20671/20671_1.PDF. Acesso em: 4 ago. 2022.

LIBERALISMO. In: SILVA, Kaline Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.

LOUSADA, Isabel. Virgínia Quaresma nos trilhos da violência contra as mulheres. *Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 47, p. 107-130, jul.-dez. 2022. Disponível em: <https://convergencialusiada.com.br/rcl/article/view/485/354>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MARCINIK, Geórgia Grube; MATTOS, Amana Rocha. “‘Mais branca que eu?’: uma análise interseccional da branquitude nos Feminismos”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 1, 2021.

MEYER, Marguerite. Antes da revolução ocorreu a capitulação. *Swissinfo*, 29 out. 2018. Disponível em: https://www.swissinfo.ch/por/greve-geral-de-1918-_antes-da-revolução-ocorreu-a-capitulação/44491874. Acesso em: 8 mar. 2021.

MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

MÖDERLER, Catrin. 1515: Suíça declara neutralidade. *Terra*, 14 set. 2017. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/1515-suica-declara-neutralidade,ddce8050ca768cd27fc8c4560b82275bkmkudng6.html>. Acesso em: 8 mar. 2021.

MORAL. In: GREGORIM, Clóvis Osvaldo *et al.* *Michaelis*. São Paulo: Melhoramentos, 2015.

MULPETRE, Owen. W.T. Stead & the Eliza Armstrong Case. *W. T. Stead Resource Site – WTSRS*, [S.l.], 2012. Disponível em: <https://www.attackingthedevil.co.uk/pmg/tribute/armstrong/>. Acesso em: 05 maio 2021.

O MUNDO. Lisboa, 25 jun. 1906. *Jornal da Mulher*.

MURARO, Rose Marie. Introdução. In: KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *Malleus Maleficarum: o martelo das feiticeiras*. S.l.: s/n, 1487. *E-book*. Disponível em: <https://lelivros.love/book/baixar-livro-o-martelo-das-feiticeiras-heinrich-kramer-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>. Acesso em: 28 set. 2020.

O’DEA, Suzanne. *From suffrage to the Senate: America’s political women – an encyclopedia of leaders, causes and issues*. New York: Grey House Publishing, 2006.

OSÓRIO, Ana de Castro. Leonor da Fonseca Pimentel. *Sociedade Futura*, Lisboa, ano 1, n. 1, 1 maio 1902.

OSÓRIO, Ana de Castro. *As mulheres portuguesas*. Lisboa: Livraria Editora Viuva Tavares Cardoso, 1905.

OSÓRIO, Ana de Castro. Sufrágio Feminino. *A Mulher e a Criança*, n. 19, 1910.

OUTEIRINHO, Maria de Fátima. Mulheres oitocentistas: George Sand vista por Maria Amália Vaz de Carvalho. In: SECÇÃO DE ESTUDOS FRANCESES E PORTUGUESES E DE ESTUDOS ROMÂNTICOS. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor António Ferreira de Brito*. Porto: Flup, 2004.

PEREIRA, Ana Sofia. Virgínia de Castro e Almeida recuperando memórias do Cinema e Guionismo em Portugal. In: ENCONTRO ANUAL DA AIM, 8., 2019, Aveiro. *Atas ...* Aveiro: Associação de Investigadores da Imagem em Movimento, 2019.

PEREIRA, Nilton Mullet. O ensino na Idade Média. *IHU Online: Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, n. 198, 2 out. 2006. Entrevista concedida a *IHU Online*. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/451-nilton-mullet-pereira>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PESTANA, Alice (Caiêl). *O que deve ser a Instrução Secundária da mulher?* Lisboa: Typographia e Stereotypia Moderna, 1892.

PETROV, Igor. As dez datas importantes na história da Suíça. *Swissinfo*, 7 fev. 2020. Disponível em: https://www.swissinfo.ch/por/calendário-histórico_as-dez-datas-importantes-na-história-suíça/45579166. Acesso em: 8 mar. 2021.

PIMENTEL, Soror Maria de Mesquita Pimentel. *Memorial da Infância de Cristo e Triunfo do Divino Amor (Primeira Parte)*. Organização, notas e estudos introdutórios de Fabio Mario da Silva. São Paulo: Todas as Musas, 2016.

PINHEIRO, Beatriz. *Ave-Azul: revista de arte e crítica*, Vizeu, 25 fev. 1900.

POLÍTICA. In: SILVA, Kaline Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.

PORTUGAL. *Código Civil Português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868. Disponível em: <http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Codigo-Civil-Portugues-de-1867.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

PORTUGAL. Lei do Divórcio. Decreto de 3 de novembro de 1910. *Diário do Governo*, n. 26, 4 nov. 1910. Disponível em: <http://www.laicidade.org/documentacao/legislacao-portuguesa/portugal/republica-1910-1926/divorcio/>. Acesso em: 28 set. 2020.

PORTUGAL ficou de luto pelo ditador alemão. *Público*, Lisboa, 21 abr. 2005. Ípsilon. Disponível em: <https://www.publico.pt/2005/04/21/jornal/portugal-ficou-de-luto-pelo-ditador-alemao-16711>. Acesso em 4 ago. 2022.

PRADA, Monique. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta, 2018. (Coleção Baderna).

PRADO, Danda. *O que é família?*. São Paulo: Brasiliense, 2017.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *A pornocracia ou as mulheres nos tempos modernos*. [S.l.]: Biblioteca de Babel, 2015. [1875]

QUARESMA, Virgínia. Crônica feminista. *O Mundo*, 9 fev. 1907. *Jornal da Mulher*.

QUEIRÓS, Eça de. *O crime do Padre Amaro*. São Paulo: Ed. Três, 1972. [1880]

QUENTAL, Antero de. Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos. In: QUENTAL, Antero de. *Prosas sócio-políticas*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1982. [1871]

RAMOS, Rui. Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise Social*, Lisboa, v. XXIV, n. 103-104, p. 1.067-1.145, 1988. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223032571Q0nUJ7ty8Sg03SR3.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

REIS, Sanie dos Santos. *A (In)visibilização da mulher negra em Portugal: a dupla discriminação silenciada*. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos sobre as Mulheres) –

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2019. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/94406/1/Dissertação%20de%20mestrado-%20Sanie%20dos%20Santos%20Reis-%20Versão%20corrigida%20após%20defesa%20pública.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

O RG-VEDA. Português. *Rg-Veda SaMhitĀ*: Livro 1 (Mandala 1). Traduzido por Eleonora Meier. [S.l.: s.n.], 2013. Disponível em: https://www.shri-yoga-devi.org/_files/ugd/cac792_9bbe17dfa0f14b8e89ae0ab5c4be8388.pdf. Acesso em: 5 jan. 2023.

RODARTE, Leonardo. Você se considera ocidental? Para grande parte do mundo, o Brasil não faz parte do Ocidente. *Uol Notícias*, São Paulo, 24 set. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/09/24/brasil-nao-e-pais-ocidental.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 5 jan. 2023.

ROLDÃO, Cristina. Feminismo negro em Portugal: falta contar-nos. *Portal Geledés*, [S.l.], 18 jan. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/feminismo-negro-em-portugal-falta-contar-nos/>. Acesso em: 28 set. 2020.

SAID, Edward. *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, Nádia; SANTOS, Yolanda Lhuller. *Antologia do Pensamento Mundial*. São Paulo: Livraria e Editora LOGOS, Ltda, 1960. (Antologia da Literatura Mundial, v. V)

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade. Tradução de Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERRÃO, Joel. *Da situação da mulher portuguesa no século XIX*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

SILVA, Fabio Mario da. Introdução. In: PIMENTEL, Soror Maria de Mesquita Pimentel. *Memorial da Infância de Cristo e Triunfo do Divino Amor (Primeira Parte)*. Organização, notas e estudos introdutórios de Fabio Mario da Silva. São Paulo: Todas as Musas, 2016.

SILVA, Francisco Ribeiro da. História da alfabetização em Portugal: fontes, métodos, resultados. *Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, [20--]. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15174.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Maria Regina Tavares da. Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX. *Análise Social*, v. 19, n. 77-79, p. 875-907, 1983.

SILVA, Sara Reis da. Between open adventure in foreign lands and confined living in Portugal: portuguese children's literature and the work of Virgínia de Castro e Almeida. *ILLIJ (Anuario de Investigación en Literatura Infantil y Juvenil)*, Vigo: Universidade de Vigo, v. 8, n. 1, p. 123-137, 1 jun. 2010.

SILVEIRA, Olga Sarmiento da. A mãe e o desenvolvimento psychico do filho. *Sociedade Futura*, Lisboa, ano 1, n. 1, 1 maio 1902.

SOUZA, Celia Daniele Moreira de; OLIVEIRA, Cristiane Vieira Ribeiro de. A reminiscência do politeísmo árabe no Islã. *Diversidade Religiosa*, João Pessoa, v. 9, n. 1, p. 173-187, 2019. Disponível em: <file:///E:/DOWNLOADS/45206-Texto%20do%20artigo-120725-1-10-20191025.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2021.

TOLEDANO, Françoise Cohen. *George Sand: el fervor cotidiano*. Buenos Aires: Editorial Almagesto, 1994. (Colección Perfiles, 19).

VAQUINHAS, Irene. “Senhoras e mulheres” na sociedade portuguesa do século XIX. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

VAQUINHAS, Irene. A família, essa “pátria em miniatura”. In: VAQUINHAS, Irene. (coord.). *História da vida privada em Portugal: a época contemporânea*. Lisboa: Temas e Debates, 2011.

VELEDA, Maria. Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. *A República*, 29 ago. 1908a. A Tribuna Feminina.

VELEDA, Maria. A propósito... *Vanguarda*, Lisboa, 9 fev. 1908b. col. 4, p. 1.

VELEDA, Maria. O voto às mulheres portuguesas. *A Mulher e a Criança*, n. 19, 1910.

VIRGÍNIA DE CASTRO E ALMEIDA. *Infopédia*. Porto: Porto Editora, [20--]a. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/\\$virginia-de-castro-e-almeida](https://www.infopedia.pt/$virginia-de-castro-e-almeida). Acesso em: 11 fev. 2022.

VIRGÍNIA DE CASTRO E ALMEIDA. *Escritoras: women writers in Portuguese before 1900*. [20--]b. Disponível em: <http://www.esritoras-em-portugues.eu/1417106880-Cent-XIX/2015-0720-Virginia-de-Castro-e-Almeida>. Acesso em: 3 ago. 2022.

VIRGÍNIA DE CASTRO E ALMEIDA. *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*. Lisboa: [s.n.], 1994. v. 3. Disponível em: <http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=8921>. Acesso em: 3 ago. 2022.

WEFFORT, Francisco C. Educação e política: reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade. In: FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: São Paulo: Paz e Terra, 2017.

WEISSBRODT, David; ANTI-SLAVERY INTERNATIONAL. *Abolishing slavery and its contemporary forms*. New York: Geneva: United Nations, 2002. Disponível em: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/slaveryen.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2022.

WORLD RELIGIONS RANKING - POPULATION GROWTH BY RELIGIONS (1800-2100). Global Stats. 16 ago. 2019 (6min14seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q3EneZhsM0Y>. Acesso em: 5 jan. 2023.

APÊNDICE – Linha do Tempo: datas históricas e eventos da vida de Virgínia de Castro e Almeida

1791: na França, relação homossexual não é criminalizada.

1807-1808: fuga da família real para o Brasil; Slave Trade Act (lei que proibia o comércio de escravizados em todo o Império Britânico).

Monarquia constitucional: 1820-1910

O partido da Regeneração começou a fazer o país avançar.

1822: Independência do Brasil.

1831: é criada uma lei que prevê penas aos traficantes de escravizados e que coloca em liberdade todos que entram no país a partir de então. Essa lei foi considerada uma lei “para inglês ver”, pois não foi efetivamente colocada em prática.

1850: Lei Eusébio de Queirós (proibiu o tráfico atlântico de escravizados vindos do continente africano ao Brasil).

1868: corte de salário da família real.

1871: Lei do Ventre Livre.

1874: nasce Virgínia de Castro e Almeida.

1885: Lei dos Sexagenários.

1886: relação homossexual em Portugal é criminalizada.

1888: libertação dos escravizados no Brasil. Lei Áurea.

1889: Brasil vira República, o que influencia Portugal.

1890: o Republicanismo ganha força; Virgínia está com 16 anos; Até então, Portugal era próspero, mas começam novas crises: declínio na exportação de vinhos, perda de bacias comerciais do Zambeze e do Congo e revoluções sul-americanas. Portugal começa a ficar para trás em relação ao resto da Europa.

1891: revolta republicana na cidade do Porto, que passou de moderada pra violenta, sendo censurada pelos políticos monárquicos.

1895: publicação de *A fada tentadora*; Virgínia casa-se com João Coelho Prego Meira Vasconcelos.

1898: publicação de *Histórias: livro para crianças*.

1899: “Lei da fome”.

1906: publicação de *Como devo governar a minha casa*.

1905: Freud publica *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*.

1907: criação da “Biblioteca para meus filhos”; publicação de *Céu aberto e Bem dita*.

1908: rei Carlos é morto; Virgínia está com 34 anos e publica *Como devemos criar e educar os nossos filhos*.

1909: publicação de *Em pleno azul*.

República: 1910-1926

1910: o filho do rei Carlos é expulso e a República é declarada; é publicada a Lei do Divórcio em Portugal; Virgínia está com 36 anos e publica *Capital bem dito*.

1911: publicação de *Pela terra e pelo ar*; Igreja e Estado foram legalmente separados; introdução do casamento civil.

1913: publicação de *As lições de André* e *A Mulher*; começa o processo de divórcio de Virgínia.

1914: começa a Primeira Guerra Mundial; Virgínia está com 40 anos.

1917: Portugal é obrigado a entrar na Guerra e fica falido. Os republicanos tentam reconstruir o país, mas não conseguem. Inclusive houve um pequeno período de ditadura de estilo militar antes disso, mas também não deu certo. Virgínia lança *Obra do demónio*; termina o processo de seu divórcio.

1918: Virgínia parte para o estrangeiro e conhece Pamela Boden; início da pandemia da Gripe Espanhola.

1922: começa seu interesse pelo cinema; fundação da Fortuna Films; lança o filme *A sereia de pedra*.

1923: criação do Rosy Film com o lançamento do comercial *O castelo de chocolate*.

1924: lançamento do filme *Os olhos da alma* em Paris.

1925: lançamento do filme *Os olhos da alma* em Lisboa; encerramento da Fortuna Films; Virgínia volta para os livros.

Ditadura (Estado Novo): 1926-1974

1926: golpe de estado dos oficiais católicos do exército; presidente: Carmona.

1929-1930: Grande Depressão.

1928: Salazar assume o Ministério das Finanças.

1932: Salazar no poder.

1933: Estado Novo (ditadura); a situação dos homossexuais piora.

1936: Virgínia já está a serviço de Salazar; publicação de *A História do Rei Afonso e da Moira Zaida*, contido na coleção de sua autoria “Pátria”.

1936 a 1938: publicação da série *Les grands navigateurs et colons portugais du XVe et du XVIe siècle – antologie des ecrits de l'époque*.

1938: Virgínia volta, com Boden, para Portugal.

1939: Segunda Guerra Mundial.

1940: publicação de *Conquests and discoveries of Henry the Navigator* e de *Itinéraire historique du Portugal*.

1942: publicação de *História de Dona Redonda e da sua gente*.

1943: publicação de *Aventuras de Dona Redonda*.

janeiro de 1945: Virgínia morre aos 71 anos, não chegando a ver o final da Segunda Guerra Mundial, pois esta terminou em setembro, nem o fim da ditadura, que foi derrubada em 25 de abril de 1974, com a Revolução dos Cravos.